

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Nuno Rafael Carvalho Lopes

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

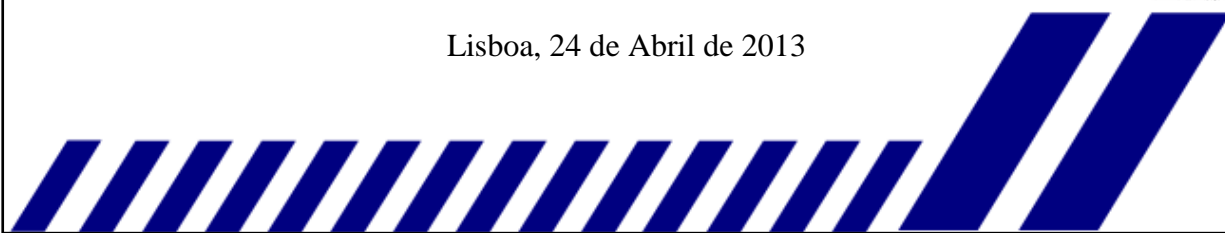
XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**Policciamento de Proximidade: Aplicação
Prática do Modelo Integrado de
Policciamento de Proximidade na PSP**

Orientador:

Intendente Luís Elias

Lisboa, 24 de Abril de 2013





Estabelecimento de Ensino	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Curso	XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia
Orientador	Luís Manuel André Elias
Título	Policiamento de Proximidade: Aplicação Prática do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade na PSP
Autor	Nuno Rafael Carvalho Lopes
Local de Edição	Lisboa
Data de Edição	Abril de 2013



*Aos meus Pais e Irmão,
pela educação e valores transmitidos ao longo da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação resulta no culminar de uma etapa de aprendizagem, ou seja, a conclusão do XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Temos consciência de que para a prossecução deste fim, bem como, a realização do presente trabalho envolveu a colaboração de diversas pessoas que me cumpre agora agradecer, mesmo correndo o risco de me esquecer de alguém.

Agradeço ao meu Orientador, Intendente Luís Elias, por ter aceite o meu convite, pelas suas sábias e oportunas orientações e também por todo o tempo que disponibilizou ao longo da realização deste trabalho o que se mostrou essencial para o enriquecimento e correcta elaboração do mesmo.

Agradeço às pessoas entrevistadas, as quais deram um enorme contributo para a realização deste trabalho, com os seus conhecimentos, opiniões e experiências de vida.

Agradeço a todos os elementos, quer da 1ª Divisão, quer da Divisão de Oeiras, que participaram na elaboração deste trabalho, em especial à Subcomissário Dantier por toda a disponibilidade demonstrada e apoio prestado.

Agradeço a todos os representantes das entidades que colaboraram na realização deste trabalho, permitindo-nos obter uma visão exterior do trabalho policial.

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, nomeadamente aos seus Oficiais e Docentes, pela formação e transmissão de conhecimentos, bem como, a todos os elementos que compõem os diversos serviços deste Instituto, que nos auxiliaram nas inúmeras tarefas a desenvolver.

Agradeço ao XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia, ao qual muito me orgulho de pertencer, pela amizade e camaradagem demonstrada ao longo destes cinco anos.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, irmão, madrinha e Marisa, por todo o apoio, incentivo, força e confiança transmitidos ao longo desta etapa.

Por último mas sempre em primeiro lugar na minha vida, quero agradecer a ti, Susana, por todo o amor, paciência, dedicação, força e incentivo demonstrados ao longo destes anos, os quais foram fundamentais para a conclusão desta etapa da minha vida.

A todos o meu sincero obrigado.

RESUMO

Nos últimos anos ocorreu uma mudança de paradigma na forma de policiar em Portugal, tendo o novo Modelo de Policiamento levado ao envolvimento dos cidadãos no auxílio da manutenção da segurança. Neste sentido a instituição policial passou a encontrar-se mais próxima da comunidade, procurando resolver e prevenir os crimes, assim como os demais problemas sociais em conjunto com a mesma.

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade é uma temática bastante debatida nos últimos anos e essencial na mudança do tipo de interacção que é efectuada com a sociedade. Pretendemos com este trabalho analisar se o mesmo corresponde às expectativas e se, com o evoluir cada vez mais rápido da sociedade, ele acompanha essa evolução, correspondendo às exigências da mesma. Este trabalho visa igualmente reflectir sobre os Modelos de Policiamento existentes, em específico sobre a forma como o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade se encontra implementado na PSP, e sobre o que tem sido efectuado para concretizar os seus objectivos.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, sendo que, o primeiro é dedicado ao enquadramento teórico sobre a temática desenvolvida, nomeadamente a evolução dos vários Modelos de Policiamento existentes no mundo e as etapas a percorrer até se chegar a eles. No segundo capítulo procedemos a uma análise do Modelo de Policiamento de Proximidade implementado em Portugal, pormenorizando a forma como foi implementado na Polícia de Segurança Pública. No terceiro e último capítulo realizamos a análise dos dados recolhidos e a apresentação dos respectivos resultados.

Palavras-chave: Policiamento de Proximidade; Policiamento Comunitário; Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade; Modelos de Policiamento.

ABSTRACT

In the latest years there was a change on the paradigm of the form of policing in Portugal, where the new Model of Policing involved citizens in order to help maintaining security. In this way the police institution started to meet next to the community, trying to solve and prevent crimes, as well as trying to solve the many social problems together with the community.

The Integrated Model of Policing of Proximity is a very debated thematic in these recent years and it is essential in the change of the kind of interaction that takes place within the society. With this essay we try to analyze if this Model corresponds to the expectations and if, with the society's evolution going so fast, it can follow this evolution, corresponding to its demands. This essay equally aims to reflect on the existing Models of Policing, specially on the way that MIPP is implemented in the PSP, and on what has been done to accomplish its objectives.

This work is structuralized in three chapters, being that, the first is dedicated to the theoretical fitting on the developed thematic, namely the evolution of several Models of Policing existing in the world and the stages to pursuit until we finalize them. In the second chapter we proceed to an analysis from the Model of Policing Proximity implemented in Portugal, detailing how it was implemented in the PSP. In the third and last chapter we analyze the collected data and present its results.

Keywords: Proximity Policing, Community Policing; Integrated Model of proximity Policing; Models of Policing.

LISTA DE SIGLAS

ASAE	Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica
BPC	Brigada de Prevenção Criminal
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa
CP	Carro Patrulha
DE	Directiva Estratégica
DN	Direcção Nacional
EIR	Equipa de Intervenção Rápida
EPAV	Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima
EPES	Equipa de Proximidade Escola Segura
EUA	Estados Unidos da América
FS	Forças de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
MIPP	Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PJ	Polícia Judiciária
POI	Policiamento Orientado pelas Informações
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SSI	Sistema de Segurança Interna
UEP	Unidade Especial de Polícia

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE SIGLAS.....	VI
ÍNDICE DE ANEXOS	IX
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE QUADROS	X
ÍNDICE DE GRÁFICOS	X
INTRODUÇÃO	1
1. Apresentação e justificação do tema.....	1
2. Objecto e objectivos de estudo	2
3. Hipóteses de Estudo	3
4. Metodologia Adoptada.....	3
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL RELATIVO AOS MODELOS DE POLICIAMENTO.....	4
1.1. Conceito de Polícia.....	5
1.2. Conceito de Proximidade	7
1.3. Conceito de Comunidade	8
1.4. Sistemas de Polícia e Filosofias Policiais	9
1.5. Modelos de Policiamento	13
1.5.1. Modelo Profissional	14
1.5.2. Modelo Comunitário/Policiamento de Proximidade.....	18
1.5.2.1. Modelo Comunitário.....	18
1.5.2.2. Policiamento de Proximidade	21
1.5.2.3. O que une e distingue estes Modelos	22
1.5.2.4. Objectivos e futuro.....	24

CAPÍTULO 2 – MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP.....	27
2.1. Análise da aposta política no MIPP.....	27
2.1.1. A influência de um Sistema Dual de Polícia.....	30
2.2. Modelo de Policiamento implementado na PSP.....	33
2.3. Análise da Directiva Estratégica nº 10/2006.....	38
2.3.1. Articulação e troca de informações entre as valências da PSP	40
2.3.2. Direcção do patrulhamento	41
2.3.3. Afectação geográfica.....	43
2.3.4. A necessidade de um acompanhamento contínuo e de uma avaliação ..	44
2.4. Aposta na formação dos elementos afectos ao MIPP.....	46
2.5. Impacto da rotação do efectivo do COMETLIS no MIPP	49
CAPÍTULO 3 – ESTUDO EXPLORATÓRIO RELATIVO AO PONTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MIPP NA 1ª DIVISÃO E DIVISÃO DE OEIRAS DO COMETLIS.....	52
3.1. Justificação do estudo.....	52
3.2. Metodologia	52
3.3. Caracterização da área de estudo.....	55
3.4. Análise de resultados.....	56
3.4.1. Análise da funcionalidade e percepção do MIPP pelos elementos policiais	56
3.4.2. Análise de resultados dos questionários aplicados às entidades	59
3.4.3. Análise dos resultados das questões comuns a todos os grupos	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
BIBLIOGRAFIA	67
ANEXOS	74

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Freguesias por Esquadras	74
Anexo 2 – Efectivo das Divisões por Esquadra	75
Anexo 3 – Guião geral das entrevistas	76
Anexo 4 – Entrevista com o Sr. Director Nacional da PSP Superintendente Paulo Gomes	78
Anexo 5 – Entrevista com o Sr. Superintendente Pedro Clemente	85
Anexo 6 – Entrevista com o Sr. Subintendente Hugo Guinote	91
Anexo 7 – Entrevista com o Sr. Comissário Tiago Gonçalves	99
Anexo 8 – Entrevista com a Sr. ^a Subcomissário Maria Dantier.....	105
Anexo 9 – Entrevista com a Doutora Susana Durão	112
Anexo 10 – Entrevista com a equipa de avaliação do Projecto-piloto do PIPP.....	117
Anexo 11 – Lista de Entidades a quem foi aplicado o Questionário	125
Anexo 12 – Guião do Questionário aplicado a elementos policiais afectos ao MIPP	126
Anexo 13 – Resultados dos questionários aplicados aos elementos afectos ao MIPP.....	129
Anexo 14 – Guião do Questionário aplicado a elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP.....	135
Anexo 15 – Resultados dos Questionários aplicados a elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP.....	138
Anexo 16 – Guião do Questionário aplicado a Entidades.....	143
Anexo 17 – Resultados dos Questionários efectuados a Entidades	145
Anexo 18 – Cruzamento de resultados.....	150

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Sistemas Policiais segundo Loubet del Bayle.	11
Figura 2 – Troca de influências nos EUA antes do Modelo Profissional de Polícia.	14
Figura 3 – Pirâmide de níveis de intervenção policial.	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Modelos policiais ideais segundo Monjardet.....	12
Quadro 2 – Divisão dos elementos afectos ao MIPP por sectores.....	44
Quadro 3 – Efectivo das Esquadras excepto Elementos afectos ao MIPP.....	54
Quadro 4 – Elementos afectos ao MIPP.....	54
Quadro 5 – Freguesias por Esquadras.....	74
Quadro 6 – Efectivo das Divisões por Esquadra.....	75
Quadro 7 – Entidades a quem foi aplicado o Questionário.....	125
Quadro 8 – Média do tempo de serviço na PSP.....	150
Quadro 9 – Troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP.....	152
Quadro 10 – Receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade.....	152
Quadro 11 – Classificação do Modelo de Policiamento implementado na PSP.....	152

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação na área e que desempenham funções.....	48
Gráfico 2 – Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS.....	51
Gráfico 3 – Média de idade dos elementos do MIPP.....	129
Gráfico 4 – Classificação dos elementos do MIPP por Sexo.....	129
Gráfico 5 – Média tempo de serviço na PSP dos elementos do MIPP.....	129
Gráfico 6 – Média Tempo de serviço dos elementos do MIPP no COMETLIS.....	130
Gráfico 7 – Desempenho de funções em exclusivo na área do MIPP.....	130
Gráfico 8 – Frequência de desempenho de funções fora o âmbito do MIPP.....	130
Gráfico 9 – Elementos do MIPP com formação específica na área em que desempenha funções.....	131

Gráfico 10 – Qualidade da formação ministrada aos elementos do MIPP.....	131
Gráfico 11 – Percepção dos elementos do MIPP, da receptividade da comunidade a este tipo de policiamento	131
Gráfico 12 – Percepção dos elementos do MIPP, da receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP	132
Gráfico 13 – Nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade.....	132
Gráfico 14 – Existência de parcerias entre PSP e entidades.....	132
Gráfico 15 – Classificação das parcerias existentes	133
Gráfico 16 – Classificação da troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP	133
Gráfico 17 – Classificação do nível de autonomia após desempenhar funções no âmbito do MIPP.....	133
Gráfico 18 – Classificação do Modelo de Policiamento Predominante na PSP.....	134
Gráfico 19 – O que representa o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade	134
Gráfico 20 – Média de idade dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP	138
Gráfico 21 – Classificação dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP por sexo	138
Gráfico 22 – Média de tempo de serviço dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP na PSP	138
Gráfico 23 – Média de tempo de serviço dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP no COMETLIS.....	139
Gráfico 24 – Elementos das esquadras não afectos ao MIPP com formação específica..	139
Gráfico 25 – Qualidade da formação ministrada aos elementos das esquadras não afectos ao MIPP	139
Gráfico 26 – Opinião dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP, relativamente a este Modelo	140
Gráfico 27 – Percepção dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP relativamente à receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade.....	140

Gráfico 28 – Percepção dos elementos das esquadras não afecto ao MIPP relativamente à receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP	140
Gráfico 29 – Nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade.....	141
Gráfico 30 – Classificação das parcerias estabelecidas entre a PSP e as demais instituições	141
Gráfico 31 – Classificação da troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP	141
Gráfico 32 – Classificação do Modelo de Policiamento Predominante na PSP.....	142
Gráfico 33 – O que representa o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade	142
Gráfico 34 – Opinião relativamente ao trabalho realizado pela PSP.....	145
Gráfico 35 – Conhecimento do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade implementado na PSP.....	145
Gráfico 36 – Conhecimento dos programas especiais da PSP afectos ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade	145
Gráfico 37 – Quais os programas especiais que conhecem.....	146
Gráfico 38 – Frequência com que costumam comunicar com os elementos da PSP	146
Gráfico 39 – Classificação do nível de resolução dos problemas colocados aos elementos da PSP.....	146
Gráfico 40 – Em que medida sente que a PSP é uma instituição presente e acessível.....	147
Gráfico 41 – Existência de parcerias com a PSP	147
Gráfico 42 – Classificação das parcerias existentes	147
Gráfico 43 – Frequência de convites por parte da PSP para participar em acções de sensibilização.....	148
Gráfico 44 – Transmissão de informações úteis para a autoprotecção dos cidadãos	148
Gráfico 45 – Classificação das informações transmitidas	148
Gráfico 46 – Confiança em transmitir informações à PSP.....	149
Gráfico 47 – Qualidade da evolução da PSP nos últimos 10 anos	149
Gráfico 48 – Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS	150
Gráfico 49 – Formação específica na área onde desempenha funções por Divisões	150

Gráfico 50 – Formação específica na área onde desempenha funções, total da amostra .	150
Gráfico 51 – Classificação da formação na 1ª Divisão.....	151
Gráfico 52 – Classificação da formação na Divisão de Oeiras	151
Gráfico 53 – Classificação da formação, total da amostra	151
Gráfico 54 – Resolução dos problemas colocados pela comunidade na 1ª Divisão.....	153
Gráfico 55 – Resolução dos problemas colocados pela comunidade na Divisão de Oeiras	153
Gráfico 56 – Classificação das parcerias existentes entre a PSP e as entidades na 1ª Divisão.....	154
Gráfico 57 – Classificação das parcerias existentes entre a PSP e as entidades na Divisão de Oeiras	154
Gráfico 58 – Classificação da confiança dos cidadãos em transmitir informações à PSP na 1ª Divisão.....	155
Gráfico 59 – Classificação da confiança dos cidadãos em transmitir informações à PSP na Divisão de Oeiras	155



INTRODUÇÃO

1. Apresentação e justificação do tema

No mundo contemporâneo em permanente mudança, globalizado, massificado e marcado pela complexidade, as crises, os conflitos armados intra-Estaduais, tal como a criminalidade transnacional e o terrorismo são cada vez mais multidimensionais, dinâmicos, flexíveis e reticulares, não se restringindo a estruturas rígidas (Elias & Guedes, 2010: 103). Na sociedade de risco dá-se um alargamento marcado do espectro das ameaças e das vulnerabilidades (Beck, 1992: 19).

A densificação do conceito de segurança tem-se concretizado através da revisão das estratégias nacionais, passando os Estados a privilegiar cada vez mais a adopção de políticas internas e externas transversais, multidimensionais e dialécticas: do emprego do uso da força à qualidade de vida, patente por exemplo nos esforços diplomáticos, de construção da paz em Estados fragilizados e de cooperação para o desenvolvimento; do monopólio do Estado aos novos actores nacionais e internacionais que actuam de forma subsidiária, complementar ou substitutiva (organizações não governamentais, organizações internacionais, multinacionais privadas, etc.); da segurança do Estado à segurança das pessoas; do *hard power* ao *soft power* (Elias & Guedes, 2010: 110).

Actualmente a intervenção e a participação activa dos cidadãos deve, mais do que no passado, ser levada em consideração, pois eles deixaram de ser meros receptores passivos dos serviços do Estado, tendo-se tornando cada vez mais exigentes e intervenientes em relação ao serviço que lhes é prestado.

Entendemos que o trabalho em conjunto com o cidadão seja o caminho a percorrer no futuro, tendo desta forma escolhido esta temática para análise na realização da Dissertação de Mestrado inserida no Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, ministrado pelo ISCPSP, a realizar no 5º Ano.

A instituição policial, cada vez mais, tende a ajustar a sua actuação às exigências sociais que se lhe apresentam, de tal forma que hoje a temática relativa à actuação policial vai ao encontro de uma nova filosofia de aproximação às comunidades, tendo em vista a resolução dos seus problemas de segurança, possuindo a própria comunidade um papel activo na identificação e resolução destes. Esta nova forma de policiar resulta de uma alteração do paradigma de actuação, procurando a Polícia deixar de intervir meramente



aquando da violação das leis, passando a ir à origem das incivildades prevenindo os ilícitos criminais a montante do seu aparecimento.

Desta forma, a evolução dos sistemas de polícia vai procurar reflectir o progresso da sociedade, começando a emergir um Modelo de Policimento mais proactivo em detrimento do Modelo de Policimento voltado meramente para a reactividade. Esta nova forma de policiar, voltada para a proximidade social, mais visível e eficiente, procura melhorar o nível de qualidade de vida dos cidadãos, assim como a aceitação da Polícia junto da comunidade local.

Através da implementação de iniciativas vocacionadas para a prevenção, interacção com os cidadãos, apoio a grupos de risco e divulgação de conselhos de autoprotecção junto dos cidadãos, a PSP desenvolve desde há vários anos boas práticas de Policimento de Proximidade. A DE nº 10/2006 de 15 de Maio veio criar uma visão conjunta deste tipo de policimento, permitindo agrupar os diversos programas especiais existentes e possibilitando assim uma actuação coordenada e padronizada.

Com este trabalho pretendemos reflectir sobre os Modelos de Policimento existentes, em específico sobre a forma como o MIPP se encontra implementado na PSP, e sobre o que tem sido efectuado para concretizar os seus objectivos na nossa instituição.

2. Objecto e objectivos de estudo

O MIPP é uma temática bastante debatida nos últimos anos e essencial na mudança do tipo de interacção que é efectuada entre a Polícia e a sociedade. Reveste-se assim de especial importância analisar se o mesmo corresponde às expectativas a que se propôs e se, com a constante evolução da sociedade, ele a acompanha na sua exigência relativa à segurança, ou se, por outro lado, necessita de ser reajustado.

Neste contexto, os objectivos que nos propomos atingir são:

1. Reflectir sobre os Modelos de Policimento existentes, analisando qual o Modelo predominante implementado na PSP.
2. Analisar a forma como o MIPP se encontra implementado na PSP;
3. Analisar se o MIPP está devidamente inserido na sociedade e se esta está receptiva a trabalhar com ele;
4. Verificar se os elementos que actuam no âmbito do MIPP possuem o apoio essencial para levar a cabo a sua missão, tal como: formação adequada e contínua e estabilidade relativa à área em que operam.



5. Tendo em consideração a rápida evolução da sociedade e por consequência da instituição, avaliar se é necessário actualizar a DE nº10/2006 de 15 de Maio, por forma a imputar esta evolução no MIPP.

3. Hipóteses de Estudo

Os Modelos de Policimento estão em constante mutação, devido à cada vez mais rápida evolução da sociedade. É, deste modo, importante saber se um determinado Modelo se adapta à sociedade onde está a ser implementado, e se corresponde às exigências dos cidadãos, resolvendo os seus problemas e prevenindo a criminalidade.

Atendendo a que esta mudança de paradigma, relativa ao Modelo de Policimento adoptado, que ocorreu recentemente e ainda não está devidamente consolidada no nosso país, e tendo em consideração os objectivos a que nos propomos, apresentam-se de seguida as hipóteses para o nosso trabalho:

1. O MIPP veio melhorar a relação Polícia cidadão, aumentando o nível de confiança do cidadão na Polícia;
2. O desenvolvimento de parcerias e o aumento de cooperação com a comunidade veio consolidar a abertura da PSP à sociedade e melhorar a imagem desta perante os olhos dos cidadãos;
3. O MIPP tem acompanhado a evolução da sociedade, mas é necessário traduzir essa evolução na DE nº 10/2006 de 15 de Maio, actualizando-a para assim melhor definir o modo de actuação dos elementos adstritos a este Modelo.

4. Metodologia Adoptada

Em função da temática de investigação que desenvolvemos, e para a sua correcta elaboração, a metodologia adoptada irá basear-se numa primeira fase na observação documental e bibliográfica e na sua análise, tendo como objectivo principal o enquadramento e fundamentação teórica do tema abordado. Numa segunda fase será utilizado o recurso a entrevistas e questionários. Com a realização de entrevistas a pessoas possuidoras de elevados conhecimentos específicos, teóricos ou práticos, sobre a matéria, procuramos aprofundar a informação recolhida na bibliografia analisada, que seria impossível obter de outra forma. Com base na informação recolhida através dos questionários pretende-se apurar respostas aos objectivos e hipóteses apresentados.

A realização deste estudo foi efectuada na 1ª Divisão e Divisão de Oeiras, ambas do COMETLIS. Esta escolha deveu-se ao facto de a 1ª Divisão ser o local onde foi



implementado o Projecto-piloto em 2006, e a Divisão de Oeiras, por encontrar-se inserida num meio social muito diverso da 1ª Divisão, podendo assim ser recolhida a visão da implementação do MIPP de dois locais com realidades muito distintas. A primeira é uma Divisão integrada e situa-se na zona pombalina de Lisboa, enquanto a segunda é uma Divisão destacada, encontrando-se inserida numa zona maioritariamente residencial.

Estruturamos o presente trabalho em três partes: Introdução, Desenvolvimento e Considerações Finais. O Desenvolvimento, por sua vez, divide-se em três capítulos, onde analisaremos os pontos-chave do nosso trabalho. O primeiro capítulo é dedicado a um enquadramento teórico sobre a temática desenvolvida, nomeadamente a evolução dos vários Modelos de Policimento existentes no mundo e as etapas a percorrer até se chegar a eles. No segundo capítulo procedemos a uma análise do Modelo de Policimento de Proximidade implementado em Portugal, pormenorizando a forma como foi implementado na PSP. No terceiro e último capítulo efectuamos a análise dos dados recolhidos, por forma a respondermos aos objectivos e hipóteses apresentados.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL RELATIVO AOS MODELOS DE POLICIAMENTO

A realidade policial e a sua articulação com a sociedade é complexa e de difícil compreensão. Por forma a compreender o modo como a Polícia desenvolve a sua acção no contacto com os cidadãos é necessário analisar cada parte isoladamente, surgindo desta forma elementos mais simplificados onde é possível observar as diferentes perspectivas.

Torna-se assim importante ao iniciar este capítulo esclarecer alguns conceitos chave para uma melhor compreensão das temáticas que vamos apresentar ao longo do nosso trabalho, pois como defende Clemente (2000:34) “a formulação de conceitos permite orientar a investigação e, acima de tudo, autonomizar um determinado segmento da realidade imanente à sociabilidade humana. Partindo de uma conceptualização prévia, a experiência advinda da investigação molda o conceito primacial, produzindo então o verdadeiro conceito operacional”. Optamos desta forma por no início deste capítulo compreender o que se entende por Polícia, Proximidade e Comunidade.

Seguidamente, este capítulo versará sobre a análise e compreensão de alguns Modelos de Polícia existentes, sendo para isso importante ir à sua origem, analisando os vários sistemas de polícia e a implementação destes no terreno através das filosofias policias.



Terminaremos o capítulo com as perspectivas de evolução do Modelo de Policiamento de proximidade e qual o melhor caminho para a sua correcta implementação.

1.1. Conceito de Polícia

São vários os conceitos que foram definindo a expressão Polícia, tendo a sua noção evoluído com o passar dos anos. O “étimo de *Polícia* vai buscar a sua raiz ao vocábulo grego *Polis* que significa cidade, urbe” (Clemente, 1998: 39). Nos primórdios das cidades-estado, este conceito possuía um significado muito amplo que incorporava tudo o que estava relacionado com o Governo e o acto de governar, pois “até ao séc. XIX, por Polícia entendia-se o que hoje chamamos de Administração Pública: toda a acção do príncipe dirigida a promover o bem-estar e a comodidade dos vassalos” (Verbo, 1963: 400). Era também entendida como “a actividade global do Estado que tinha por fim assegurar o exercício dos seus poderes: legislativo; executivo; judicial” (Clemente, 1998: 39). Actualmente entende-se por Polícia a “instituição, entidade incumbida de manter a ordem e a segurança, de reprimir as infracções à lei” (Verbo, 2001: 2892) e o “conjunto das leis que asseguram a ordem pública” (Texto Editores, 1995: 1183).

Por sua vez, no Direito Contemporâneo, o conceito de Polícia que vigora e é comumente aceite pela ordem constitucional portuguesa é o que nos apresenta Marcelo Caetano (1990: 1150) ao referir que a Polícia é “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”. Esta definição acaba por ser, no nosso entender, de certa forma redutora pelo facto de se traduzir unicamente na aplicação da lei e manutenção da ordem pública, deixando de lado a importante missão social desempenhada pela Polícia. A missão social da Polícia tornou-se ainda mais relevante com a passagem do Estado liberal de Direito para o Estado social de Direito, onde ocorreu uma multiplicação dos bens susceptíveis de protecção policial, o que levou o Estado a aumentar a sua área de intervenção¹.

Devido à sua elevada complexidade é possível caracterizar a Polícia em duas

¹ Vemos assim que a Polícia está intimamente ligada ao Estado, mas não nos podemos esquecer que a mesma não se criou por iniciativa própria, “ela está presa a unidades sociais das quais deriva sua autoridade. Hoje estamos acostumados a pensar na polícia como uma criação do Estado, mas um pouco de reflexão mostrará que isso é muito restritivo” (Bayley, 2006: 20) Ela emerge da sociedade, que a criou e lhe dá autoridade, podendo desta forma ser entendida também como um conjunto de “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física” (Bayley, 2006: 20).



dimensões autónomas, sendo elas: a dimensão orgânica ou institucional e a dimensão funcional ou material.

Em sentido orgânico é entendida, segundo Sérvulo Correia (1994: 3) como o “serviço da Administração Pública que tem por atribuição exclusiva, ou predominante, a prossecução de uma actividade de uma polícia geral”. Segundo Valente, citando Catarina Sarmiento e Castro (2009: 54), a Polícia em sentido orgânico é vista como o "conjunto de órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos cuja função essencial consiste no desempenho de tarefas materiais de polícia". Podemos assim observar que quando se fala na Polícia em sentido orgânico, trata-se de um grupo de órgãos da Administração Pública, que executam uma acção colectiva organizada tendo em vista a protecção geral de bens, na vigilância de actos susceptíveis de violar a Lei e na ajuda a toda a população, estando aqui compreendidos os serviços estaduais, regionais e municipais de polícia.

Em sentido funcional, segundo Sérvulo Correia (1994: 3), é vista como o “modo de agir da Administração Pública que visa fins de segurança pública de carácter geral”. Trata-se assim de uma intervenção da autoridade pública no seio da comunidade e no exercício das suas actividades, com o objectivo de prevenir e reprimir actos que visem pôr em causa o bem-estar e a segurança dos cidadãos.

Por sua vez, a Polícia dentro da sua actividade funcional, pode ainda ser dividida em dois grandes grupos: a Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária. Segundo Maurice Hauriou (1933: 416 cit. in. Oliveira, 2006: 106), “a polícia administrativa tem por objectivo a manutenção da ordem pública, prevenindo os possíveis danos sociais, através da coerção, isto é, por via do emprego da força; a polícia judiciária tem por fim a investigação dos delitos e infracções e a entrega dos autores aos tribunais encarregues de os punir, ela é assim um auxiliar da justiça repressiva”².

Actualmente o âmbito de actuação da Polícia é muito mais amplo, não se cinge apenas à manutenção da segurança e da tranquilidade públicas. A sua acção pauta-se também pela prevenção de comportamentos que mesmo não sendo de índole criminal, sejam

²A Polícia Administrativa pode por sua vez desdobrar-se em Polícia Administrativa Geral e em Polícia Administrativa Especial. A “polícia administrativa geral tem como objectivo a defesa da ordem jurídica considerada na sua globalidade, com particular incidência no domínio da ordem e segurança públicas” (Gomes, 2001: 16). Vemos assim que esta, tem como finalidade da sua acção a garantia da segurança das pessoas e dos seus bens, assegurar o regular exercício dos direitos dos cidadãos e a manutenção da ordem pública. A Polícia Administrativa Especial procurará assegurar a protecção de certos interesses públicos ou bens específicos de natureza administrativa e que estejam consagrados na lei, como refere Marcelo Caetano (1990:1154) “são actividades policiais que têm por objecto a observância e a defesa de determinados sectores da ordem jurídica”.



susceptíveis de alterar ou perturbar a ordem social. Esta ideia é também defendida por Ferreira (2003: 4-5) ao referir que “qualquer conceito que modernamente pretenda espelhar o que representa a expressão Polícia deverá ter presente a noção de liberdade, alargar o âmbito de actuação da mesma à prevenção e combate a actividades susceptíveis de perigarem a paz social (crime e incivilidade)”.

Esta torna-se uma das ideias centrais do nosso trabalho, ao defender que a Polícia deve actuar preventivamente, não podendo desta forma limitar-se a prosseguir apenas o que se encontra estipulado na lei, havendo necessidade de criar uma efectiva relação de cooperação com a comunidade para a qual se destina a sua actividade.

1.2. Conceito de Proximidade

O étimo Proximidade provém do latim *Proximitas*, que significa “condição ou estado do que é próximo; vizinhança; contiguidade” (Texto Editores, 1995:1223). Pode ainda ser entendido como “o que se encontra a curta distância de lugar, de tempo, das relações de parentesco...em relação a alguém ou alguma coisa” (Verbo, 2001:2996). O conceito de proximidade tornou-se parte integrante de uma mudança de paradigma, reflectindo a forma como devem ser pautadas as relações entre o Estado e o cidadão. A aplicação do conceito de proximidade visa “estabelecer uma relação mais aberta e orientada para as pessoas, que abranja a ideia de uma predominância do papel dos cidadãos, de exigências de desburocratização e expectativas de participação na gestão e nas decisões comunitárias” (Mozzicafreddo, 2001:7 cit. in. Oliveira, 2006: 85).

Com o evoluir da sociedade as relações entre as pessoas foram-se tornando muito distantes e impessoais, sendo que um dos principais factores a contribuir para este acontecimento foi a criação de grandes aglomerados habitacionais. Estes aglomerados habitacionais, que vieram a dar origem às grandes e densas cidades, levaram a que cada vez mais as pessoas se isolem e se tornem individualistas, conduzindo ao desgaste das fontes tradicionais da confiança, que se baseavam no grupo. Este fenómeno não se cingiu apenas às pessoas, “afectou a própria relação entre as instituições (polícia inclusa), e entre estas e a comunidade” (Ferreira, 2003: 7).

Devido a estes factores torna-se crucial investir em políticas que aproximem a Polícia do cidadão e das várias entidades ao dispor da população, pois “as políticas de proximidade, não só ao nível policial, são especialmente importantes para reforçar relações



perdidas dentro das comunidades ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas” (Leitão, 1999b: 5-6).

O conceito de proximidade é, assim, visto também como uma “lógica de aproximação da Polícia à população, no quadro de um aumento da sua eficácia e legitimidade. E pretende ser uma resposta positiva àquelas decisões que geram uma distância entre o Estado e os cidadãos” (Oliveira, 2006: 85). Deve, desta forma, existir uma conjugação de esforços e recursos com um objectivo comum, que será o diálogo permanente e contínuo com o cidadão e com as organizações e entidades que o representam, de modo a obter-se uma resposta rápida e eficiente e a manter no cidadão um sentimento de acompanhamento contínuo e próximo.

Vemos assim que o conceito de proximidade é a face de uma nova forma de policiar, que “relewa de uma concepção renovada das relações de proximidade que idealmente devem existir entre a polícia e os cidadãos, reenviando a uma concepção de eficácia policial que deve ter presente a dimensão humana dos problemas e uma preocupação pela coesão social” (Oliveira, 2006: 86).

1.3. Conceito de Comunidade

Compreender o que significa comunidade revela-se importante, na medida em que todo o trabalho policial e social gira em torno de uma. Só será possível compreender o objectivo do policiamento de proximidade e comunitário, se tivermos uma noção clara do que é uma comunidade e como esta evolui, como refere Trojanowicz (1998: 62), "para compreender as implicações do policiamento comunitário na sua totalidade, é necessário entender claramente o que se quer dizer quando se aplica a expressão comunidade".

O étimo Comunidade provém do latim *Communitate*, que significa “qualidade do que é comum; grupo de organismos interdependentes que partilham o mesmo meio ambiente e interoperam” (Texto Editores, 1995: 389). Pode ainda significar “conjunto de pessoas que vivem em comum e cujos recursos não são propriedade individual de nenhum dos seus membros; conjunto de pessoas que vivem no mesmo território ou região e têm um mesmo governo, língua e passado histórico” (Verbo, 2001: 898).

Vemos assim que o conceito de comunidade pode abranger vários significados, sendo que, de acordo com Lowe (cit. in. Trojanowicz, 1998: 62), "o conceito de comunidade é talvez um dos mais difíceis de definir e um dos mais utilizados na sociologia moderna”. Também Goldstein (1990: 25) corrobora esta ideia, ao se questionar sobre “o que se



entende por "comunidade"? É a comunidade toda a cidade, uma parte da cidade, um bairro, uma cidade negra, ou os moradores de um edifício de apartamentos específico?”.

Com o passar dos anos, este conceito foi-se moldando à própria evolução da sociedade, sendo que o conceito de “comunidade nem sempre corresponde a uma área, localização ou bairro; várias vezes refere-se apenas a um grupo de pessoas unidas por interesses comuns tais como uma comunidade escolar ou uma comunidade religiosa” (Trojanowicz, 1998: 62). As pessoas de uma destas comunidades actualmente não necessitam de partilhar o mesmo espaço geográfico para possuírem um forte sentimento de pertença e laços comuns. Esta ideia entra em conflito com a defendida por Park (cit. in. Trojanowicz, 1998: 63) ao referir-se à comunidade como “um grupo de pessoas que vivem numa área geográfica específica e condicionados por processos culturais ou de competição, cooperação, assimilação, e conflito”.

Na nossa opinião, esta última definição não se encontra actual, pois mesmo que as pessoas partilhem o mesmo espaço geográfico, não significa automaticamente que se trate de uma comunidade, como é comprovado com o crescimento das grandes cidades, em que “muitos destes bairros urbanos, são bairros muito recentes e não têm uma sedimentação do ponto de vista sociocultural que permita de facto ter essa ideia realmente de uma comunidade”³. Encontramo-nos numa época de globalização, em que as pessoas mesmo não partilhando o mesmo espaço geográfico podem comunicar muito facilmente, partilhando desta forma ideais e objectivos, e deslocar-se rapidamente entre locais diferentes e por vezes distantes⁴.

1.4. Sistemas de Polícia e Filosofias Policiais

A Polícia é uma instituição com competências próprias que a distingue das demais, sendo que a sua especificidade ocorre em parte devido ao seu posicionamento social, que a coloca entre a população e o poder político. Esta ideia é defendida por Bayle (cit. in. Gomes, 2001: 17), ao afirmar que a especificidade destas instituições “reside no facto delas

³ Vide entrevista Doutor Manuel Lisboa, anexo 10.

⁴ Existem ainda outras formas de comunidade, tal como as denominadas *Comunidades de Prática*. Este tipo de Comunidade pode ser entendido como um grupo de pessoas, composto por membros de categorias sociais diferentes e de regiões geográficas diferentes, que partilham e aprendem uns com os outros por contacto físico ou virtual, e que possuem um objectivo comum que resulta numa troca de experiências. As pessoas que formam esta comunidade tendem a possuir uma identidade própria, acabando por desenvolver uma linguagem também ela característica, permitindo aos seus membros uma melhor comunicação e afirmação na identificação. Dessa forma, essas comunidades tendem a ir além dos limites tradicionais de espaço físico e geográfico, assim como de associação ou conjunto de trabalho.



se situarem na articulação entre o social e o político”. Neste sentido, a Polícia, para além de ter que cumprir as determinações do poder político, está diariamente em contacto com a população resolvendo os seus problemas. Esta situação coloca-a muitas vezes perante uma dicotomia, pois ela ao trabalhar junto da população, resolvendo os seus problemas, torna-se mais próxima desta acabando por procurar responder às suas exigências em vez de cumprir de forma rígida as orientações dos órgãos do Governo. Mas ao mesmo tempo devido à sua forte especialização no exercício das funções de manutenção da tranquilidade e ordem públicas, não se pode inibir de agir em nome da autoridade colectiva, garantindo o cumprimento das normas vigentes.

Este posicionamento das instituições policiais é flexível, variando devido a várias condicionantes, tais como o Estado e a época em que se encontram inseridas. Como refere Bayle (cit. in. Gomes, 2001: 17), “a importância dos factores políticos variam de Estado para Estado, segundo as suas características históricas e culturais. Embora os modelos policiais possam apresentar semelhanças eles, variam de país para país, sendo que, a história da polícia não se pode separar da história política”.

É importante termos sempre presente que este posicionamento varia também de “época para época, pelo que um estudo individual para cada caso se torna essencial” (Guinote, 2009: 147), de forma a chegar-se a resultados credíveis e verdadeiros. Podemos observar esta distinção, por exemplo entre o modelo existente nos países anglo-saxónicos e o presente nos países da Europa Continental. Enquanto que “no primeiro caso, a polícia nasce da comunidade e pretende servi-la, no segundo caso a polícia é uma criação do Estado e está sobretudo ao serviço desse poder” (Gomes, 2001: 16). Podemos assim observar que não existe um modelo de polícia francês, como não existe um modelo inglês ou um continental, o que existe, desta forma, são sistemas policiais resultantes da emergência e desenvolvimento dos Estados e das políticas por eles prosseguidas (Oliveira, 2006: 98).

Os sistemas policiais, como vimos, característicos de uma determinada época e Estado, são alimentados por duas variáveis, a societal e a política, que vão contribuir em conjunto para a formação dos sistemas policiais escrevendo a sua história num determinado momento. Esta constatação é confirmada por Bayle (cit. in. Gomes, 2001: 17) ao se interrogar se “a história de um sistema policial num determinado momento, não estará condicionada por dois processos ou duas dinâmicas (...) a dinâmica societal e a dinâmica política como factores de mudança e de transformação dos sistemas policiais?”.

Torna-se assim importante reflectir sobre o que se entende por dinâmica societal e dinâmica política. A primeira surge como necessidade de criação de novos meios de regulação social, mais aptos às novas exigências da sociedade, devido às transformações sociais que ocorrem em determinado momento, tornando os meios anteriores desajustados. Esta dinâmica que surge das exigências societais determina quase directamente a evolução do sistema policial. A segunda surge de um processo de natureza política que consiste na existência de uma autoridade que age em nome da colectividade, editando normas e garantindo o seu cumprimento. A conjugação destas duas dinâmicas permite a evolução do sistema policial (Oliveira, 2001: 17).

A partir desta conjugação e tendo em consideração a intensidade de cada dinâmica, visto sempre numa perspectiva sincrónica pelas razões anteriormente apresentadas, é possível estabelecer vários Sistemas de Polícia distintos entre si, conforme a figura nº1 que é apresentada a seguir.

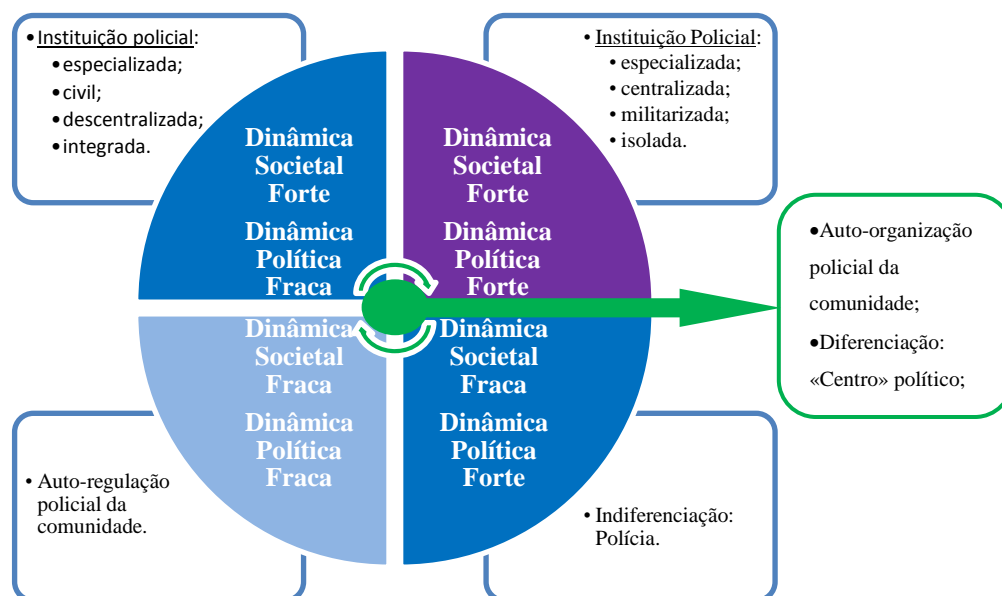


Figura 1 – Sistemas Policiais segundo Loubet del Bayle.

Fonte: Adaptado de Loubet del Bayle, 1992:173 cit. in. Gomes, 2001:17.

Na sequência do estudo de Bayle e apoiando-se nele, Monjardet (cit. in. Gomes, 2001: 17) “diz-nos que a dinâmica societal e a dinâmica política permite-nos descobrir quatro tipos de modelos policiais ideais”. Esquematizamos estes quatro modelos no quadro nº 1 que apresentamos a seguir.



Exigências Sociais			
Direccionamento Político		Forte	Fraca
	Forte	Arbitral	Autoritário
	Fraca	Comunitário	Minimalista

Quadro 1 – Modelos policiais ideais segundo Monjardet.

Fonte: Dominique Monjardet, 1993: 6 cit. in. Gomes, 2001: 17.

Os Sistemas de Polícia, como os apresentados, são colocados em prática através de Filosofias Policiais, que criam os Modelos de Polícia e os põem em funcionamento. As Filosofias Policiais vêm, desta forma, permitir uma sistematização após ter sido definido o posicionamento sociopolítico da Polícia, determinando assim a passagem da teoria à prática e tendo em vista a criação dos Modelos de Policimento.

Ao longo da nossa pesquisa bibliográfica foi possível ter percepção de que não existe uma definição padronizada de Filosofias Policiais. Porém, é possível referir que elas permitem passar de uma componente predominantemente teórica, como os Sistemas de Polícia, para uma vertente prática atribuindo-lhes um significado estratégico e operacional. As Filosofias Policiais podem assim ser entendidas como orientações de conduta emanadas pelos governantes, para as forças policiais, tendo em consideração a sua observação da realidade social. Estas orientações são sempre influenciadas pelas alterações sociais. É assim importante ter em consideração que estas filosofias orientadoras da actuação policial, visam responder aos problemas reconhecidos na sociedade mediante a definição de um sistema de objectivos.

A criação de uma filosofia deve ter, como vimos anteriormente, sempre em consideração o posicionamento sociopolítico da instituição policial, mas, para além disto, deve ter igualmente em atenção, a forma como a sua actividade deve ser desenvolvida, as características e a orientação que deve ter o seu policimento e de que forma se deve interligar com a comunidade. Marques (1997:13) refere que “delinear filosofias policiais equivale a estudar a acção da gestão da segurança pública centrada na identificação dos seus efeitos nas relações sociais, na interpretação do tipo de prioridades e os efeitos a longo prazo. A estas filosofias, estará sempre associado um atributo de autoridade, de coercibilidade”.

Tendo em vista uma boa implementação destas filosofias policiais, é importante desenvolver na instituição um estado-maior forte, com capacidade de comando, controlo, coordenação, monitorização e de gestão da mudança e, ainda, uma estrutura operacional mais flexível, para que seja possível o acompanhamento da evolução das dinâmicas social



e política, conseguindo desta forma obter o posicionamento sociopolítico ideal para o bom desempenho da sua missão. É no acompanhar desta evolução que as instituições policiais deverão equacionar qual o rumo que pretendem seguir e qual o que melhor se adapta à conjuntura sociopolítica em que estão inseridas, pois “é considerando genericamente todos estes factores, que a instituição deve equacionar a orientação mais adequada ao cumprimento da sua actividade em consonância com os anseios da sociedade e enquanto órgão de polícia criminal e preventiva” (Marques, 1997:17). As FS, desta forma, são autónomas até certo ponto para definirem a sua Filosofia Policial, sendo que, no caso português, uma certa ausência de directrizes emanadas do SSI, leva a que, não exista uma uniformização destas Filosofias, podendo cada instituição definir as suas prioridades e forma de actuar, distintas das demais instituições, o que tem apresentado vantagens e inconvenientes no desenvolvimento de concepções, programas e projectos de policimento de proximidade.

1.5. Modelos de Policimento

Devido à elevada complexidade, da realidade é necessário desdobrá-la em sectores mais pequenos por forma a estudar os mesmos individualmente, pois só assim será possível a sua correcta compreensão. Surgem desta forma os Modelos de Policimento, fragmentos da realidade, que permitem estudar cada parte isoladamente, permitindo posteriormente a compreensão da mesma como um todo. Como refere Rocher (1968: 148 cit. in. Oliveira 2006: 97), “um modelo permite recorrer a imagens para representar uma realidade que é, por natureza, complexa, múltipla e de difícil percepção ao espírito humano, que tem uma certa dificuldade em apreender o seu conjunto e o seu movimento”.

O estudo dos Modelos de Policimento deve ser concertado e ter por base uma percepção de todos os factores que contribuem para a sua formação, não ser limitado apenas a observar cada factor por si, isoladamente. Segundo Oliveira (2006: 97) “essa realidade deve ser constituída por elementos que estabeleçam entre si relações de interdependência. E que, a totalidade formada pelo conjunto dos elementos não se reduza à mera soma desses elementos”. Os Modelos de Policimento que analisaremos em maior profundidade serão o Modelo Profissional, o Modelo Comunitário e o Policimento de

Proximidade.⁵

1.5.1. Modelo Profissional

Um novo Modelo de Policimento surge numa época em que o Governo e consequentemente as polícias dos EUA encontravam-se profundamente corrompidas. Isto acontece no início do século XX, altura em que a máfia para desenvolver as suas práticas criminais sem fiscalização, necessita de ter controlo sobre as forças policiais. Para isso ela precisa de exercer autoridade sobre o Presidente da Câmara, uma vez que é ele que controla as Polícias. Para conseguir esse objectivo, a máfia exercia um forte controlo sobre os sindicatos, que por sua vez possuíam uma elevada influência sobre o povo que votava para a eleição dos seus dirigentes políticos. Esta forma de controlo torna-se importante para *a posteriori* controlarem as FS, com vista à prática dos ilícitos sem que fossem barrados na fiscalização. Apresentamos, de seguida, a figura número 2 que representa esta troca de influências.

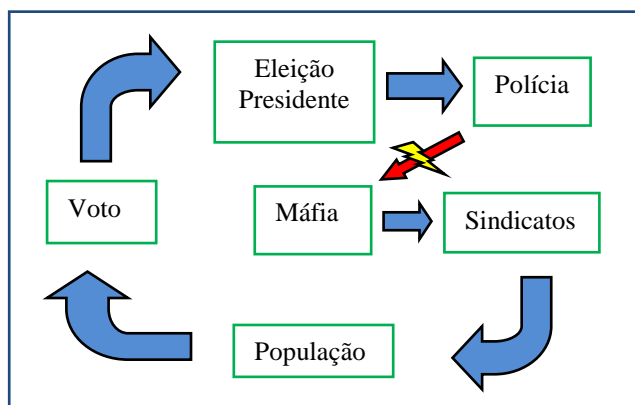


Figura 2 – Troca de influências nos EUA antes do Modelo Profissional de Polícia.

Fonte: Elaboração Própria.

Com o objectivo de pôr termo a esta corrupção, tornava-se necessário uma transformação na instituição policial, nomeadamente, a criação de procedimentos mais eficazes, uma disciplina forte, imparcialidade, isenção, profissionalismo e um correcto uso dos meios humanos e materiais. Estas necessidades, depois de implementadas, levaram a que surgisse um novo Modelo, o Modelo Profissional de Polícia, como refere Normandeau e Leighton (cit. in. Oliveira, 2006: 113), “o modelo profissional de polícia surgiu nos

⁵ Segundo Tupman e Tupman (1999) existe ainda uma forma diferente de caracterizar os Modelos de Policimento, dividindo-os em 3 grandes grupos: O Modelo Nacional, mais parecido com o Modelo Profissional e predominante no Norte da Europa, em países como a Suécia, Dinamarca e Finlândia; o Modelo Napoleónico, também ele mais parecido com o Modelo Profissional e predominante nos países do Sul da Europa, como Portugal, Espanha, França e Itália; por último o Modelo Descentralizado, este por sua vez mais parecido ao Modelo Comunitário e característico dos países Anglo-saxónicos.



Estados Unidos como resposta aos problemas de corrupção que advinham das estreitas relações entre a polícia e o mundo da política”.

Nesta senda de transformação na Polícia, e tendo em vista uma profunda reforma, “em 1929 o Presidente Herbert Hoover criou a National Commission on Law Observance and Enforcement e encarregou-a de proceder a uma reforma da polícia norte-americana” (Oliveira, 2006: 113), transformação esta que também visava a eliminação das interferências políticas na organização policial, passando a ser o lema da polícia “*protect the innocent against deception, the weak against oppression or intimidation... and to respect the institutional rights of all men to liberty, equality and justice*” (Wilson, 1963: 6 cit. in. Goldstein, 1990, p. 7).

Por seu lado, na Europa, durante a II Guerra Mundial as pessoas fugiram das cidades para as zonas rurais. Finda a guerra, as populações regressaram às cidades destruídas e fixaram-se nas suas periferias, criando aí as suas habitações. Portugal não sofreu com a II Guerra Mundial como o centro da Europa, logo não houve o regresso das pessoas às cidades devido ao fim da guerra, aqui o factor que motivou o aumento de aglomerados nas periferias das cidades foi o regresso dos refugiados das ex-colónias e a crescente industrialização do país. Estes acontecimentos fizeram com que a área de patrulhamento aumentasse, embora o efectivo policial continuasse a ser o mesmo. Para colmatar esta situação “a polícia, entretanto, andava de carro, o que fez com que o policiamento ficasse distanciado das populações, impessoal” (Brattom, 2000: 16). Este afastamento quebrou a passagem de informações da população para a polícia, enfraquecendo desta forma o pilar das informações e conseqüentemente o da prevenção, não deixando outra alternativa à Polícia, se não o de se virar para o pilar da investigação criminal e da reacção.

Este paradigma reactivo advém, entre outros factores, também do facto de na época se acreditar que através de uma resposta rápida era possível prevenir os danos aquando do acontecimento do crime, e que a rapidez da resposta era directamente proporcional à detenção dos autores dos ilícitos criminais. Para conseguir bons resultados foi efectuado um forte investimento nos meios ao dispor da Polícia, sendo que, “a mudança para a patrulha motorizada, juntamente com melhorias na comunicação, possibilitou à polícia aumentar muito a sua disponibilidade para responder a pedidos de ajuda, especialmente nas áreas onde anteriormente não eram efectuadas patrulhas a pé” (Goldstein, 1990: 19).

Estes factores acabaram por motivar o afastamento da Polícia da sociedade, pois as “áreas de patrulha podem ser muito maiores, mas a comunicação com a sala de controlo,



em vez da interação com o público, tornou-se o foco da comunicação” (Tupman, Tupman 1999: 50). Vemos assim, que entre outros, os acontecimentos que mais contribuíram para esta situação foram o aumento das áreas urbanas e a modernização tecnológica.

Outro acontecimento que à primeira vista nada tem a ver com este acontecimento, mas que contribuiu para o seu agravamento passou pelo facto de o telefone se ter tornado um componente praticamente obrigatório em todas as residências. Isto levou a que os cidadãos passassem a possuir o poder de entrar em contacto com a Polícia apenas quando algo corresse mal e quando necessitassem da mesma, sendo que a partir deste momento “a polícia tornou-se escravizada pelo telefone” (Goldstein, 1990: 19).

Esta generalização da utilização do número de emergência trouxe aspectos positivos e negativos. Por um lado, aumentou a sensação de segurança da população, que passava a ter a Polícia à porta de sua casa apenas com uma rápida chamada, mas, por outro lado, o telefone passou a ditar a orientação a dar aos efectivos e consequentemente a forma como os recursos da Polícia eram utilizados. Os agentes passaram a ser direccionados “para longe de outras tarefas igualmente importantes ou talvez até mais importantes. Promove a noção entre o pessoal operacional que o policiamento consiste simplesmente em responder a incidentes” (Goldstein, 1990: 20).

Esta problemática, do afastamento da população relativamente à polícia, é ainda mais agravada, com a crescente obsessão para a profissionalização da Polícia e consequentemente a forte implementação de todos os princípios que lhe são inerentes, sendo que esta nossa ideia é defendida também por Leitão (1999b: 4) ao afirmar que “está hoje demonstrado por todo o mundo ocidental que esta excessiva profissionalização autonomista provocou o distanciamento entre polícia e cidadãos. A polícia concentrou-se em lutar contra os «maus» esquecendo-se de trabalhar proactivamente com os «bons»”. Simultaneamente o factor tecnológico e o conforto das viaturas, levaram a que os polícias raramente patrulhassem a pé a via pública e fossem aprofundando uma cultura de arrogância e de falta de diálogo com os cidadãos. Este distanciamento é confirmado aquando dos conflitos sociais verificados no final da década de 60 e início da década de 70 do século XX, tanto nos EUA como na Europa Ocidental, ficando patente neste período conturbado em termos sociais e políticos que os cidadãos não aceitavam uma Polícia alienada da sociedade e que utilizava frequentemente a violência contra a população, sobretudo em contexto de manifestações públicas de protesto.



Este Modelo de Policimento mais reactivo não funcionou como era esperado, sendo que o número de ilícitos não diminuiu, pelo contrário. A confiança das pessoas na polícia diminuiu e o seu sentimento de insegurança⁶ aumentou exponencialmente. Este foi o preço da obsessão da luta contra o crime e da excessiva ênfase atribuída aos meios tecnológicos, uma vez que a Polícia preocupava-se apenas em reagir contra os transgressores da lei, descurando os contactos proactivos com a sociedade.

Com esta índole meramente reactiva e consequentemente com a falta de contacto com a população, neste Modelo de Policimento, são descuradas medidas de prevenção e de resolução de problemas da sociedade, levando à ineficácia da Polícia. Ficou comprovado que o “patrulhamento ao acaso, motorizado, nem reduz o crime nem melhora as chances de prender os criminosos. Essas patrulhas ao acaso também não oferecem segurança suficiente aos cidadãos para diminuir seu medo do crime nem geram uma confiança maior nas forças policiais” (Skolnick, Bayley, 2006: 67).

Neste paradigma de policimento, a avaliação da qualidade de serviço era efectuada pela rapidez de resposta às solicitações e pelo número de criminosos levados a tribunal. Apesar do forte investimento efectuado, os resultados não foram os esperados, pois ficou comprovado que o tempo de resposta não interessa muito, visto que “se passar apenas um minuto que seja do momento em que o crime foi cometido, a chance de a polícia prender o criminoso será menor que dez por cento” (Skolnick, Bayley, 2006: 68). A comunicação do crime não é imediata, sendo que os cidadãos demoram em média quatro a cinco minutos a chamar a polícia, o que faz reduzir as probabilidades de sucesso em muito. Neste sentido, “os cidadãos parecem desejar uma resposta previsível” (Skolnick, Bayley, 2006: 68), não sendo isso humanamente possível, os mesmos preferem uma resposta policial em que possam confiar, mesmo não sendo a mais rápida.

É impossível a polícia controlar sozinha toda a criminalidade existente, pelo que os cidadãos são uma parte essencial nesta operação, pois “a não ser que as vítimas e as testemunhas relatem os crimes, tragam informações, acompanhem o caso todo, e

⁶ A definição de *sentimento de insegurança* devido à sua difícil avaliação torna-se também difícil de concretizar, sendo definida por vários autores de formas ligeiramente diferentes. A definição que no nosso entender se revela mais completa é a que nos é apresentada por Garofalo (1981: 839 cit. in. Guinote, 2009: 138), que se refere ao sentimento de insegurança como “uma reacção emocional caracterizada pelo sentimento de perigo e ansiedade produzido pela ameaça de um dano físico (...) alimentada por certas fragilidades percebidas no ambiente, que se relacionam de alguma forma com o crime”. Contudo, concordamos com Guinote (2009: 139) quando refere que “independentemente de qual a definição que possa ser considerada como a mais correcta, todas referem estar o sentimento de insegurança associado a uma percepção de carácter subjectivo e de índole psicológica, que implica associações de factos externos à rotina individual do sujeito inseguro”.



participem activamente dos esforços organizados para a prevenção do crime, nosso sistema de justiça não pode funcionar como ele deveria” (Skolnick, Bayley, 2006: 69). Tendo em vista esta necessidade e o declínio do Modelo existente, surge um Modelo de Policimento mais proactivo e próximo do cidadão, pois “a comunidade é um recurso importante, com um enorme potencial, em grande parte inexplorado, para reduzir o número e a magnitude dos problemas que de outra forma se tornam o negócio da polícia” (Goldstein, 1990: 15), este novo Modelo, pretende dar resposta às solicitações de uma sociedade em constante mutação.

1.5.2. Modelo Comunitário/Policimento de Proximidade

Como vimos anteriormente, o Modelo Profissional primava por uma natureza meramente reactiva e marcadamente aleatória, limitando-se a actuar e reprimir a violação das leis, sendo desta forma um policimento essencialmente repressivo. Este Modelo de Policimento que tem vindo a ser adoptado revela-se insuficiente, não correspondendo às exigências da sociedade, que possui um carácter dinâmico. Compete à Polícia, deste modo, adoptar novos métodos de trabalho e formas de resolver os problemas resultantes das relações sociais.

Com o evoluir da sociedade, as práticas criminais que contribuem para o aumento do sentimento de insegurança da população também foram alterando, sendo “cada vez mais consensual que o que incomoda e condiciona o comum dos cidadãos não é tanto o crime organizado, mas antes a pequena criminalidade, ou «criminalidade de massa»” (Elias, 2007:477). Torna-se desta forma importante identificar as causas geradoras da delinquência e adoptar uma postura proactiva, trabalhando em cooperação com outras instituições, e em particular com os cidadãos, para que seja possível encontrar soluções para as situações de risco que ocorrem no seio da comunidade. Como refere Clemente (2000: XI-XII), “o olhar da polícia começa a incidir sobre as causas da delinquência, portanto a chave da resolução da problemática da insegurança situa-se aí e nunca a jusante”

Existe desta forma um regresso ao passado, onde a instituição policial se encontrava mais próxima da comunidade, procurando resolver e prevenir os crimes, assim como os demais problemas em conjunto com a mesma.

1.5.2.1. Modelo Comunitário

Os desenvolvimentos que analisamos no capítulo anterior, novas perspectivas, e resultados da pesquisa efectuada trouxeram-nos a uma nova era no policimento, sendo



que, a origem deste Modelo de Policiamento estará sempre associada à mítica frase proferida em 1829 por Robert Peel: *A polícia é o público e o público é a polícia*. Robert Peel é sem dúvida uma personalidade incontornável quando se fala nos primórdios do policiamento comunitário⁷, sendo que “o conceito que hoje se tem do que é o policiamento comunitário, enquanto filosofia policial, teve a sua génese na *Metropolitan Police* de Londres no primeiro quartel do Século XIX” (Elias, 2007: 469). Durante a transição para este novo Modelo de Policiamento, e antes da sua afirmação na *Metropolitan Police*, foram efectuadas várias experiências, nomeadamente em Aberdeen (Escócia) com a criação da *Team Policing*⁸, e em Accrington (Inglaterra) com a criação da *Unit Beat Policing*⁹.

Por sua vez nos EUA este modelo de policiamento começa a emergir após o surgimento de uma preocupação efectiva face ao afastamento entre a Polícia e a comunidade. Os primeiros passos dados neste país, tendo em vista a melhoria da relação entre estas duas partes, ocorreram em meados do século XIX, com a criação do projecto *Police Community Relations*¹⁰. Este projecto não funcionou como era esperado, em parte devido ao facto de os elementos afectos a este projecto serem elementos administrativos, e não agentes operacionais, levando a que os agentes afectos a este projecto não fossem encarados como “verdadeiros” polícias.

Outro projecto levado a cabo na mesma altura nos EUA foi o *Crime Prevention Unit*¹¹, onde como no projecto anterior, foram utilizados elementos administrativos em vez de agentes operacionais. Esta escolha em ambos os projectos foi um elemento determinante no insucesso dos mesmos, pois como refere Leitão (1999: 12) “o fracasso ficou-se a dever à distanciação evidente para a população entre os polícias bem apresentados e bem-falantes

⁷Por comunitário subentende-se o “que se caracteriza pelo espírito de cooperação e pelo aproveitamento comum de bens que são pertença de todos os membros de uma comunidade; que forma uma comunidade cujos membros têm em comum interesses e formas de participação, de cooperação e de permuta em diversos domínios” (Verbo, 2001: 899).

⁸A *Team Policing*, ou Policiamento em equipa, traduzia-se na “responsabilização de um grupo de agentes que, de forma permanente, asseguram todos os serviços policiais a uma determinada área” (Goldstein, 1977: 63 cit. in. Leitão 1999: 10).

⁹A *Unit Beat Policing*, “consistia numa equipa afecta a uma área específica, e nela residindo, a qual transmitia informação útil a um coordenador responsável por disseminá-la a outras áreas” (Leitão, 1999: 10).

¹⁰A implementação deste projecto visava, “estreitar relações com a comunidade, incrementar a comunicação com os cidadãos e com vários actores sociais, e envolver a comunidade na prevenção criminal” (Ferreira, 2000: 36).

¹¹O *Crime Prevention Unit*, ou Unidade de Prevenção Criminal, consistia em “equipas ou agentes cuja missão era a de dar conselhos de segurança e prevenção criminal a grupos específicos, desde a comunidade a comerciantes” (Leitão, 1999: 12).



e aqueles com quem diariamente tinham os mais variados contactos, frequentemente envolvidos de tensão, autoritarismo e agressividade”.

Estas foram as primeiras experiências que estiveram na origem de um tipo de policiamento mais proactivo que mais tarde viria a ganhar uma maior projecção e a consolidar-se nos países anglo-saxónicos.

Um dos principais objectivos deste Modelo, passa por tentar ultrapassar a barreira que existe entre a Polícia e a população, quebrar com a tradição de uma Polícia militar e voltada para a reactividade, onde a população só entra em contacto com esta quando algo corre mal. Aqui o princípio é que a população passe a contactar diariamente com a Polícia e que esta não seja sinónimo de algo mau, “o papão das crianças mal comportadas, a quem os pais ameaçam com a polícia se não obedecerem” (Bolle, 1998: 410), mas pelo contrário, que seja vista como uma entidade que pode ajudar e em quem as pessoas podem confiar e transmitir aquilo que no seu entender está a correr menos bem no seu bairro. Este modelo visa assim “criar uma verdadeira parceria entre a Polícia e a comunidade para resolver o problema do crime, bem como, mais em geral, para responder aos complexos problemas do controlo social (...) doravante, o combate ao crime constitui tarefa tanto da sociedade como da Polícia” (Bolle, 1998: 411).

Trojanowicz para além de corroborar esta ideia vai mais além ao referir que “o policiamento comunitário, no seu plano ideal, não é apenas um meio para fazer face às preocupações da comunidade, mas uma filosofia que dá poderes e responsabiliza a comunidade” (Trojanowicz, 1998: 233 cit. in. Elias, 2007: 472-473). Vemos assim que este Modelo de Policiamento passa por uma estratégia organizacional que visa a realização de parcerias entre as pessoas e a Polícia, isto é, “fundamenta-se na premissa de que a Polícia e a comunidade têm de trabalhar em conjunto para identificar, priorizar e solucionar problemas” (Ferreira, 2000: 40).

Outro grande objectivo deste modelo é a descentralização e personalização do serviço policial, para que os agentes que actuam no terreno possuam mais capacidade para a resolução eficiente das ocorrências com que se deparam no dia-a-dia. Neste Modelo de Policiamento não pode apenas ser um grupo de agentes responsáveis pelo seu desenvolvimento e bom cumprimento, pois “é importante que um movimento como o policiamento comunitário provoque mudanças na forma como o policiamento é realizado, que todos os membros da instituição policial sejam envolvidos, e que todos os membros da



comunidade tenham a mesma oportunidade de se envolver nas iniciativas do policiamento comunitário” (Oliver: 2000: 81).

Este envolvimento da população torna-se de extrema importância, devendo o público “ser visto como “co-produtor” da segurança e da ordem, juntamente com a polícia” (Skolnick, Bayley, 2006: 18), levando assim esta forma de policiar a associar a comunidade ao policiamento e manutenção da ordem. Programas projectados, neste sentido por parte da Polícia, revelaram ser bem-sucedidos e proporcionaram um reduzir dos receios dos cidadãos.

1.5.2.2. Policiamento de Proximidade

Uma forma de policiar mais voltada para o cidadão não ocorreu apenas nos países anglo-saxónicos, a Polícia francesa também enveredou por este tipo de policiamento, tendo começado a voltar-se mais para políticas de proximidade a partir dos anos 80 do século XX. Para este direccionamento da Polícia contribuiu, entre outros factores, “a criação do Conselho Nacional de Prevenção da Delinquência e, a nível local, dos conselhos Municipais de Prevenção da Delinquência, dos quais a polícia é elemento integrante” (Ferreira, 2000: 50). A partir deste momento foram criadas as bases para a implementação de um tipo de policiamento de proximidade, embora ainda não se falasse num Modelo de Policiamento, mas sim na necessidade de aproximação entre a Polícia e o cidadão.

Os princípios subjacentes ao Policiamento de Proximidade começaram a ser implementados na década de 90 do século XX, tendo sido um processo muito lento, onde ocorreu uma forte resistência às alterações a que a implementação deste modelo origina, levando a que inicialmente poucos fossem os elementos policiais dedicados exclusivamente a este tipo de policiamento.

Uma das principais características do Policiamento de Proximidade passa pelo facto de se tratar de “um modelo integrado, ou seja, o modelo de policiamento integra-se numa política mais vasta, que é a política das cidades, de que a Polícia é apenas um actor, é uma parte importante mas não a única” (Gomes, 2001: 2). O facto de a Polícia se enquadrar num modelo mais abrangente faz com que esta participe “activamente na melhoria da qualidade de vida das cidades e na prevenção da delinquência e da criminalidade, não de forma isolada, mas em conjunto com outros actores sociais, com responsabilidades directas na segurança da sociedade” (António, 2003: 18-19).



Vemos assim que à luz dos princípios deste modelo, a manutenção da segurança não é uma tarefa apenas da competência exclusiva das FS, devendo também envolver o próprio cidadão assim como as diversas instituições locais e centrais, públicas e privadas. Esta ideia é importante, porque chegamos à conclusão que cada vez mais um actor isolado não consegue resolver todos os problemas de insegurança e criminalidade, tendo necessariamente que recorrer ao auxílio das demais entidades, o que levou em França à ideia de contratualização, pois neste país “já se contam por várias centenas os contratos locais de segurança que foram celebrados desde 1998” (Gomes, 2001: 3). Estes contratos celebrados pelos vários actores sociais são importantes, pois atribuem direitos a todos, mas acima de tudo também deveres e obrigações, como refere Gomes (2001: 3) “as partes definem as cláusulas tendentes à prevenção da delinquência, à redução da criminalidade e do sentimento de insegurança na sua cidade, e são responsáveis pelo seu cumprimento, pela prossecução dos objectivos fixados – é importante a ideia de responsabilização dos vários autores”. Neste modelo de policiamento francês é de grande importância o trabalho desenvolvido pelo *îlotage*¹². Este elemento tem por missão desempenhar um papel específico de ligação quase familiar com a população de um determinado sector, intervindo de imediato nas grandes ou pequenas tensões do quotidiano. Com a implementação do Policiamento de Proximidade, é criada uma nova estratégia organizacional que permite às FS e às comunidades trabalharem em conjunto, para conseguirem encontrar formas inovadoras e eficientes de resolver os problemas locais com que se deparam.

Este Modelo de Policiamento visa assim “prevenir os comportamentos incivilizados, que sem terem necessariamente uma moldura penal, contribuem, em grande medida, para a instauração ou manutenção de um clima de inquietação no seio da população local” (Clemente, 2000: 37), prevenção essa integrada e participada pela sociedade.

1.5.2.3. O que une e distingue estes Modelos

Serão estes dois modelos que abordámos anteriormente iguais? Ou terão diferenças entre si? Ao longo da nossa análise bibliográfica foi possível verificar que a opinião diverge, sendo que, “para alguns autores, a diferenciação entre um e outro conceito deve-se somente a questões geográficas” (Elias, 2007: 470), ou encontra-se meramente na expressão adoptada, como refere Bolle (1998: 413), “não dou importância alguma a este

¹² O *îlotage* é o que nós em Portugal chamaríamos o polícia de bairro, “a área da esquadra é dividida numa quadrícula e em cada *îlot* ou quadrado existe um polícia responsável, quer pelas questões da prevenção e da mediação, quer pelas questões do combate à incivilidade e à pequena criminalidade” (Gomes, 2001: 2).



aspecto puramente semântico, a esta mera querela de vocabulário”, existindo ainda quem defenda que o Policiamento de Proximidade traduz-se, fundamentalmente, na adaptação do modelo de Policiamento Comunitário à realidade francesa. Para outros autores, o policiamento comunitário e o policiamento de proximidade não são sinónimos, possuem, mesmo que discretas, algumas diferenças que se tornam importantes.

Na nossa opinião não se deve tomar uma das partes de forma rígida, pois se é certo que ambos os modelos se movem por objectivos idênticos, também é verdade que ambos possuem formas ligeiramente diferentes para alcançar esses objectivos. Como verificámos anteriormente, quando se analisa um Modelo de Policiamento deve-se ter em consideração o tecido social no qual ele está implementado, pois este é uma das fontes principais para a sua modelação e esquematização. Sendo estes dois Modelos de Policiamento de países diferentes e culturas também elas muito distintas, é normal que a sua construção e consequentemente a sua forma de actuação não seja igual.

De forma a espelhar essas diferenças, optámos apenas por salientar algumas, que considerámos mais importantes. Uma dessas diferenças substanciais passa pelo facto de “o modelo de proximidade, na sua vertente preventiva (contrariamente ao que acontece com o modelo comunitário), atribui grande importância à investigação criminal, considerando-a primordial (...). No modelo comunitário a investigação criminal é considerada como uma actividade auxiliar ou complementar” (António, 2003: 23). Outra distinção relevante passa pelo facto de o policiamento comunitário, inversamente ao de proximidade, levar “os cidadãos a participar no policiamento, atraindo-os para a co-produção do policiamento, pelo menos até certo ponto e com variações nas mais diversas experiências locais. Ou seja, o Policiamento de Proximidade reforça a ideia da centralidade das polícias públicas de Estado na oferta do policiamento; o Policiamento Comunitário cria formas mais híbridas de policiamento necessariamente menos centralistas, tanto ideologicamente como nas suas práticas”¹³, ou seja, no Modelo Comunitário a Polícia passa a ser mais um parceiro, onde todos estão ao mesmo nível e têm os mesmos direitos e obrigações, enquanto no Policiamento de Proximidade as instituições governamentais possuem o controlo e delegam competências às restantes instituições, mas sempre numa posição de supremacia.

No entanto, prosseguindo estes modelos os mesmos objectivos e “fruto da sua adaptação ao mundo globalizado e novas realidades sociais, há cada vez mais similitudes entre eles, sendo a principal, a crescente adopção de metodologias de base comunitária, de

¹³ Vide entrevista Doutora Susana Durão, anexo 9.



proximidade com os cidadãos e com entidades públicas e privadas, de prevenção criminal, de parceria e de serviço público prestado aos cidadãos, mesmo por parte das forças policiais de natureza militar, tradicionalmente mais vocacionadas para a estrita aplicação da lei, numa perspectiva essencialmente reactiva” (Elias, 2007: 472).

Contudo é importante ter sempre em consideração que “os próprios conceitos de policiamento comunitário e de policiamento de proximidade têm evoluído” (Elias, 2007: 42), pelo que, as diferenças entre ambos que hoje existem, amanhã podem já não existir, e pelo contrário, outras que hoje não existem podem no futuro ocorrer.

Ao longo do nosso trabalho utilizaremos a designação de policiamento de proximidade, visto que foi a designação atribuída e sedimentada em Portugal, e que, como veremos mais à frente no nosso trabalho, é o modelo do qual o português mais se aproxima actualmente.

1.5.2.4. Objectivos e futuro

A função policial actualmente, quer nos países onde está implementado um Modelo Comunitário, quer nos países onde está implementado o Policiamento de Proximidade, valoriza de forma crescente a prevenção e a proactividade junto da população, pois “a violência ilegítima não se combate só com violência legítima. Por isso, a actuação de diversas entidades, públicas e privadas, em parceria abre caminho para a futura erradicação da violência do seio da comunidade humana” (Clemente, 2000: X). Esta missão requer o aproveitamento de um relacionamento próximo com o cidadão, para assim a Polícia conseguir incrementar as relações de confiança e cooperação com a comunidade. Como refere Leitão (1999b: 6), “esta plena integração nas comunidades além de melhorar as relações entre polícia e comunidades, com todas as vantagens daí provenientes, é especialmente útil para que sejam as próprias comunidades a assumirem um papel determinante na sua segurança e bem-estar”.

A maioria dos factores que condicionam a oportunidade de ocorrer o crime não é controlável pela Polícia. Para minimizar estes factores de oportunidade, é necessária a intervenção das demais autoridades públicas e privadas, assim como da própria comunidade, como refere Goldstein (1990: 21) “a comunidade deve-se policiar a ela própria. A polícia pode, na melhor das hipóteses, apenas ajudar nessa tarefa”.

No futuro “o policiamento de proximidade só terá sucesso na sua implementação, se os cidadãos estiverem suficientemente informados acerca dessa mudança, e apostarem, eles também, nesse novo tipo de policiamento” (Matos, 2000:25). Desta forma, cada vez mais a



estratégia da Polícia deverá sistematizar e promover uma maior interacção com a comunidade e os cidadãos, incentivando a existência de uma entreatajuda na produção da segurança, através de parcerias entre entidades públicas e privadas.

De fora dos objectivos destes Modelos não pode ficar a prevenção da criminalidade e consequentemente o medo que esta incute na sociedade, pois este medo pode ser tão prejudicial como a própria criminalidade em si, podendo levar ao descrédito da Polícia e à perda da confiança da sociedade nesta. Os bairros devem ser mantidos sem vidros partidos¹⁴, não levando assim os “cidadãos comuns a reduzir os seus próprios esforços para manter as suas casas e para controlar a conduta indisciplinada” (Goldstein, 1990: 23). Torna-se importante para este objectivo que a Polícia actue rapidamente e localmente, pelo que a obtenção de sucesso nesta missão, torna-se dependente do tipo de parcerias que são desenvolvidas com a comunidade. Com a implementação de um modelo mais proactivo e de proximidade, não se deve renegar o modelo reactivo existente, pois ele também é importante. Deve sim, ser encontrado um ponto de equilíbrio entre os dois, de forma a que a Polícia consiga responder às exigências da sociedade eficientemente. Como refere Clemente (2000: VII) “este modelo de policiamento não visa substituir o modelo utilizado tradicionalmente pelas FS, mas antes adaptá-lo às novas mudanças sociais, ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos tempos”, devem assim coexistir os dois tipos de policiamento, pois numa sociedade heterogénea como a nossa, em locais diferentes, e em determinadas alturas o policiamento predominante poderá pender mais, quer para o de proximidade, quer para um do tipo mais reactivo.

Embora um dos objectivos deste modelo de policiamento seja o acompanhamento dos grupos sociais de risco, ou mais fragilizados, não se deve apenas enveredar pelo apoio a estes grupos, correndo o risco de o policiamento efectuado ser maioritariamente de vertente social, e descurando outro princípio basilar deste modelo de policiamento que é a prevenção dos ilícitos criminais. Verifica-se, então, que existe uma “necessidade de redefinição da relação entre a polícia e a comunidade, pois esta não estará mais limitada apenas a bairros habitados por minorias. Com um objectivo que vai bem mais além do que reduzir as tensões e fazer com que gostem da polícia, foi reconhecido que para obter o

¹⁴ J. Wilson e G. Kelling (1992) conceberam a teoria dos *Broken Windows*, que liga a deterioração física com o colapso da ordem pública e do crime. É assim estabelecida uma analogia entre o comportamento de um delinquento num bairro e os vidros de uma janela, afirmando que quando os vidros são partidos e não sendo reparados, podem levar à destruição de todo o edifício, passando-se o mesmo com o delinquento em relação ao seu bairro (Goldstein, 1990: 23).



trabalho policial feito é necessário um maior envolvimento de todos os cidadãos” (Goldstein, 1990: 23), levando assim ao melhor cumprimento dos objectivos a que este Modelo se propõe.

Para melhorar o policiamento existente no nosso país, é imperativo aprender com os erros cometidos noutros países e levar a que não sejam cometidos no nosso, pois “em alguns lugares, houve mudanças genuínas nas práticas policiais. Em outros, o policiamento comunitário é utilizado para rotular programas tradicionais, um caso clássico de colocar vinho velho em garrafas novas” (Bayley, 2006: 15-16). Vemos assim que este modelo de policiamento só produzirá os seus efeitos se correctamente aplicado, e “só terá sucesso se não se substantivar apenas num programa aplicado ‘de cima para baixo’, sem um debate e um contributo mais democrático, tanto para o interior da Polícia como para a sociedade envolvente”¹⁵, devendo obter a compreensão de todos para que seja efectivamente e correctamente aplicado, caso contrário estará condenado à partida.

Fala-se hoje crescentemente em alguns países do norte e centro da Europa num policiamento orientado pelas informações (POI). O POI consiste numa “ferramenta de gestão no processo de decisão recorrendo à análise sistemática de informação criminal, com vista a reduzir e prevenir o crime, procurando obter meios de prova de forma a orientar os recursos policiais e projectos de parceria” (Ratcliffe, 2003: 1-2). Consubstancia-se em quatro elementos cruciais: a definição de perfis de autores de crimes e de desordens; a gestão de *hotspots* dos crimes e incidentes de ordem pública; a investigação da ligação entre séries de crimes e de incidentes de ordem pública; e a aplicação da prevenção situacional com recurso a parcerias com entidades externas. Esta técnica baseia-se na premissa de que o crime não se distribui aleatoriamente, daí a acção policial ser orientada para identificação de suspeitos, para os locais e horários de maior incidência criminal e não para os crimes em si, com recurso a meios abertos e encobertos, para melhor diagnosticar as causas, relações e consequências destes fenómenos criminógenos (Ratcliffe, 2003: 2). O POI recorre a metodologias científicas de análise, de forma a redireccionar o policiamento, bem como para prevenir e reduzir o crime e a identificar os seus autores. Investe na colheita e tratamento de informação de forma sistemática (Tilley, 2005: 3-4), em especial na identificação de delinquentes recorrentes, nas relações entre eles, nos seus planos e *modi operandi*. Deste modo, na nossa opinião, o POI trata-se de uma técnica conceptual com uma dimensão eminentemente instrumental,

¹⁵ Vide entrevista Doutora Susana Durão, anexo 9.



não se configurando como o produto final do policiamento, mas como um meio para ser atingida uma melhor eficiência e eficácia na acção policial.

O POI articulado com uma filosofia de Policiamento de Proximidade poderá mais facilmente obter informações, bem como alimentar ou retroalimentar os subsistemas de investigação criminal, de ordem pública ou de prevenção, potenciando assim a melhoria da qualidade do serviço policial (Elias, 2008: 6). Para Sirpa Virta (2008: 15-41), “o POI e o Policiamento de Proximidade são complementares; a implementação de processos de gestão através das informações – recolha de notícias, análise estratégica, identificação de alvos, troca de informações – são cruciais na melhoria da capacidade do policiamento comunitário; este constrói confiança e uma boa relação entre a polícia e o público, e a confiança na polícia é uma pré-condição para o sucesso da recolha de informações entre os cidadãos”.

CAPÍTULO 2 – MODELO INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE NA PSP

2.1. Análise da aposta política no MIPP

Compete a cada Estado, a concepção de políticas públicas de segurança, que procurem defender a liberdade e segurança, assim como a garantia do exercício seguro e tranquilo dos direitos dos seus cidadãos, libertos de ameaças ou agressões. É seu dever acompanhar a evolução da sociedade e adaptar as suas directrizes, neste caso ao nível da segurança, de forma a obter uma relação de confiança e proporcionar um modo de manutenção de segurança espectável por parte da sociedade, sendo do consenso europeu, que “a Polícia pode agir tanto de forma preventiva como repressiva, mas, para uma maior eficácia, seria melhor que outras entidades e instituições da sociedade interviessem na luta contra a criminalidade”¹⁶.

Ocorreu, assim, durante a década de noventa do século passado, uma mudança de paradigma, resultante da evolução social à qual cada Estado através dos seus organismos, nomeadamente a Polícia, teve que se adaptar. No passado, “a segurança tem sido assegurada, essencialmente, através de um policiamento reactivo, entendido este como policiamento que se limitava, essencialmente, a actuar ou a reprimir quando as leis eram violadas, e pouco mais” (MAI, 1999: 7), sendo que, nos dias de hoje, tendo em conta as

¹⁶ Parecer do Comité das Regiões sobre *Criminalidade e Segurança nas Zonas Urbanas* (2000/C57/15)



profundas alterações económico-sociais, surgiram novas dificuldades na manutenção da segurança que necessitam de uma resposta rápida e eficaz.

De forma a conseguir dar essa resposta, o Governo procura outra forma de policiar, mais vocacionada para a proximidade social, seguindo a linha de pensamento europeia, que considera que “a Polícia tem também um papel importante a desempenhar na promoção da segurança. Contudo, convém que o problema não seja visto como uma questão da competência exclusiva da Polícia, mas sim como um problema de toda a sociedade”¹⁷.

Os primeiros passos nesta forma de actuar foram dados por parte do XIII Governo Constitucional (1995 – 1999), a partir do qual se verifica nos sucessivos programas dos Governos uma cada vez mais desenvolvida e complexa atenção à prevenção da criminalidade. O XIII Governo Constitucional começa assim por implementar “mecanismos de coordenação no domínio da prevenção da delinquência e de apoio às vítimas, tendo em vista a actuação convergente dos vários departamentos públicos e instituições da sociedade civil, no sentido de melhorar, em especial, o apoio aos grupos sociais mais vitimizados”¹⁸. Esta envolvência de toda a comunidade, vocacionada para os grupos sociais mais vitimizados, deve ter como “primeiras prioridades a delinquência juvenil, a criminalidade em meio urbano e a associada à droga”¹⁹.

Graças a esta nova forma de abordar a segurança, inicia-se também aqui uma actualização na forma de policiar, com o lançamento de “programas de policimento de proximidade”²⁰ orientados para a especificidade dos problemas urbanos e suburbanos”²¹.

O XIV Governo Constitucional (1999 – 2002), para além de dar continuidade a esta política de proximidade, reforça-a, visto ser sua intenção desenvolver a nível “nacional um Programa Integrado de Policimento de Proximidade, reforçando os programas já existentes (...), dando impulso decisivo a novos programas”²².

Esta nova atitude na forma de policiar, implementada pelo XIII Governo Constitucional, e prosseguida pelo XIV Governo Constitucional, vai ao encontro dos princípios basilares do Policimento de Proximidade, e surge numa época em que o sentimento de insegurança resultante das novas tipologias criminais e de factores sociais,

¹⁷ Parecer do Comité das Regiões sobre *Criminalidade e Segurança nas Zonas Urbanas* (2000/C57/15)

¹⁸ Programa XIII Governo Constitucional: 13.

¹⁹ Decisão do Conselho de 28 de Maio de 2001 (2001/427/JAI).

²⁰ Destaca-se aqui o reforço do Programa Escola Segura e o lançamento de novos Programas como o Programa Idosos em Segurança e o Programa INOVAR.

²¹ Grandes Opções do Plano para 1997.

²² Programa XIV Governo: 93.



levam a comunidade a reivindicar mais Polícia visível nos locais de risco, como sejam as ruas, os bairros ou os espaços comerciais por exemplo. Isto faz com que o poder político adopte também outra estratégia e proceda a reformas, relativamente à racionalização e concentração de efectivos, acabando com as denominadas “super-esquadras” e voltando a apostar numa rede de esquadras mais pequenas e mais próximas da população.

Desde o XIII Governo Constitucional, todos os Governos optaram por este novo paradigma de prevenção através de um policiamento mais proximal, trabalhando desta forma no “combate às consequências, com um policiamento mais visível e eficaz, de integração e proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis”²³. A importância atribuída à prevenção da criminalidade tem sido prejudicada pela oscilação das prioridades políticas dos sucessivos Governos, pois embora todos sigam esta linha orientadora²⁴, nem todos passaram da intenção à prática, gerando desta forma avanços e recuos prejudiciais para uma implementação sólida e eficiente.

É possível verificar, mediante a nossa análise dos vários programas dos respectivos Governos e das Grandes Opções do Plano elaboradas para os vários anos, que os mesmos dão preferência à criação de grandes projectos, com impacto na população, descurando o trabalho de base, que se torna fundamental para a correcta implementação deste tipo de policiamento. O XIV Governo Constitucional tencionava, em 1999, “prosseguir e aprofundar as acções e iniciativas visando aproximar o cidadão às instituições de segurança, através do lançamento de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade”²⁵, embora fosse essa a sua intenção, o que se constata na prática é uma estratégia gradualista e fragmentada, com o lançamento de programas avulsos, destinados a grupos específicos da sociedade, programas esses que possuem impacto e visibilidade junto da população, sendo-lhes atribuído nomes sonantes²⁶.

²³ Programa XVII Governo: 147.

²⁴ Os demais Governos Constitucionais também seguiram as directrizes do policiamento de proximidade como podemos observar a título de exemplo nos programas de alguns Governos Constitucionais, para além dos já referidos, onde é previsto: “a devolução da polícia à sua cidade, ao bairro e à rua” (Programa XV Governo: 32); vocacionar as FS para a intervenção em “programas específicos destinados à acção dos polícias junto das escolas e de grupos específicos de cidadãos” (Programa XV Governo: 33); é “impreterível instituir ligações sólidas e institucionais das Forças de Segurança e dos seus agentes à sociedade civil” (Programa XVI Governo: 32); é importante o “desenvolvimento de políticas de proximidade, orientando a actividade policial para a resolução dos problemas dos cidadãos” (Programa XVI Governo: 34).

²⁵ Grandes Opções do Plano, 2009: 112.

²⁶ A título de exemplo: Escola Segura; Apoio 65 – Idosos em Segurança; INOVAR; Comércio Seguro; Verão Seguro; Abastecimento em Segurança; Táxi seguro, etc.



Constata-se, todavia, que a recorrente enunciação do policiamento de proximidade e da prevenção da criminalidade nem sempre se traduziu em iniciativas legislativas concretas, deixando campo livre para acções pontuais e, muitas vezes, demasiado locais – quase que se tratando de epifenómenos – nas FS. Os Governos ao não conseguirem cumprir este seu objectivo, levaram a que na PSP, em 2006, tivesse sido tomada a iniciativa de dar uma visão conjunta aos programas especiais existentes, inserindo-os num único programa que permitiu estruturar as acções e os projectos que se vinham desenvolvendo, sem interligação e sem uma visão sincronizada, tornando possível também desta forma otimizar a resposta dada ao cidadão e garantir uma melhor eficiência de recursos²⁷.

Um dos grandes objectivos do actual Governo passa por “incrementar a presença e a visibilidade das forças de segurança, tanto numa base permanente como tendo em conta as zonas identificadas como de maior risco e as flutuações sazonais”²⁸, visando o Governo a implementação desta medida no seguimento da sua aposta no Policiamento de Proximidade. Isto leva-nos a constatar a confusão que é feita entre os conceitos de visibilidade e proximidade, sendo que, estes conceitos “têm que ser separados porque se continuarmos a confundi-los estamos a desvirtuar a essência filosófica deste Modelo de Policiamento”²⁹. Esta separação de conceitos é importante, pois um elemento policial ao fazer o seu trabalho de visibilidade não está necessariamente a executar o trabalho de proximidade, falta-lhe a componente proactiva, que o leva a estabelecer contacto com o cidadão, de forma a ganhar a sua confiança, e a recolher informações úteis para o trabalho policial, contribuindo igualmente para o reforçar do sentimento de segurança nos cidadãos.

2.1.1. A influência de um Sistema Dual de Polícia

Ao observarmos o Programa do actual Governo (XIX Governo Constitucional), verificamos que o mesmo pretende “promover medidas que propiciem uma maior articulação, no terreno, entre as forças e serviços de segurança, confirmando a opção pela existência de um sistema de segurança dual, assente numa vertente civil e numa vertente militarizada, e clarificando conceitos no que diz respeito às responsabilidades de cada área específica de intervenção – informações, segurança pública, investigação criminal, estrangeiros e fronteiras e protecção civil”³⁰. Não é a primeira vez que um Governo pensa

²⁷ A PSP materializou esta reforma e linha orientadora do seu policiamento na sua DE nº10 de 2006 de 15 de Maio, que implementa o PIPP.

²⁸ Programa XIX Governo: 72-73.

²⁹ Vide entrevista Subintendente Guinote, anexo 6.

³⁰ Programa XIX Governo: 71-72.



desta forma, se recuarmos alguns anos, observamos que o XV Governo Constitucional possuía também como objectivo “a aprovação de uma lei de reorganização das Forças de Segurança, clarificando o seu estatuto, consagrando o regime dual – natureza militar da GNR e a natureza civil da PSP”³¹.

Antes de analisarmos esta opção dos Órgãos Dirigentes, torna-se importante compreender o que se entende por Sistema de Polícia Dual ou Dualista, e o que o distingue dos demais Sistemas de Polícia, como o Monista e o Pluralista³².

Os Sistemas de Polícia Monistas são “aqueles em que uma só força de polícia cobre a integridade do território” (Monet, 2006: 81), este tipo de sistema está muitas vezes associado aos sistemas políticos autoritários, mas tal associação não será a mais correcta, visto ser utilizado por vários países sem ligação a este tipo de sistema político, como “na Europa Central, é o caso da Polónia e da Hungria. Na Europa dos Doze, a Dinamarca, a Grécia, a Irlanda têm sistemas monistas, tal como, na Europa do Norte, a Suécia, a Noruega, a Finlândia e a Islândia” (Monet, 2006: 81).

Por sua vez o Sistema de Polícia Pluralista prevê a existência de pelo menos dois corpos policiais, sendo que aqui é necessário distinguir o pluralismo moderado, onde os corpos policiais num Estado podem ir até cerca de uma dezena, e o pluralismo forte, onde os corpos policiais num Estado podem ir até às centenas. Segundo Monet (2006:80), existe um critério simples que nos permite distinguir o tipo de sistema policial, podendo assim ser verificado mediante a “existência ou não, num dado país, de vários sistemas de comando e de controle institucionalizados, em condições de comandar a acção de tantas agências policiais identificáveis, na área, como diferentes, por seus uniformes por exemplo”.

É possível considerar o sistema de polícia de um Estado como sendo Dualista, quando se verifica a existência de “dois grandes corpos de polícia de competência nacional, um de tipo militar, o outro de estatuto civil” (Monet, 2006: 85). Contudo no caso português esta avaliação não é assim tão fácil de fazer, sendo que “o caso de Portugal suscita uma dificuldade particular: existem ali duas ou três polícias? (...) a Polícia de Segurança Pública opera nas zonas urbanizadas, a Guarda Nacional Republicana cumpre as missões

³¹ Programa XV Governo: 32.

³² Existe ainda outra forma de classificar os sistemas de polícia, sendo possível classifica-los em função da sua centralização ou descentralização, sendo que, a centralização remete para a questão do número de sistemas de comando distintos, isto é, “quando as linhas de comando e de direcção descem em cascata, sem ruptura, do gabinete do ministro ao policial da esquina da rua, pode-se falar de estruturas centralizadas”(Monet, 2006: 90). Por sua vez, a descentralização é referente à localização dos sistemas de comando, isto é, “quando todas as linhas de direcção ou parte delas saem e remontam até um nível de poder político infra-estatal, trata-se de estruturas descentralizadas”(Monet, 2006: 90).



de polícia geral nas zonas rurais, uma Polícia Judiciária intervém em matéria de grande criminalidade” (Monet, 2006: 85-86). Para além das três Polícias ilustradas por Monet, actualmente temos ainda de ter em consideração o SEF, que é uma Polícia que actua a nível nacional, e que com a existência do espaço Shengen e com a sua sucessiva expansão, ganha cada vez mais importância. Não nos podemos esquecer igualmente da ASAE, que embora se trate de uma Polícia mais recente, opera a nível nacional e tem vindo a ver as suas competências alargadas.

A importância desta divisão é aliás ressalvada pelo poder político, que refere, na Resolução do Conselho de Ministros, que esteve na origem da mais recente actualização da LSI, que “há, com efeito, vantagens reconhecidas em manter uma força de segurança de natureza militar, uma força de segurança de natureza civil, uma polícia judiciária centrada na criminalidade complexa, organizada e transnacional e, face à relevância crescente do fenómeno migratório, um serviço especializado de imigração e fronteiras”³³.

No nosso entender, embora estejamos em Portugal perante um sistema dualista, tendo em conta que estamos perante a existência de duas grandes forças policiais nacionais, uma militarizada e outra civil, que respondem perante a mesma tutela, não podemos falar num sistema dualista puro, devido à existência de outras Polícias que operam a nível nacional e algumas delas com competências reservadas, como é o caso do SEF e da PJ³⁴. Devido a estes factores, no máximo, podemos falar de um sistema dualista imperfeito, com tendência para o pluralismo moderado ou para um sistema crescentemente atomizado.

Recentemente esta questão voltou a ser elencada, pela Comissão para a Revisão do Conselho Estratégico de Segurança e Defesa Nacional, ao referir que se deveria reformular a estrutura do SSI, nomeadamente o número de OPC que o compõem. Esta Comissão no seu Relatório Estratégico de Defesa e Segurança Nacional defende a existência em Portugal de um sistema dual puro, onde apenas existiria duas forças policiais, uma de natureza militar e outra de natureza civil, ambas na dependência do MAI, e onde não ocorreriam sobreposições de funções³⁵.

Os objectivos desta opção pelo sistema dual, para além da economia financeira passam por terminar com a sobreposição de áreas territoriais e funcionais, assim como terminar

³³ Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2007.

³⁴ A PJ é a Polícia que mais contribui para a defesa da tese de que em Portugal não estamos perante um Sistema Dualista puro, visto esta Polícia possuir a competência exclusiva de investigação criminal dos crimes mais complexos e se situar na dependência de uma tutela diferente das demais Polícias.

³⁵ É assim defendido “integrar todas as polícias civis (PSP, PJ, SEF e mesmo a ASAE) numa única Polícia Nacional, de natureza civil, na tutela do MAI” (IDN, 2013: 25).



com a concorrência institucional entre os vários OPC. Por forma a isto acontecer, esta fusão teria que ser efectuada de uma forma bastante aprofundada, não sendo possível a sua concretização com uma mera fusão das Polícias, pois existem competências reservadas a nível nacional que ficariam sob a alçada de apenas uma delas, o que levaria igualmente à sobreposição de áreas territoriais. Esta situação só seria evitável com a formação de base de polícias e militares na PSP e na GNR em todas matérias, terminando com as competências reservadas, o que poderia levar a um desembolso monetário superior ao que se pretende poupar com esta fusão.

A criação de um sistema dual propiciaria a existência de uma polícia militarizada voltada para a reactividade e de uma Polícia de carácter civil vocacionada para a proximidade. Poderá esta distinção levar à conotação da GNR como uma polícia musculada e de superioridade, contrastando com a PSP como uma polícia meramente de proximidade. Parece-nos neste âmbito verificar-se alguma confusão entre a condição civil da PSP e uma hipotética menor preparação para fazer face a formas de criminalidade organizada e terrorismo, esquecendo-se a comissão que elaborou o conceito estratégico de defesa nacional que o policiamento de proximidade combinado com um policiamento orientado pelas informações poderá ser fundamental para a prevenção e investigação de fenómenos de radicalização e de células terroristas inseridas no seio de comunidades locais.

Ainda neste relatório é sugerido “racionalizar a rede de esquadras da PSP, dando-lhes escala e permitindo poupanças”(IDN, 2013: 26), visão esta que vai contrariar a política de proximidade em implementação por parte do Governo, e que faria o retornar de certa forma a algo parecido às “super-esquadras”, que foram extintas em meados da década de noventa do século passado aquando do seu falhanço e da aposta num modelo de policiamento mais proximal em relação ao cidadão em detrimento de um modelo de policiamento meramente reactivo.

2.2. Modelo de Policiamento implementado na PSP

Até à década de noventa do século transacto, a estratégia desenvolvida pela PSP privilegiava os princípios de actuação do Modelo Tradicional, isto é, tratava-se de uma Polícia meramente reactiva, onde a resposta às ocorrências era a sua principal missão, em detrimento de acções que conduzissem à prevenção da criminalidade. Está comprovado que “o patrulhamento motorizado aleatório não melhora a segurança pública; a rápida



resposta ao chamado de emergência não produz mais prisões de criminosos nem tranquiliza o público; e a solução dos crimes raramente é conseguida por policiais que agem com base nas provas físicas, mas requer que as vítimas e testemunhas identifiquem os criminosos e dêem um testemunho persuasivo” (Bayley, 2006: 224-225). Até esta altura, segundo os princípios do modelo vigente, vigorava uma filosofia de concentração de forças policiais, espelhada no terreno através das “super-esquadras”.

Tendo a Polícia tomado consciência que o Modelo em vigor não correspondia às necessidades actuais da sociedade, inicia-se a implementação de um novo Modelo, onde a filosofia de concentração de forças caiu por terra e as denominadas “super-esquadras” foram dissolvidas, dando origem à criação de várias esquadras, denominadas por “esquadras de bairro”. Esta alteração mais não é do que o regresso às suas origens, pois “a PSP nasceu de forma descentralizada, não se pode esquecer disso, a PSP não nasce como Polícia nacional, nasce como Polícia local e nasce como uma rede, uma malha de esquadras, quase uma esquadra por bairro, às vezes uma esquadra e um posto”³⁶.

As primeiras experiências tendentes a aproximar a Polícia da comunidade tiveram o seu início em meados da década de noventa (o Programa Escola Segura foi criado oficialmente em 1992 resultado de um protocolo firmado entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação), sendo a doutrina destas experiências realizadas, originária de vários países³⁷, principalmente de França, o que conduziu o Modelo criado em Portugal a possuir mais similitudes com o policiamento de proximidade oriundo daquele país³⁸.

Esta transição para um novo Modelo de Policimento não foi fácil, visto a PSP ser uma instituição com uma forte tradição centralista ao nível da tomada de decisão e com um perfil reactivo bastante enraizado. Observando este contexto, “percebe-se que, no conceito policial português, uma organização policial com tradições no que diz respeito a tomadas de decisões centralizadas, não é dos que mais facilita a adopção de programas de proximidade” (Matos, 2000:22). Outro obstáculo no caminho desta alteração de um

³⁶ Vide entrevista Superintendente Pedro Clemente, anexo 5.

³⁷ Como refere o Doutor Manuel Lisboa, “houve por um lado a tentativa de ver o que se fazia a nível internacional, mas simultaneamente aplica-lo às realidades portuguesas” (Vide entrevista Doutor Manuel Lisboa, anexo 10).

³⁸ O Modelo Policial implementado em Portugal possui mais similitudes com o de Proximidade, e menos com o Comunitário, pois “o Policimento Comunitário não se pode dizer que haja em Portugal, porque isso pressupõem uma sociedade civil, muito autónoma do Estado, pressupõem um Modelo Policial muito diferente do que é o português, que tem um perfil napoleónico, muito herdeiro da revolução francesa” (Vide entrevista Superintendente Pedro Clemente, anexo 5).



Modelo essencialmente reactivo para um voltado para a proximidade passa pela resistência interna da instituição, pois talvez os principais opositores “sejam aqueles que se encontram dentro das organizações de polícia tradicionais. Toda e qualquer organização resiste a mudanças, mas é difícil imaginar uma mais resistente do que a polícia. (...) O departamento de polícia típico é paramilitar, regulado pelo serviço público civil, sindicalizado e contrário a qualquer entrada pelas portas laterais. Ao lado dessas coerções existe uma subcultura policial bastante consolidada, marcada por uma mentalidade “nós-eles” que desconfia do trabalho com gente de fora” (Bayley, 2006: 223-224).

Dado o primeiro passo na abertura da Polícia à comunidade, procura-se criar confiança e proximidade com a população. Com este objectivo, surgiram em Portugal vários programas especiais³⁹, funcionando de forma independente, assim como “começa-se também a investir no policiamento de visibilidade, que consiste em direccionar algum do efectivo policial, (...) para determinados locais em horários específicos, onde se verifique um grande afluxo populacional” (Henriques, 2009: 19). Esta nova estratégia adoptada permitiu, nos finais dos anos noventa, dar o primeiro passo efectivo para a implementação de uma política de proximidade policial, que se viu confirmada no *Programa Polícia 2000*⁴⁰.

Ao longo dos anos e até 2006, foram sendo criados e extintos “inúmeros projectos desconexos e espartilhados por vários Ministérios e onde não existe uma estratégia nacional de prevenção da criminalidade” (Elias, 2007: 466). A primeira visão global deste Modelo de Policiamento surgiu com a DE n° 10/2006 de 15 de Maio, referente à implementação do PIPP. Esta directiva permite ter uma visão integrada de todos os programas de proximidade implementados pela PSP, inserindo-os num único projecto, com o objectivo de melhorar as parcerias existentes e estabelecer novas, com as mais diversas entidades e com a comunidade.

O PIPP passou a integrar os vários programas de proximidade existentes, principalmente os dirigidos a grupos de risco, tendo assim ficando englobados num só, e criado as EPAV e as EPES. A EPAV engloba o Comércio Seguro, as vítimas de violência doméstica e os Idosos em Segurança, enquanto a EPES está vocacionada para toda a comunidade escolar. Graças aos bons resultados obtidos por este programa e à boa

³⁹ Destaca-se aqui os programas: Escola segura; Programa Inovar; Apoio 65 – Idosos em Segurança; Comércio Seguro.

⁴⁰ O *Programa Polícia 2000*, estabelece os objectivos da PSP para o quadriénio 1999 – 2003 e define a estratégia a adoptar para a sua consecução.



receptividade da população, a PSP concluiu que este Programa já se encontra bem implementado e solidificado, passando assim em 2012 a Modelo, designando-se MIPP⁴¹.

Observando a realidade policial portuguesa, é possível verificar que, apesar da introdução de políticas de proximidade, a segurança de toda a comunidade ainda é assegurada principalmente através de um policiamento mais reactivo, visto que, com a excepção dos elementos afectos ao MIPP, as acções de patrulhamento continuam a ser caracterizadas por uma grande reactividade. Tanto as patrulhas auto como as apeadas continuam distantes do cidadão, apenas estabelecendo contacto com este em caso de ocorrência de incidentes. Como refere António, em 2003, e que consideramos ainda válido para a actualidade, “o policiamento continua a ser aleatório, sem grandes acções no domínio da proactividade. É certo que existem programas específicos dirigidos a grupos de risco, mas isso não é suficiente para que se possa falar em prevenção” (António, 2003: 44).

Apesar de terem sido feitos avanços consideráveis ao nível das parcerias com as demais instituições, muito mais ainda é necessário fazer para que o MIPP funcione eficientemente, desde logo, é necessário que toda a comunidade se envolva, pois apesar de existirem muitas parcerias úteis, nem sempre funcionam. Para que isto aconteça, a missão não depende exclusivamente da Polícia, embora algumas acções dependam e necessitem de ser executadas por ela, para que se alcancem os objectivos deste Modelo de Policiamento. É desta forma importante “que todo o pessoal perceba, esteja alinhado e se sinta parte desta estratégia organizacional, sob pena de o mesmo ser condenado ao fracasso. Tal implica que se aposte persistentemente, desde o primeiro dia de ingresso, na formação e sensibilização de todo o efetivo, tornando claro que a proximidade não é apenas o trabalho de alguns – os polícias bons – mas sim uma filosofia de atuação policial que muda a forma de fazer policiamento, independentemente da valência em que se trabalhe”⁴².

Para uma correcta implementação de um modelo de proximidade é necessário uma maior descentralização das subunidades e um maior grau de autonomia, sendo que esta descentralização não se refere apenas ao nível departamental, mas sim à tomada de decisão por parte dos elementos policiais na rua, pois “a forma dominante de policiamento nos dias de hoje, continua a ver os polícias como autómatos” (Goldstein, 1990: 27). Os seus

⁴¹ “O aperfeiçoamento do acima referido [policiamento de Proximidade] assenta na consolidação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), que traduz a sistematização do conceito anteriormente utilizado (PIPP) e a assunção institucional de que o policiamento de proximidade se transformou no verdadeiro modelo e estratégia policial da PSP” (PSP, 2011: 67-68).

⁴² *Vide* entrevista Superintendente Paulo Gomes, anexo 4.



elementos necessitam assim de uma maior autonomia no terreno, junto da população, sendo incutida consequentemente uma maior responsabilização aos mesmos.

Como já analisámos, a implementação de um Modelo deve ter sempre em consideração o local e a época onde está a ser implementado. Tendo em consideração a situação actual do nosso país e os eventos sociais ocorridos, a PSP tem tido a necessidade de optar mais pela vertente repressiva em detrimento da preventiva, e como refere Costa (2006: 28) “uma eficaz reactividade policial insurge-se como fundamental para a consubstanciação de um Modelo de Policimento sustentável ao nível metropolitano”.

Mesmo quando já se optou claramente por um MIPP que privilegia a prevenção em detrimento da reacção, esta intervenção mais musculada é aceitável, pois “é perfeitamente possível e desejável que uma polícia mantenha níveis aceitáveis de reactividade, (...) e por outro lado, que mantenha uma forte política de relacionamento com a comunidade” (Teixeira, 2005: 23-24). A PSP, ao apostar nestas duas valências, está a mostrar ser portadora de um modelo de policimento moderno e eficaz, pois “não havendo receitas nem soluções estanques, parece-nos que os modelos de policimento implementados, deverão procurar integrar as diferentes valências policiais (prevenção e proximidade, ordem pública, investigação criminal e informações policiais)” (Elias, 2007: 467-468).

Analisando o Modelo de Policimento implementado actualmente, é possível verificar uma enorme evolução, e que o mesmo se tem adaptado à irregularidade da sociedade actual, conseguindo fazer uma combinação entre a reactividade e a proximidade. Mas no que respeita às políticas de proximidade é possível observar que o Modelo de Proximidade implementado em Portugal, na sua essência acaba por se tornar num conjunto de programas específicos, coordenados estrategicamente ao nível superior, e orientados para grupos de risco identificados junto da comunidade, umas vezes com cooperação positiva por parte desta, mas outras vezes nem tanto. É consensual que a implementação de um modelo não depende apenas de um parceiro, mas é necessário chegar a todos os cidadãos e não apenas a grupos de risco, pois qualquer cidadão de hoje pode pertencer a um grupo de risco amanhã.

Esta análise leva-nos a questionar se em Portugal, estamos realmente perante um efectivo Modelo de Policimento de Proximidade, pois existe “uma diferença substancial entre a ideia de projecto e a ideia de modelo, a ideia de projecto pressupõe ainda uma experimentação, a ideia de modelo já pressupõe qualquer coisa que já foi experimentado e



que agora já se pretende implementado de uma forma mais estruturada”⁴³. Pelo que analisámos até agora, e pela observação que fizemos ao longo deste ano junto dos elementos policiais e dos cidadãos, verificámos que o Modelo existe, e já foi testado durante os últimos anos. A grande dúvida surge quando questionámos se já se encontra implementado a nível nacional pela PSP, pois para isso é necessário um amadurecimento suficiente, quer por parte da população, quer por parte da Polícia, no âmbito das políticas de proximidade, assim como a tomada de consciência de que estamos perante “uma nova cultura organizacional, que tem que começar a ser difundida e aceite, deixar de ser uma experiência e passar a ser o *mainstream* da PSP, mas isso demora tempo não é de um dia para o outro”⁴⁴. Tudo isto é absolutamente fundamental, para que se possa efectivar a implementação de um Modelo, que se prevê que seja sólido e fluente.

2.3. Análise da Directiva Estratégica nº 10/2006

Como verificámos anteriormente, o Modelo de Policimento implementado na PSP, tem vindo a evoluir e conseqüentemente a alterar a sua forma de policiar, passando a PSP a adoptar uma estratégia assente na proactividade e prevenção da violência e delinquência. A Polícia tomou consciência que, apesar das suas competências exclusivas e não alienáveis, as FS não devem ser as únicas responsáveis pela prevenção da criminalidade e delinquência, devendo a sua actuação traduzir-se na implementação de programas e medidas preventivas, e de apoio às vítimas, assentes numa actuação proactiva em coordenação com as demais instituições públicas e privadas, onde cada um dos elementos participantes sabe quais os objectivos e as suas responsabilidades, cumprindo-os sabendo que os demais intervenientes cumprem a sua parte com o mesmo empenho.

Estando desta forma o Modelo de policimento mais proximal em relação à comunidade, em clara expansão e aceitação perante a mesma, e em virtude do bom desempenho que vinha sendo obtido, quer pelos vários programas especiais vocacionados para grupos mais vulneráveis e de risco, quer pelas iniciativas dos Comandos Metropolitanos, Regionais e Distritais, direccionadas para a prevenção da criminalidade, interacção com os cidadãos e comunidades locais, vem a PSP no início de 2006 consolidar os princípios inerentes ao Policimento de Proximidade, com a elaboração da sua DE nº 10/2006 de 15 de Maio, passando esta a ser uma pedra basilar nesta forma de policiar.

⁴³ Vide entrevista Doutor Manuel Lisboa, anexo 10.

⁴⁴ Vide entrevista Doutor Manuel Lisboa, anexo 10.



Um grande impulso para a formulação desta directiva foi o Fórum de Policiamento de Proximidade e de Prevenção da Criminalidade, que decorreu nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2005, na Escola Prática de Polícia. Nas principais conclusões deste fórum destaca-se a ideia de que “o desenvolvimento e implementação de um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade é um caminho estratégico que a PSP deve adoptar, no contexto de Polícia Integral, em especial na vertente de prevenção da criminalidade”⁴⁵.

Outro factor que também contribuiu para a sua elaboração, passou pela necessidade que a PSP sentiu em unificar procedimentos, e agrupar todos os programas especiais existentes e iniciativas dos Comandos, visto todos eles se encontrarem de certa forma espartilhados, permitindo a partir daquele momento garantir uma melhor eficiência no seu desempenho.

Neste contexto, através da referida directiva, a PSP “propõe-se implementar um Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), através de 22 projetos-piloto ao nível nacional (um em cada Comando Metropolitano, Regional e de Polícia)”⁴⁶.

Procedeu-se desta forma à criação de equipas policiais direccionadas para a segurança de estabelecimentos de ensino, áreas comerciais, zonas residenciais com uma população maioritariamente idosa e apoio a vítimas de violência doméstica. Implementou-se uma afectação em permanência de recursos policiais para responder às necessidades destes públicos-alvo específicos, agrupando os vários programas especiais em duas equipas, a EPES e a EPAV. A EPES continuou o bom trabalho que vinha sendo desenvolvido junto da comunidade escolar, sendo que a EPAV, por sua vez, passou a integrar as competências relativas a vários programas especiais, vocacionados para grupos de risco, como os comerciantes, os idosos e vítimas de violência doméstica.

Com esta directiva surge o “estabelecimento de objectivos estratégicos e operacionais, e implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais” (Elias, 2007: 480). Seguidamente analisaremos algumas ideias importantes da referida directiva, tendo em vista a sua melhor compreensão, a verificar os seus principais objectivos, e de que forma os mesmos deveriam estar implementados no contexto actual do policiamento praticado na PSP.

⁴⁵ Offício n° 221 de 10 Janeiro de 2006, da DN.

⁴⁶ DE n° 10/2006 de 15 de Maio.



2.3.1. Articulação e troca de informações entre as valências da PSP

Um dos principais objectivos que se pretende alcançar com a criação do PIPP em 2006 passa, entre outros, por melhorar a articulação entre as diversas valências da PSP. Verificamos que é atribuído a este objectivo, grande ênfase ao longo de toda a DE⁴⁷, fazendo assim notar a sua importância para a actuação global da PSP. Os “Agentes de Proximidade assumem-se como elementos de extrema importância para a recolha de informações e apoio à investigação, visto que existe grande proximidade com a população”⁴⁸. Este facto permite ao MIPP dar um grande contributo, na recolha de informações, pois “todo o manancial de informação que os agentes do MIPP obtêm deve ser uma fonte importante para o trabalho de informações e de investigação”⁴⁹.

Vemos assim que no topo desta articulação entre as diversas valências da PSP devem estar as informações, visto ser o principal motor de acção da PSP e fundamental para o sucesso da sua missão. “Na senda deste espírito, o agente que exerce funções no âmbito do policiamento de proximidade é indubitavelmente uma peça nuclear, um canal privilegiado de recolha de informação, pois conhece as fragilidades e potencialidades do meio, mantém um contacto muito próximo com os públicos alvo mais frágeis e carenciados” (Elias, 2007: 482), esta recolha de informações torna-se de extrema importância para a actuação diária das várias valências da PSP, sendo que apenas a sua recolha de nada serve, a mesma deve ser difundida eficientemente pelas restantes valências⁵⁰.

Sem “essa articulação na transmissão dos conhecimentos, estes agentes tendem a sentir-se ‘ilhados’ na dinâmica de trabalho de grupos das esquadras”⁵¹, devendo assim as informações passar para a valência policial correcta por forma a serem potencializadas e a se estudar a melhor forma de actuar, pois poderá não ser a valência policial que recolheu a

⁴⁷ Ao longo de toda a DE nº 10/2006 de 15 de Maio, por várias vezes é referida a necessidade da articulação entre as várias valências da PSP: “tendo em vista a melhoria da qualidade do serviço prestado ao cidadão, a melhoria dos índices de eficiência e de eficácia da actuação policial e de forma a efectivar-se uma maior articulação entre as valências de prevenção da criminalidade/proximidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações”; “implementar um modelo integrado de policiamento e consolidar a articulação entre as valências de prevenção/policiamento de proximidade, de ordem pública, de investigação criminal e de informações, consubstanciando a natureza de Polícia Integral da PSP”; “desenvolver a coordenação, níveis de actuação e protocolos de procedimento entre a componente preventiva, a componente reactiva, bem como com as componentes de investigação criminal e de informações da PSP”.

⁴⁸ Vide entrevista Comissário Tiago Gonçalves, anexo 7.

⁴⁹ Vide entrevista Superintendente Paulo Gomes, anexo 4.

⁵⁰ Como refere o Superintendente Paulo Gomes “o MIPP deve ser cada vez mais integrado com as informações, a ordem pública e a investigação criminal, visando um objetivo comum: prevenir e responder eficazmente ao crime e aumentar o sentimento de segurança” (Vide entrevista Superintendente Paulo Gomes, anexo 4).

⁵¹ Vide entrevista Doutora Susana Durão, anexo 9.



notícia, nem a que a analisou, a solucionar a situação, poderá chegar-se à conclusão que uma terceira será a mais indicada para a resolução do problema, sendo essa articulação fundamental que ocorra.

No estudo que efectuámos na 1ª Divisão e Divisão de Oeiras, no COMETLIS, constatámos que a maioria dos inquiridos considera a troca de informações entre as várias valências da PSP e os elementos afectos ao MIPP “Razoável” (40,1%), sendo o indicador seguinte mais indicado o de “Boa” com 33,3%. Estes resultados revelam que, apesar de os objectivos da DE nº 10/2006, no que respeita a esta temática, não terem sido totalmente alcançados e não estando os princípios subjacentes ao MIPP correctamente inseridos na actuação dos elementos policiais, está a ser feito um progresso positivo nesta matéria, visto que 82,1% das respostas dos inquiridos situam-se entre o “Muito Boa” e o “Razoável”⁵².

Quando observamos as duas Divisões em estudo isoladamente, seria espectável que a Divisão onde este Modelo se encontra implementado há mais tempo obtivesse resultados mais positivos. Na prática as respostas que obtivemos por parte dos seus agentes foi contrária a esta ideia, visto que, enquanto na Divisão de Oeiras 51,4% dos inquiridos afirma que a troca de informações entre as várias valências da PSP e os elementos afectos ao MIPP é “Muito Boa” ou “Boa”, na 1ª Divisão apenas 32,4% escolheu estes indicadores⁵³.

2.3.2. Direcção do patrulhamento

Esta DE surge de certa forma não só com a visão de reorganizar os elementos afectos aos programas especiais já existentes, mas também os objectivos do denominado “patrulheiro”, cuja intervenção é essencialmente passiva e aleatória. Visa assim aumentar a capacidade de intervenção da Polícia e criar uma rede de actuação, que corresponda às necessidades percebidas pelos profissionais da PSP aquando da sua actividade operacional. O policiamento de proximidade numa esquadra deve ser visto de uma forma mais abrangente do que a mera existência de programas especiais, pois para que o mesmo atinja os objectivos a que se propõe é necessário vocacionar todo o efectivo policial

⁵² Vide anexo 18, quadro 9.

⁵³ Vide anexo 18, quadro 9.

existente para esta forma de actuar, terminando com a patrulha aleatória e essencialmente passiva⁵⁴.

Como podemos observar nos objectivos estratégicos da referida directiva, torna-se fundamental “substituir gradualmente o tradicional patrulhamento apeado (essencialmente casuístico e aleatório), por um policiamento de proximidade focalizado para a resolução de problemas”⁵⁵. Através da nossa observação participante podemos constatar que este objectivo não foi alcançado na sua totalidade, pois continua-se a verificar nas esquadras a existência de policiamento apeado casuístico e aleatório, coexistindo nos mesmos sectores com as equipas afectas ao MIPP. Apresentamos seguidamente, a pirâmide de níveis de intervenção que, na nossa opinião, representa um policiamento baseado no Modelo de Proximidade.

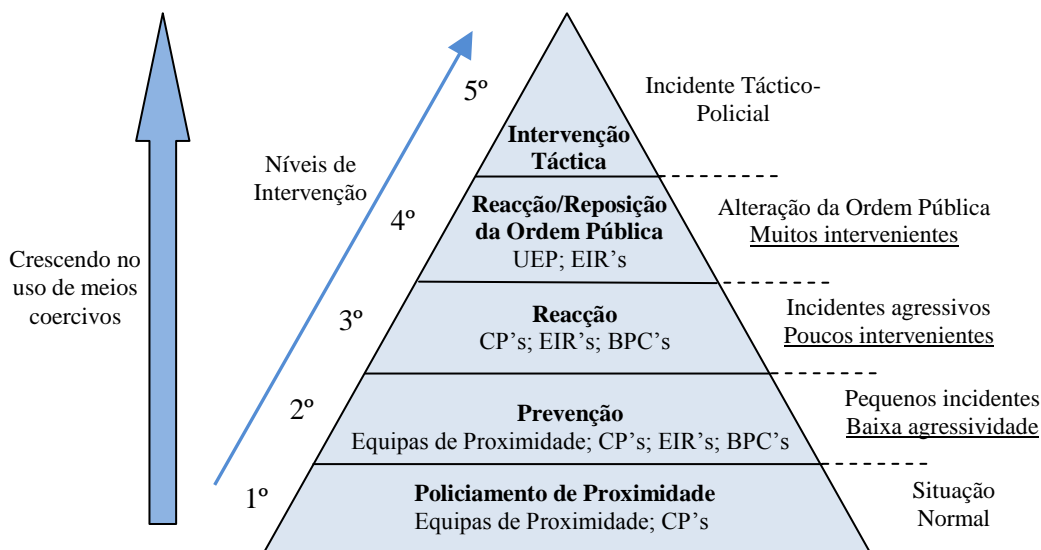


Figura 3 – Pirâmide de níveis de intervenção policial.

Fonte: Adaptado de Departamento de Operações da DN da PSP cit. in. Elias, 2007: 509.

Autor: Elaboração Própria.

Com esta esquematização dos níveis de intervenção a PSP pretende eliminar o patrulhamento aleatório e casuístico, que como já vimos está comprovado através de estudos que a sua utilização não diminuiu o crime, nem o sentimento de insegurança das pessoas. Deve, assim, numa situação de normalidade, actuar apenas o CP, para as respostas rápidas a incidentes, e as Equipas de Proximidade, devendo os tradicionais patrulheiros serem redireccionados quer para o CP, quer para as Equipas de Proximidade, sendo desta

⁵⁴ Como refere o Subintendente Guinote, torna-se fundamental “formar os nossos elementos para independentemente dos problemas sociais que possam ser criados eles conseguirem desenvolver as diligências necessárias para dar resposta aos casos com que se deparam, seja de idosos, seja de violência doméstica, seja de delinquência juvenil, seja de deficientes, seja do que for, são públicos especialmente vulneráveis que no seu espaço geográfico, ao sector a que foi afecto, aquele elemento policial tem que saber providenciar o que for necessário” (Vide entrevista Subintendente Guinote, anexo 6).

⁵⁵ DE n.º 10/2006 de 15 de Maio



forma criada uma malha de policiamento com objectivos definidos e que permita prestar um apoio eficiente à comunidade.

Na segunda etapa da escalada dos níveis de intervenção, defendemos que os elementos das Equipas de Proximidade ainda devem intervir, muitas vezes, até como intermediários, pois são aqueles elementos que as pessoas conhecem e em quem confiam, bastando muitas vezes uma palavra da parte deles para acalmar as pessoas e terminar com o estado de alteração da ordem. Estamos a falar aqui ainda de pequenos incidentes e de uma etapa de prevenção, sendo este o último nível em que no nosso entender os agentes de proximidade devem intervir.

2.3.3. *Afectação geográfica*

Por forma a existir uma aceitação da intervenção da Polícia e facilitar a sua actuação, torna-se necessário conhecer as comunidades, os seus valores e sistemas de vida, ganhar a sua confiança e respeito. Para que isso ocorra é imperativo que os cidadãos conheçam os elementos policiais do seu bairro, saber quem realmente cuida da sua segurança e a quem podem recorrer.

Torna-se assim necessário, e passa pelos objectivos deste Modelo, promover uma afectação de equipas de proximidade a sectores de policiamento previamente definidos, tendo em vista, através da estabilização de recursos humanos, obter um melhor conhecimento do tipo de incivilidades e ilícitos criminais que ocorrem em cada sector e dos sentimentos subjectivos de insegurança, passando a promover um contacto mais próximo com as entidades competentes para a resolução destes problemas.

Como é possível observar, na DE referida, está previsto que “a área da responsabilidade de cada subunidade será dividida em sectores de policiamento. Este factor contribui para uma maior estabilização na distribuição de recursos policiais, afastando o carácter essencialmente aleatório da sua gestão e distribuição”⁵⁶.

Apresentamos a seguir a nossa proposta do empenhamento de elementos por sectores da esquadra previamente definidos.

⁵⁶ DE nº 10/2006 de 15 de Maio.



Área da Esquadra dividida em sectores		
Sectores	Criminalidade Elevada Elevada Densidade Populacional	1 Chefe 2 Agentes
	Criminalidade Elevada Baixa densidade populacional	2 Agentes
	Criminalidade Baixa Elevada Densidade Populacional	2 Agentes
	Criminalidade Baixa Baixa densidade populacional	1 Agente

Quadro 2 – Divisão dos elementos afectos ao MIPP por sectores.

Fonte: Adaptado da DE nº 10/2006 de 15 de Maio.

Autor: Elaboração Própria.

Com base no quadro que apresentamos, constatamos que os Agentes de Proximidade devem ser distribuídos pelos sectores tendo em consideração vários factores. Esta divisão deverá ficar ao critério do Gestor Local do Programa e ter em consideração, entre outras, as características: criminógenas; demográficas; urbanísticas e geográficas, de cada área em específico. Deverá deste modo, ser direccionado para cada sector um elemento policial ou, em zonas problemáticas, uma equipa de dois ou mais elementos policiais no mesmo sector, sendo que, estes elementos deverão desenvolver a sua missão de prevenção e de contacto com os cidadãos sempre de forma coordenada.

2.3.4. A necessidade de um acompanhamento contínuo e de uma avaliação

O Policiamento de Proximidade torna-se a face mais próxima e visível da PSP junto dos cidadãos, possuindo uma missão com atribuições bem delineadas, revelador de um impacto na motivação e no desempenho dos agentes que sentem ter um papel fundamental na segurança da comunidade que políam. Sendo esta a face mais visível do trabalho policial, é fundamental que seja acompanhado de forma contínua e que se verifique o modo como está a ser implementado, por forma a se aprender com os erros e melhorar continuamente o serviço prestado aos cidadãos, e a imagem da Polícia junto dos mesmos.

Aquando da elaboração da DE nº 10/2006, “foi realçada a necessidade de se efectuar um levantamento das necessidades ao nível dos recursos humanos e materiais para implementação do projecto-piloto”⁵⁷. Passados seis anos da sua implementação, urge efectuar um novo levantamento, mediante cada área em específico, por forma a verificar-se o ponto de situação em que se encontra a implementação deste Modelo, pois, ao longo do nosso estágio, podemos observar a carência de meios materiais e humanos com que os

⁵⁷ DE nº 10/2006 de 15 de Maio.



comandantes de esquadra se deparam para a correcta implementação deste Modelo de Policimento.

Devem igualmente ser estabelecidos padrões de avaliação e monitorização, diferenciados das restantes valências, adequados ao serviço desenvolvido pelos elementos afectos ao MIPP. Aquando da elaboração da referida DE, “encontrava-se previsto o estabelecimento de uma parceria entre a PSP e a Universidade Nova de Lisboa para a avaliação do Projecto-piloto”⁵⁸. Esta avaliação que foi efectuada, revela-se muito importante, não só na fase terminal da implementação do Projecto-piloto, mas durante a expansão a todo o território nacional, de forma a corrigir factores menos bem implementados e a confirmar e infirmar o desenvolvimento, quer seja positivo, quer seja negativo, deste Modelo⁵⁹. Esta avaliação, para obter resultados fidedignos, deve passar necessariamente por duas vertentes, pois “a própria PSP deve fazer uma monitorização interna, mas não é suficiente, a avaliação externa é fundamental”⁶⁰.

Esta avaliação não pode ser linear como no modelo de policimento tradicional, em que recai simplesmente na rapidez da resposta ao crime e no número de detenções efectuadas. Aqui deverão ser equacionadas várias vertentes e acções realizadas⁶¹, como refere o Subintendente Guinote, “para nós termos um modelo de avaliação do MIPP, que permitisse monitorizar de forma contínua e sistemática a actividade que é desenvolvida, nós teremos que considerar dados respeitantes à criminalidade participada, ao trabalho proactivo e ao sentimento de insegurança. Teríamos que considerar o público interno e externo e fazer uma aferição destes quadros de forma contínua e sistemática, por alguém a quem fosse reconhecida competência e dignidade”⁶². Este trabalho deve ser realizado

⁵⁸ DE n.º 10/2006 de 15 de Maio.

⁵⁹ Como refere o Superintendente Paulo Gomes, “Em qualquer modelo, é fundamental prever e implementar um modelo de avaliação que permita medir os resultados, identificar os aspetos menos conseguidos e corrigir o rumo, de modo a melhorar progressivamente o desempenho do modelo. O MIPP contempla esse modelo de avaliação e já ocorreu uma avaliação por uma entidade académica independente. Importa que oportunamente tenha lugar mais uma avaliação, que deve ocorrer com regularidade” (*Vide* entrevista Superintendente Paulo Gomes, anexo 4).

⁶⁰ *Vide* entrevista Doutor Manuel Lisboa, anexo 10.

⁶¹ Deve ter-se em consideração entre outros factores os “contactos que as EPAV fazem com os cidadãos, os problemas que lhes são reportados e resolvidos, o número de sinalização de crianças para a comissão nacional de protecção de crianças e jovens, o número de idosos, o número de vítimas de violência doméstica, não sabemos que menores são retirados e conduzidos ao estabelecimento de reinserção social, não sabemos o numero de parcerias nem a abrangência com que são constituídas, não sabemos quanto tempo de segurança são propostos” (*vide* entrevista Subintendente Guinote, anexo 6).

⁶² *Vide* entrevista Subintendente Guinote, anexo 6.



simultaneamente ao nível nacional e ao nível local⁶³, de forma independente entre as várias áreas, pois cada uma possui as suas características e necessidades específicas.

2.4. Aposta na formação dos elementos afectos ao MIPP

A formação dos elementos policiais torna-se fundamental para o bom desempenho das suas funções. Essa formação deve ser ministrada, quer aquando do seu ingresso na instituição, quer ao longo de toda a carreira, de forma a que os elementos policiais se mantenham actualizados em relação às temáticas já apreendidas, e na assimilação de novas, tendo em vista um melhor serviço prestado ao cidadão. Esta ideia torna-se fundamental para o bom desempenho dos elementos policiais, embora na prática não seja executada como seria desejado, pois a formação ministrada inicialmente com o tempo “é diluída e tem que ser reforçada tal e qual como se faz a formação SEI, e não falo só do MIPP mas a nível geral faz-se uma primeira formação e depois nunca mais se faz nada na formação”⁶⁴. Nos últimos anos esta realidade tem vindo a alterar-se positivamente, embora ainda esteja bastante longe do desejado.

A formação inicial ministrada aquando do ingresso na PSP, aos seus elementos, é muito importante, abrangendo todas as áreas em que estes possam vir a actuar. Esta formação acaba por ser bastante generalista devido ao elevado número de competências que estão a cargo da Polícia. Como cada vertente da PSP possui as suas especificidades, um elemento não deveria posteriormente ingressar, neste caso em específico, nas equipas pertencentes ao MIPP sem efectuar uma formação prévia, pois o “trabalho de um agente de proximidade implica uma grande margem de autonomia na tomada de decisões, importa que tenha uma sólida formação ética e técnica, que devem ser regularmente reforçadas através da formação contínua”⁶⁵.

No respeitante à formação relativa ao MIPP, e consequentemente a um modelo de actuação mais proximal em relação aos cidadãos, é possível verificar que “nesta altura a Polícia de Segurança Publica conta já com um naipe de elementos nos vários escalões hierárquicos que têm formação suficiente para poderem contrariar um pouco a tendência

⁶³ Como refere o Superintendente Clemente, para se “conhecer o impacto do Policimento de Proximidade, convém mais que seja feito para se perceber alguns factores, que seja feito do exterior, ou seja, devemos ir à própria comunidade escolar proceder-se a isso, e então terão que ser outras organizações e não nós a avaliar. Depois, juntando os dados de ambos os lados, passamos a ter uma informação mais precisa e que nos permita por exemplo fazer melhoramentos no futuro” (*vide* entrevista Superintendente Pedro Clemente, anexo 5).

⁶⁴ *Vide* entrevista Subcomissário Dantier, anexo 8.

⁶⁵ *Vide* entrevista Superintendente Paulo Gomes, anexo 4.



para a dúvida no âmbito da componente preventiva do policiamento e do MIPP em concreto”⁶⁶.

Verificámos que, na DE nº 10/2006 de 15 de Maio, está previsto que “antes de implementado o Programa, será desencadeado um processo de formação de formadores com o objectivo de se proceder à desmultiplicação desta formação em todos os Comandos para a constituição das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV), das Equipas do Programa Escola Segura (EPES), assim como de Equipas especializadas na investigação de crimes que assumem um carácter particularmente traumático para a vítima (violência doméstica, violação, maus tratos, roubo)”. Após a análise da referida directiva, encontramos mais duas passagens⁶⁷ que fazem menção à formação, não se encontrando nada previsto para a manutenção dessa formação, nem para a formação a ministrar a agentes que entrem para estas equipas. Entre 2009 e 2012 foram ministradas 134 acções de formação tendo sido formados um total de 2197⁶⁸. Apesar de os dados disponíveis remontarem apenas a 2009, não nos permitindo uma análise da aposta inicial da formação em 2006, nem a sua evolução a partir dessa data, sabemos que aquando da implementação do Projecto-piloto do PIPP foi efectuada a formação de todos os elementos das subunidades onde foi implementado, não se ficando apenas as formações pelos elementos pertencentes às EPAV e EPES. Foi também neste âmbito que foram realizados os primeiros cursos em e-learning e b-learning na PSP.

A formação das equipas inseridas no MIPP é fundamental para a boa execução das suas missões, mas, como referimos anteriormente, para o sucesso deste Modelo de Policimento, a formação não se pode restringir apenas a estes elementos, como refere Ricardo Santana “o tipo de estratégia não pode passar só pela formação de alguns agentes, é normal haverem agentes adstritos ao programa em si, mas esse comportamento deve ser generalizado, ao resto da estrutura”⁶⁹. A formação relativa a este modelo devia assim constar dos programas curriculares quer da EPP, quer do ISCPSI, permitindo ministrar os princípios deste Modelo a todos os elementos policiais que ingressem na instituição.

No respeitante ao ISCPSI essa formação não se encontra a ser ministrada, pois encontrando-nos no último ano de formação, e verificamos que não tivemos nenhuma

⁶⁶ Vide entrevista Subintendente Guinote, anexo 6.

⁶⁷ “especializar a prevenção da criminalidade, investindo na formação dos elementos policiais afectos a funções de policiamento de proximidade”; “propor superiormente acções de formação ou outras necessidades na área da prevenção da criminalidade” (DE nº 10/2006 de 15 de Maio).

⁶⁸ Fonte: Departamento de Formação da DN da PSP.

⁶⁹ Vide Entrevista Doutor Ricardo Santana, anexo 10.



unidade curricular vocacionada para este Modelo de Policiamento, apenas obtivemos referência à sua existência, assim como dos demais Modelos existentes. Esta nossa observação é confirmada pelo Subintendente Guinote ao referir que “os Oficiais formados no Instituto não têm nenhuma unidade curricular específica no âmbito da prevenção criminal e nem sequer, a não ser por carolice de um ou outro docente, aprendem a preencher um auto de violência doméstica, ou pelo menos a fiscalizar um auto de violência doméstica (...) e portanto são necessidades que nós precisamos de colmatar, porque é preciso existir uma adaptação às mudanças dos últimos anos”⁷⁰.

Relativamente à EPP, nos contactos que efectuámos durante o nosso estágio, quer com Agentes do último curso de formação na EPP, quer com Agentes formados já há alguns anos, todos eles afirmaram que não possuíam nenhuma unidade curricular vocacionada para este Modelo de Policiamento mais proximal em relação ao cidadão.

Com a análise de informação recolhida através dos questionários aplicados nas nossas áreas em estudo, verificámos que 62,3% da nossa amostra possui formação específica na área em que desempenha funções⁷¹, o que no nosso entender ainda é um valor abaixo do que seria desejado.

É possível verificar que a formação ministrada nas Divisões do COMETLIS, em parte, fica ao critério dos Comandantes de Divisão, variando assim consoante a forma de policiar privilegiada em cada Divisão. Esta nossa afirmação é baseada no resultados obtidos nos questionários por nós aplicados nas áreas em estudo, sendo que na 1ª Divisão é privilegiada a formação ministrada aos elementos afectos ao MIPP, enquanto que na Divisão de Oeiras

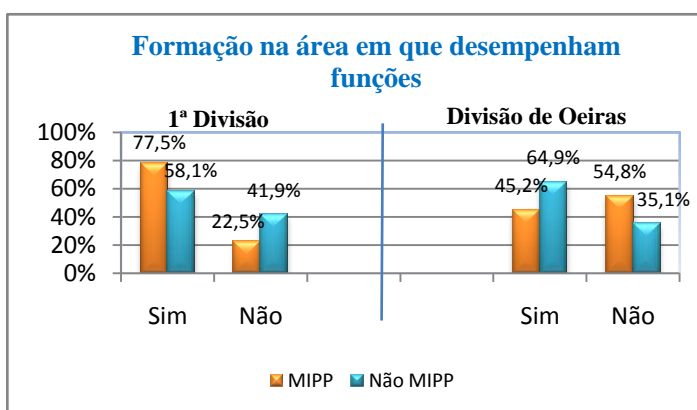


Gráfico 1 – Formação na área e que desempenham funções.

Autor: Elaboração Própria.

são os elementos operacionais das suas Esquadras não afectos ao MIPP quem mais afirma possuir formação na área específica em que desempenham funções, como podemos observar no gráfico número 1. Estamos cientes de que esta diferença pode reflectir as

⁷⁰ Vide entrevista Subintendente Guinote, anexo 6.

⁷¹ Vide anexo 18, gráfico 50.



necessidades das áreas em específico, mas também se torna um indicador do Modelo de Policimento privilegiado em cada local.

No que respeita à qualidade da formação ministrada, verificámos que a maioria dos elementos inquiridos considera-a “Boa” (51,9%), sendo o indicador seguinte mais indicado o de “Razoável” (34,9%)⁷². É possível, no entanto, encontrar algumas diferenças nos vários grupos em estudo, sendo que em ambas as Divisões os elementos afectos ao MIPP consideram a formação melhor que os restantes elementos⁷³.

Um dos factores que possui influência no número de elementos com formação nas nossas áreas em estudo, passa pelo facto de ambas se situarem no COMETLIS. Como veremos a seguir, este Comando, devido a variadas razões, é um Comando apenas de passagem para muitos elementos policiais. Este facto leva a que ocorra uma elevada rotatividade de elementos, possuindo assim maioritariamente elementos jovens, com poucos anos na instituição, e que muitas vezes ainda não tiveram oportunidade de efectuar formação específica na área onde desempenham funções.

2.5. Impacto da rotação do efectivo do COMETLIS no MIPP

A estabilidade geográfica é um dos factores mais importantes para o sucesso do MIPP, pois só com o passar do tempo é que os elementos policiais vão ganhar a confiança dos cidadãos da área onde se encontram a exercer funções, passando a inteirar-se dos problemas que ocorrem naquele local, assim como dos ilícitos criminais.

A DE nº 10/2006 de 15 de Maio refere que “o facto de se definir a colocação de um Agente policial em cada sector, desempenhando o mesmo funções de prevenção e de proximidade em permanência nessa área (...) constitui um dos principais fundamentos deste tipo de programas de proximidade”, referindo seguidamente que os objectivos desta afectação geográfica estável são: “(a) maior responsabilização; (b) melhor conhecimento dos problemas dos cidadãos residentes e contacto com as entidades competentes para a sua resolução; (c) melhor conhecimento do tipo de incivildades e ilícitos criminais que ocorrem em cada sector, dos problemas de insegurança ou dos “medos” das populações; (d) maior aproximação e interacção com os cidadãos; (e) melhoria da imagem pública da Polícia”⁷⁴. Nesta temática a DE referida é muito clara, demonstrando a importância da

⁷² Vide anexo 18, gráfico 53.

⁷³ Vide anexo 18 gráfico 51 e 52.

⁷⁴ DE nº 10/2006 de 15 de Maio.



estabilidade geográfica dos elementos policiais e realçando o seu objectivo, para o bom cumprimento da missão e consequentemente do sucesso deste Modelo de Policimento.

É assim consensual e está devidamente fundamentado que os elementos afectos às equipas que integram este Modelo “devem ser agentes que não tenham em vista deslocações/transferências frequentes (pois devem permanecer por um bom período nos programas)”⁷⁵. A DE nº 10/2006 sugere como período mínimo de permanência dos elementos policiais nos seus sectores um ano. Na nossa opinião, este período mínimo sugerido acaba por ser reduzido, pois ao final deste ano será quando o elemento estará a desempenhar as suas funções com o máximo rendimento, pois a inserção de uma pessoa numa determinada comunidade é um processo que pode demorar um tempo considerável.

Temos consciência que apesar dos esforços para se cumprir esta estabilidade geográfica, por vezes torna-se difícil, devido a vários factores, como seja a “falta de recursos humanos, de afectação de recursos e depois tem a rotatividade dos recursos humanos que estão sempre a sair, isso faz com que as pessoas tenham que mudar e nem todas as pessoas têm perfil para lá estarem”⁷⁶.

Durante o nosso estágio constatamos, em conversa com os vários elementos policiais, que o COMETLIS é um Comando de passagem para muitos elementos, por vários motivos. Um deles passa pelo facto de ser um Comando muito desgastante, levando os elementos policiais ao final de algum tempo a procurarem funções mais resguardadas, quer seja em funções administrativas dentro do Comando, quer seja na DN ou no ISCPSI, quer em outros Comandos Distritais vizinhos.

Outro factor que contribui para esta elevada rotatividade, passa por os agentes que se encontram neste Comando serem originários de zonas distantes do país, o que os leva a que mal tenham oportunidade se movimentem para Comandos mais próximos da sua terra natal. Muitos elementos, por gosto procuram também áreas mais específicas, como seja a IC ou uma das subunidades da UEP.

A média de tempo de serviço efectivo da nossa amostra em estudo é de 9,9 anos⁷⁷, o que comprova a tese de que o COMETLIS é um Comando composto maioritariamente por elementos jovens, recentemente formados. Quando questionámos os elementos sobre quanto tempo perspectivam ficar no COMETLIS, 61,9% afirmaram que pretende sair entre

⁷⁵ Vide entrevista Doutora Susana Durão, anexo 9.

⁷⁶ Vide entrevista Subcomissário Dantier, anexo 10.

⁷⁷ Vide anexo 18, quadro 8.



o próximo ano e 10 anos⁷⁸. Na nossa relação diária com os elementos, podemos apurar que os que mencionaram um ano dentro deste intervalo pretendem sair para outro Comando mal surja oportunidade. Como verificamos este é um valor bastante elevado, o que confirma a nossa afirmação anteriormente apresentada de que o COMETLIS é um comando de passagem para muitos elementos.

Quando efectuámos uma comparação entre os elementos afectos ao MIPP e os restantes, é possível observar que o número de elementos do MIPP que pretende abandonar o Comando nos próximos 10 anos é inferior aos restantes elementos, sendo 54,9% e 65,4% respectivamente. Isto denota um esforço que é feito por colocar

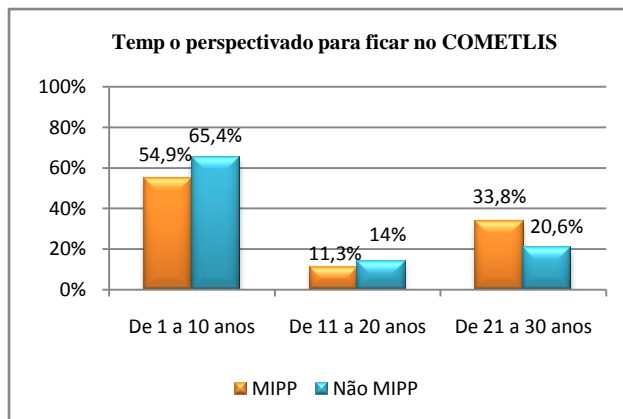


Gráfico 2 – Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS.
Autor: Elaboração Própria.

nas equipas afectas a este Modelo, elementos que pretendam permanecer no Comando durante mais tempo, embora pelos motivos já mencionados essa seja uma missão difícil.

Após analisarmos o exposto anteriormente, verificamos que a elevada rotatividade de meios humanos que o COMETLIS possui, dificulta a implementação de um Modelo de Policiamento mais proximal em relação aos cidadãos, que exige uma permanência dos elementos afectos a este Modelo na mesma área durante um longo período de tempo, por forma a manter os laços com a população e a estar inserido na comunidade local.

Esta elevada rotação possui ainda influência na quantidade de elementos com formação específica na área em que desempenham funções. Os elementos que recebem a formação passado poucos anos abandonam o Comando, o que torna necessário formar novos elementos que chegam, levando assim no caso específico dos elementos que se inserem nas equipas afectas ao MIPP, a uma quebra sucessiva da implementação do Modelo. Este facto é transversal a todas as especialidades policiais (investigação criminal, EIR's, tripulações dos carros-patrolha, atendimento ao público, comunicações, etc.).

⁷⁸ Apuramos ainda que 13% dos inquiridos pretende abandonar o Comando daqui a 11 a 20 anos, enquanto que 25,1% pretende ficar entre 21 e 30 anos. *Vide* anexo 17, gráfico 48.



CAPÍTULO 3 – ESTUDO EXPLORATÓRIO RELATIVO AO PONTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO MIPP NA 1ª DIVISÃO E DIVISÃO DE OEIRAS DO COMETLIS

3.1. Justificação do estudo

Durante os últimos anos ocorreu uma mudança de paradigma, na forma de actuar das Forças e Serviços de Segurança, resultante da evolução social à qual elas tiveram que se adaptar. Até há poucos anos, a segurança era garantida quase em exclusivo, mediante um Modelo de Policimento predominantemente reactivo, limitando-se por regra as Polícias a actuar ou a reprimir quando as leis eram violadas. Com a evolução constante da sociedade e tendo em conta as profundas alterações económico-sociais, torna-se necessário adaptar as respostas policiais às novas dificuldades na manutenção da segurança que foram surgindo.

De forma a corresponder às exigências da sociedade, que se encontra em constante mutação, os Governos Constitucionais recentes decidiram que se torna fundamental combater esta criminalidade, não só na vertente de reacção ao ilícito que acabou de ser cometido, mas fundamentalmente na sua origem, para prevenir a sua ocorrência.

A PSP desenvolve há vários anos boas práticas de policimento mais proximal em relação aos cidadãos, quer seja por iniciativa própria ou inseridas em Programas Especiais lançados pela Tutela. Em 2006, a mesma deu um passo fundamental nesta forma de policiar, com a criação da DE nº10/2006 de 15 de Maio, a qual estabeleceu padrões de actuação, tendo congregado num único Programa os vários Programas Especiais lançados pela Tutela, assim como as iniciativas próprias que vinha a desenvolver.

Após a implementação do Projecto-piloto do PIPP, foi efectuada uma avaliação da sua implementação, sendo seguidamente alargado a todo o território nacional, não tendo sido efectuada nenhuma avaliação do mesmo desde essa extensão até aos dias de hoje.

Reveste assim especial importância, passados seis anos desde a sua implementação, analisar se o mesmo corresponde às expectativas e se, com o evoluir cada vez mais rápido da sociedade, ele acompanha essa evolução. Torna-se também essencial verificar se o referido Programa cumpre os objectivos para os quais foi proposto, tanto dentro da instituição, como na relação entre a instituição e a sociedade.

3.2. Metodologia

Quando nos referimos à metodologia adoptada estamos a falar da “organização crítica



das práticas de uma investigação que se desenrola, desde a conceptualização, e que vai permitir chegar a conclusões fiáveis e consonantes com os propósitos iniciais que o mestrando se propõe encetar” (Reis, 2010: 58). Neste sentido, e para o cumprimento dos objectivos propostos, apresentamos neste capítulo o estudo exploratório que levámos a cabo na 1ª Divisão e Divisão de Oeiras, do COMETLIS. Foi, assim, adoptada uma metodologia compósita, isto é, recorreremos à utilização de: entrevistas; questionários e à observação participante.

Foram realizadas entrevistas, com um fim exploratório, a pessoas que, pelos seus estudos efectuados, pelo exercício da sua profissão ou pela sua posição institucional, considerámos informantes privilegiados. Estas entrevistas revelam-se muito importantes para o desenrolar do nosso trabalho, uma vez que “como instrumento de recolha de dados, permitem que um investigador tenha acesso a relatórios verbais fornecidos pelos respondentes, e que contêm uma variedade quase infinita de informação que seria impossível recolher de outras formas” (Ackroyd e Hughes, 1992: 102 cit. in. Reis, 2010: 82). Para a realização das entrevistas procurámos integrar três grupos distintos de pessoas: entidades policiais que possuem conhecimentos e estudos realizados sobre esta temática; entidades policiais que devido ao seu cargo institucional estão voltadas para a vertente operacional da implementação deste Modelo de Policimento e personalidades civis que possuem estudos e investigação nesta temática ou realizaram a avaliação do Projecto-piloto do PIPP, implementado em 2006.

Com a escolha destes entrevistados pretendemos obter uma visão de três ângulos distintos relativamente ao MIPP, sendo que, devido às diferenças verificadas nos grupos de entrevistados, recorreu-se à utilização de guiões distintos, mas sempre de acordo com os princípios a que as questões neles inseridas devem obedecer, pois estas devem ser “claras, curtas quanto possível, não tendenciosas, não ambíguas, com um ou poucos e não incluindo múltiplos tópicos de análise” (Espírito Santo, 2010: 30). Os guiões elaborados sofreram apenas pequenas alterações com o objectivo de se enquadrarem com o entrevistado.

Os questionários são “uma técnica de observação que tem como objectivo recolher informações baseando-se numa série ordenada de perguntas que devem ser respondidas, por escrito, pelo respondente, de forma a avaliar as atitudes, as opiniões e o resultado dos sujeitos ou recolher qualquer outra informação junto dos mesmos” (Reis, 2010: 91). Para a elaboração de um trabalho com o nosso, este método de recolha de informação, torna-se



preponderante no seu sucesso, devido à “facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num curto espaço de tempo” (Reis, 2010: 91). Os questionários foram aplicados aos elementos policiais, consoante os quadros seguintes:

Efectivo das Esquadras excepto Elementos afectos ao MIPP			
Divisão	Efectivo	Questionários Aplicados	% de efectivos inquiridos
1ª Divisão	286	62	21,7%
Divisão de Oeiras	276	74	26,8%

Quadro 3 – Efectivo das Esquadras excepto Elementos afectos ao MIPP.

Elementos afectos ao MIPP			
Divisão	Efectivo	Questionários Aplicados	% de efectivos inquiridos
1ª Divisão	46	40	87%
Divisão de Oeiras	32	31	96,9%

Quadro 4 – Elementos afectos ao MIPP.

Foram aplicados igualmente questionários aos responsáveis pelas instituições sociais da área em estudo. Neste grupo tentámos obter uma amostra de todos os sectores da sociedade⁷⁹, sendo aplicados 30 questionários na área da 1ª Divisão e 31 na área da Divisão de Oeiras. Esta opção permite-nos obter duas visões intra-instituição do MIPP, assim como a visão extra-instituição, através das pessoas que lidam diariamente com os grupos de risco, que são alvo de actuação por parte dos elementos afectos ao MIPP, como seja o caso das instituições presentes na CPCJ, escolas, etc. e também pessoas que lidam com a população em geral, como é o caso das Juntas de Freguesia, hospitais, etc.

Utilizámos igualmente a técnica da observação participante, que “compreende a interacção do investigador no grupo (leia-se também comunidade) de observação durante um período variável que pode ir de alguns meses a alguns anos” (Espírito Santo, 2010: 29). Este método foi possível graças ao nosso estágio prático do 5º ano do Curso de Formação de Oficiais de Polícia, onde podemos observar e interagir com todos os grupos aos quais foram aplicados os questionários. O facto de se tratar de um estágio de final de curso e de estarmos alguns meses consecutivos no local permitiu ganhar a confiança dos elementos, levando a cumprir todos os requisitos desta metodologia, pois “a observação participante implica que o investigador, além de observar o grupo, também participe nas suas

⁷⁹ Vide anexo 11, quadro 7.



actividades, que conviva e consiga integrar-se na sua comunidade ou grupo de análise” (Espírito Santo, 2010: 29).

Tendo em conta esta metodologia diversificada, pretendemos assim aproximarmo-nos o mais possível da realidade de como o MIPP está a ser implementado, recolhendo as opiniões tanto da parte de quem é visada por este Modelo, como de quem executa a função, assim como de quem pelo seu percurso investigatório tem algo a contribuir para a melhoria deste Modelo.

3.3. Caracterização da área de estudo

O nosso estudo realizou-se na 1ª Divisão e na Divisão de Oeiras, ambas do COMETLIS.

A 1ª Divisão está situada na parte central da cidade de Lisboa sendo constituída por 20 Freguesias⁸⁰, com uma população residente total de 55.537 habitantes⁸¹ e uma área de 5,34km². A Divisão de Oeiras constitui uma das seis Divisões destacadas do COMETLIS, abrangendo a totalidade do Concelho de Oeiras, que é composto por 10 Freguesias⁸², com uma população residente total de 172.120 habitantes⁸³ e uma área de 45,84km².

A 1ª Divisão durante o dia é uma área de comércio e muito turismo, ao anoitecer transforma-se, sendo um dos sítios mais procurados pelos jovens para a diversão nocturna. Esta Divisão é definida como uma zona turística e de serviços, com uma grande população flutuante devido às inúmeras pessoas (turistas e trabalhadores) que ali se deslocam diariamente para fins de lazer ou profissionais. Por sua vez a área da Divisão de Oeiras é um local maioritariamente residencial, aumentando a sua população flutuante na época de verão, devido às praias ali existentes.

Relativamente às equipas afectas ao MIPP, as mesmas encontram-se organicamente e operacionalmente inseridas nas Esquadras. A única excepção ocorre ao nível das EPES, em que na 1ª Divisão, embora organicamente estejam colocadas nas esquadras, operacionalmente encontram-se dependentes da Divisão e sediadas na mesma.

A 1ª divisão conta com 332 elementos operacionalmente dependentes das Esquadras, sendo que deste número, 46 elementos pertencem às equipas afectas ao MIPP e 287 são

⁸⁰ As freguesias são as constantes no anexo 1.

⁸¹ Fonte: Censos 2011.

⁸² As freguesias são as constantes no anexo 1.

⁸³ Fonte: Censos 2011.



elementos operacionais das Esquadras não pertencentes às equipas afectas ao MIPP⁸⁴. Relativamente à Divisão de Oeiras⁸⁵, a mesma conta com 308 elementos, dos quais 32 pertencem às equipas afectas ao MIPP e 276 são elementos operacionais das Esquadras não pertencentes às equipas afectas ao MIPP⁸⁶.

3.4. Análise de resultados

Na análise de resultados dos questionários por nós aplicados, vamos dividir o nosso estudo em três grandes áreas: a análise dos resultados das questões unicamente dirigidas a elementos policiais, a análise das questões apenas apresentadas às entidades representantes dos cidadãos, e, por fim, analisaremos as questões em comum a estes dois grupos. Com esta divisão na análise pretendemos obter a visão do MIPP, quer por parte da sociedade civil, quer por parte dos elementos pertencentes à instituição. Durante a nossa análise tentaremos sempre que possível estabelecer comparações entre todos os grupos em estudo⁸⁷ da nossa amostra. Passamos, seguidamente, a apresentar a principais conclusões que retirámos dos questionários aplicados.

3.4.1. Análise da funcionalidade e percepção do MIPP pelos elementos policiais

Um dos princípios subjacentes ao MIPP passa pelo facto de os elementos afectos a este Modelo possuírem um elevado nível de autonomia, que se prevê que seja superior ao existente nas funções do denominado “patrulheiro”. Constatou-se assim que na 1ª Divisão 70% possui mais autonomia que em funções anteriores, valor este que contrasta com o verificado na Divisão de Oeiras, onde 54,8% afirmou que a sua autonomia nas funções que desempenham se mantém igual à que possuíam anteriormente. Na globalidade dos elementos afectos ao MIPP a maioria (59,2%) possui mais autonomia desde que passou a desempenhar funções no âmbito deste Modelo⁸⁸.

Verifica-se que a maioria (69%) dos elementos afectos ao MIPP não desempenha exclusivamente funções na área deste Modelo, sendo a 1ª Divisão a que mais contribui

⁸⁴ Deve aqui ser tida em consideração a excepção anteriormente mencionada relativamente às EPES, que se encontram operacionalmente na dependência da Divisão, mas como pertencem ao grupo em estudo no nosso trabalho optamos por inserir no efectivo.

⁸⁵ Apesar de esta Divisão, devido a ser destacada, possuir Esquadra de Trânsito e Esquadra de Investigação Criminal na sua dependência, por forma a possuírmos resultados mais próximos entre as duas Divisões optamos por não contabilizar estas duas Esquadras.

⁸⁶ Vide anexo 2.

⁸⁷ É possível dividir a nossa amostra em 5 grupos: Elementos policiais afectos ao MIPP; Elementos Policiais das esquadras não afectos ao MIPP; Entidades; 1ª Divisão; Divisão de Oeiras.

⁸⁸ Vide anexo 13, gráfico 17.



para este valor, onde 77,5% desempenha outras funções que não as referentes ao Modelo a que estão afectos. Na Divisão de Oeiras 58,1% dos inquiridos afirma não desempenhar exclusivamente funções no âmbito do MIPP. Dos elementos que não desempenham funções em exclusivo no âmbito do MIPP, a maioria executa-as pelo menos uma vez por semana fora do âmbito do Modelo a que estão afectos, sendo esta tendência mais acentuada na 1ª Divisão com 45,2% dos elementos, enquanto que na Divisão de Oeiras são 38,9%⁸⁹. Não podemos olhar para estes resultados sem contextualizar a área de cada Divisão, pois a 1ª Divisão encontra-se numa área em que o contexto Social (população flutuante elevada, existência de vários ministérios, muitas manifestações), exige a ocupação de todo o seu efectivo para várias acções, levando os elementos do MIPP a intervir fora do seu âmbito de trabalho. O mesmo não se sucede na Divisão de Oeiras, estando esta inserida numa área maioritariamente residencial.

Quando analisamos a opinião que os elementos das esquadras não afectos ao MIPP possuem deste Modelo de Policimento, verifica-se que os pertencentes à Divisão de Oeiras possuem uma opinião mais favorável em relação ao mesmo, tendo 37,8% uma opinião “Boa” ou “Muito Boa”, comparativamente com os elementos da 1ª Divisão, onde apenas 19,3% possuem esta opinião. Na globalidade, metade dos elementos (50%) possui uma opinião Razoável do MIPP⁹⁰.

Os elementos da 1ª Divisão possuem a percepção de que a comunidade está “Razoavelmente” (39,2%) receptiva a uma forma de policimento mais proactiva como a de proximidade, enquanto que na Divisão de Oeiras, a maioria possui a percepção através do seu trabalho diário que a receptividade dos cidadãos é “Boa” (51,1%). De salientar que na 1ª Divisão, 18,6% considera a receptividade “Muito Boa”, comparativamente apenas 6,7% da amostra da Divisão de Oeiras a considera “Muito Boa”. Quando analisamos a percepção dos elementos afectos ao MIPP, comparativamente com os elementos das esquadras não afectos a este Modelo de Policimento, verificamos que 52,1% dos elementos afectos ao MIPP percebe a receptividade da comunidade é “Boa”, enquanto que quase metade dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP afirmam que a mesma é apenas “Razoável” (49,3%). Na globalidade os elementos policiais

⁸⁹ Vide anexo 13, gráficos 7 e 8.

⁹⁰ Vide anexo 15, gráfico 26.



consideram que a receptividade da comunidade a este tipo de policiamento é “Boa” (44,4%)⁹¹.

A quase totalidade dos elementos policiais classifica o Modelo de Policiamento predominante implementado na PSP, como sendo preventivo (90,3%), este valor é superior nos elementos afectos ao MIPP (91,5%), comparativamente com os elementos das esquadras não afectos ao MIPP (89,7%). Quando comparamos as duas Divisões em estudo, verificamos que é na Divisão de Oeiras onde mais elementos (91,4%) consideram que o Modelo Implementado na PSP é preventivo, sendo considerado na 1ª Divisão por 89,1% dos elementos. É ainda de salientar o facto de 2,4% dos elementos inquiridos considerar que o Modelo implementado na PSP utiliza de igual modo os dois tipos de Modelo em conjunto na sua actuação diária⁹². Da análise destes dados e da observação participante que efectuamos, verificamos que apesar de a maioria dos elementos da PSP estarem mentalizados de que a PSP actua preventivamente, na realidade esta forma de actuar não está sistematizada na maioria dos agentes, não existindo directrizes neste sentido para a maioria do efectivo da PSP. Terá aqui a PSP que decidir qual o caminho a percorrer no futuro, se o da prevenção ou da reacção.

36,5% dos elementos policiais considera que o Policiamento de Proximidade representa o “envolvimento da comunidade na identificação e resolução dos problemas”, sendo esta a característica mais escolhida por todos os grupos. Seguidamente a característica mais apontada varia consoante o grupo em estudo, no caso dos elementos afectos ao MIPP, foi caracterizado como de “Maior Visibilidade” (39,4%), pelos elementos das esquadras não afectos ao MIPP, apontado como sendo de “Simples aproximação aos Cidadãos” (28,9%). Quando analisamos comparativamente as duas Divisões verificamos que na 1ª Divisão o segundo indicador mais escolhido foi a “Simples Aproximação aos Cidadãos” (24,1%), enquanto que na Divisão de Oeiras foi o “Maior Visibilidade” (31,8%). O indicador menos escolhido por todos os elementos foi o “Mais patrulhamento auto/apeado”, tendo ainda assim registado na totalidade dos elementos inquiridos 6,4%, o que revela a existência de elementos que não compreendem os objectivos deste Modelo⁹³.

⁹¹ Vide anexo 18, quadro 10.

⁹² Vide anexo 18, quadro 11.

⁹³ Vide anexo 13, gráfico 19 e anexo 15, gráfico 33.



3.4.2. Análise de resultados dos questionários aplicados às entidades

Para a globalidade dos inquiridos, a PSP encontra-se bem conotada, pois 70,5% possui uma opinião “Boa” ou “Muito Boa” em relação à mesma. Quando analisamos as duas áreas em separado, verifica-se que 40% dos inquiridos na área da 1ª Divisão possuem uma opinião “Muito Boa” em relação à PSP, enquanto que na Divisão de Oeiras apenas 19,4% possui essa opinião⁹⁴.

67,2% conhece o MIPP implementado na PSP, sendo que é na 1ª divisão onde é mais conhecido (80%), enquanto que na Divisão de Oeiras são 54,8% dos inquiridos a referir conhecer este Modelo⁹⁵. Ao aprofundarmos os conhecimentos que os inquiridos possuem deste Modelo, verifica-se que nem todos os que conhecem o Modelo estão familiarizados com os programas especiais que o constituem. Do total dos inquiridos 62,3% conhece pelo menos um dos programas especiais, sendo que é na 1ª Divisão onde mais pessoas os conhecem (73,3%), descendo este valor para os 51,6% dos inquiridos na Divisão de Oeiras. Quase metade (44,7%) conhece todos os programas especiais, sendo que dos que não conhecem todos os programas especiais, o mais referido em ambas as Divisões foi o Escola Segura (31,6%), seguido pelo Comércio Seguro (15,8%), sendo menos conhecido o programa Idosos em Segurança (7,9%)⁹⁶.

60% dos inquiridos na área da 1ª Divisão contacta “Frequentemente” com elementos da PSP, sendo que na divisão de Oeiras a maioria (51,6%) contacta com a PSP apenas “Ocasionalmente”. De salientar que na 1ª Divisão 6,7% diz nunca ter comunicado com elementos da PSP subindo esse número na Divisão de Oeiras para 9,7%⁹⁷.

Na globalidade dos inquiridos 60,7% considera a PSP uma instituição “Frequentemente” presente e acessível, sendo que os inquiridos da área da 1ª Divisão são os que melhor opinião possuem da PSP nessa temática, afirmando 30% que a PSP é uma instituição “Muito Frequentemente” presente e acessível, descendo na Divisão de Oeiras este indicador para 16,1%⁹⁸.

Quando questionados os inquiridos sobre a frequência com que costumam ser convidados por parte da PSP para participar em acções de sensibilização, verificamos que é na 1ª Divisão onde essa interacção é mais efectuada, afirmando 43,4% que são convidados

⁹⁴ Vide anexo 17, gráfico 34.

⁹⁵ Vide anexo 17, gráfico 35.

⁹⁶ Vide anexo 17, gráfico 36 e 37.

⁹⁷ Vide anexo 17, gráfico 38.

⁹⁸ Vide anexo 17, gráfico 40.



“Frequentemente”, enquanto que na Divisão de Oeiras, o indicador mais escolhido foi o de “Ocasionalmente” (38,7%). De salientar que na 1ª Divisão 13,3% dos inquiridos afirma nunca ter sido convidado pela PSP para participar em acções de sensibilização, subindo este valor para 32,3% na Divisão de Oeiras⁹⁹.

76,7% dos representantes das entidades da área da 1ª Divisão refere que a PSP costuma transmitir-lhe informações para a sua autoprotecção, esse número desce significativamente na área da Divisão de Oeiras, onde é apenas de 48,4%. Quando questionados sobre como consideram essas informações, a maioria (55,3%), considera essas informações “Muito Relevantes”. Na 1ª Divisão 95,6% considera as informações transmitidas “Essenciais” ou “Muito Relevantes”, descendo esse valor na Divisão de Oeiras para 80%¹⁰⁰.

Quando questionada a nossa amostra relativamente à opinião que possuem da evolução da PSP nos últimos 10 anos, fundamentando-se nos contactos que efectuou com a PSP, verificamos que na 1ª Divisão quase metade considera-a “Muito Boa” (43,3%), sendo seguidamente o indicador mais escolhido o de “Boa” com 36,7%. Na Divisão de Oeiras a maioria dos inquiridos possui uma opinião “Boa” (64,5%), sendo o indicador seguinte mais escolhido o de “Razoável”, com 19,4%. Na globalidade a opinião dos inquiridos relativamente à evolução da PSP nos últimos 10 anos é “Boa” (50,8%), sendo seguidamente o indicador mais escolhido o de “Muito Boa” (27,9%)¹⁰¹.

3.4.3. Análise dos resultados das questões comuns a todos os grupos

Mais de metade dos elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP, na área da 1ª Divisão, considera que a resolução dos problemas colocados pela comunidade apenas é efectuada de forma “Razoável” (56,4%). Por sua vez, mais de metade dos elementos policiais afectos ao MIPP considera que a resolução dos problemas é “Boa” (55%). É possível verificar que a visão que os elementos policiais possuem do serviço prestado aos cidadãos não corresponde à que estes percebem, pois quase metade dos cidadãos inquiridos (46,7%) considera a resolução dos seus problemas “Muito Boa”. Na área da Divisão de Oeiras existe uma visão mais harmonizada por parte dos três grupos em estudo, sendo considerado por quase metade (49,3%) de todos os inquiridos que a resolução dos

⁹⁹ Vide anexo 17, gráfico 43.

¹⁰⁰ Vide anexo 17, gráficos 44 e 45.

¹⁰¹ Vide anexo 17, quadro 47.



problemas da comunidade colocados aos elementos policiais é “Boa”, sendo seguidamente o indicador mais escolhido o de “Razoável” com 41,9%¹⁰².

Tanto na área da 1ª Divisão como na da Divisão de Oeiras, mais de metade dos elementos policiais afectos ao MIPP¹⁰³ e as Entidades¹⁰⁴ consideram as parcerias existentes como sendo “Essenciais”. Relativamente aos elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP, na área da 1ª Divisão 43,5% considera-as “Mais ou Menos Relevantes”, enquanto que na Divisão de Oeiras são consideradas por estes elementos como sendo “Muito Relevantes” (36,5%).

62,5% dos elementos afectos ao MIPP na 1ª Divisão refere que os cidadãos possuem uma confiança “Boa” em transmitir informações à PSP, por sua vez 62,9% dos elementos das Esquadras não afectos ao MIPP consideram essa confiança apenas “Razoável”. Mais uma vez verificamos que a percepção dos elementos policiais não corresponde à realidade transmitida pelos cidadãos, pois quase metade (43,3%) dos inquiridos considera a sua confiança “Muito Boa”, sendo o indicador seguinte mais indicado o de “Boa”, com 36,7%¹⁰⁵. Na área da Divisão de Oeiras, verificamos uma maior harmonia nas respostas dos vários grupos em estudo, afirmando a maioria dos inquiridos que os Cidadãos possuem uma confiança “Boa”¹⁰⁶ em transmitir informações à PSP. Também aqui se verifica o facto de a percepção dos elementos policiais não corresponder ao nível de confiança que os cidadãos possuem em transmitir informações à PSP, sendo essa confiança superior ao percepcionado pelos elementos policiais. De salientar que o grupo em estudo que possui a opinião mais negativa relativamente à transmissão de informações à PSP é o que integra os elementos das esquadras não afectos ao MIPP.

¹⁰² Vide anexo 18, gráficos 54 e 55.

¹⁰³ 57,5% na 1ª Divisão e 65,4% na Divisão de Oeiras, *vide* anexo 18, gráficos 56 e 57.

¹⁰⁴ 63% na 1ª Divisão e 63,2% na Divisão de Oeiras, *vide* anexo 18, gráficos 56 e 57.

¹⁰⁵ *Vide* anexo 18, gráfico 58.

¹⁰⁶ Elementos policiais afectos ao MIPP, 48,4%; Elementos policiais das Esquadras não afectos ao MIPP, 52,7%; Representantes das entidades, 64,5%. *Vide* anexo 18, gráfico 59.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade policial e a sua articulação com a sociedade é complexa e, por vezes, de difícil compreensão, pois a PSP é uma instituição com competências próprias distinta das demais, resultando a sua especificidade em parte do seu posicionamento social, situando-se entre os cidadãos e o poder político. Este posicionamento é flexível, variando devido a várias condicionantes, tais como o local e a época em que se encontra inserida.

As variáveis societal e política contribuem em conjunto para a criação dos sistemas de polícia, sendo que, estes são postos em prática através das filosofias policiais, visando a criação dos Modelos de Policimento. Verificámos que as FS em Portugal, até um determinado nível, são autónomas na definição da sua Filosofia Policial, devido à ausência de directrizes emanadas do SSI, podendo assim cada instituição definir as suas prioridades e forma de actuar, factor este que se torna até determinado ponto positivo.

Devido ao Modelo de Policimento Profissional não ter funcionado como era esperado, não fazendo diminuir o número de ilícitos e reduzindo a confiança das pessoas na Polícia, levou a que o sentimento de insegurança das pessoas aumentasse, passando a ser perceptível que é impossível a Polícia controlar “sozinha” toda a criminalidade existente. O papel dos cidadãos na ajuda da manutenção da paz passou a ser considerado importante, tendo esta ideia levado à evolução, um pouco por todo o mundo, da forma de actuar das polícias, que passaram a adoptar novas formas de policiar e de resolver os problemas resultantes das relações sociais.

Este novo Modelo de Policimento, numa fase inicial, passa por ultrapassar a barreira existente entre a Polícia e a população, terminar com a tradição de uma Polícia militar e meramente reactiva, com a qual os cidadãos só estabelecem contacto quando algo corre mal. O seu principal objectivo passa por criar uma parceria entre a Polícia e a comunidade não só para resolver o problema do crime, mas também, para responder aos complexos problemas do controlo social. Com a aplicação deste Modelo a segurança deixa de ser uma missão unicamente da competência da Polícia, envolvendo as várias instituições e directamente os cidadãos.

O XIII Governo Constitucional deu, em Portugal, os primeiros passos na implementação deste novo Modelo de Policimento, sendo que, todos os Governos que se seguiram fizeram constar nos seus Programas de Governo referência a este Modelo de Policimento mais proximal em relação ao cidadão, utilizado estas intenções muitas vezes



como bandeira eleitoral, embora na prática poucos concretizassem estas intenções no terreno, preferindo maioritariamente investir na vertente da reactividade que lhes permite obter resultados a curto prazo, o que gerou avanços e recuos na correcta implementação deste Modelo de Policimento. O relatório recentemente apresentado pelo Conselho Estratégico de Segurança Nacional ao Governo levantou a polémica em torno de um Sistema Dual de Polícia, colocando o paradigma da proximidade como uma estratégia fraca, comparativamente com a reacção, o que pode trazer consequências para a estratégia da PSP, levando-a a abandonar o paradigma de proximidade.

Desde a adopção em Portugal dos princípios do Policimento de Proximidade, foram criados e extintos vários projectos, que se encontravam um pouco dispersos e sem estarem integrados numa estratégia nacional de prevenção da criminalidade. Surgiu em 2006, por parte da PSP, a primeira visão global deste Modelo de Policimento, com a criação da DE nº 10/2006 de 15 de Maio, que implementou o PIPP. Esta directiva veio dotar este Modelo de uma visão integrada de todos os programas de proximidade, quer os lançados pela Tutela, quer implementados por iniciativa da PSP.

Quando analisamos a nossa primeira hipótese “o MIPP veio melhorar a relação Polícia cidadão, aumentando o nível de confiança dos cidadãos na Polícia”, verificamos que a mesma se confirma. Constatamos que 80% das instituições inquiridas na área da 1ª Divisão possui uma confiança “Muito Boa” ou “Boa”, em transmitir informações à PSP, sendo que na área da Divisão de Oeiras esse valor desce ligeiramente para os 77,4%. A grande diferença entre as duas áreas reflecte-se no número de inquiridos que considera a sua confiança “Muito Boa”, sendo na 1ª Divisão 43,3% e na Divisão de Oeiras apenas 12,9%. Vemos assim que no local onde este modelo se encontra implementado há mais tempo a confiança das pessoas em transmitir informações a PSP é superior.

A nossa segunda hipótese “o desenvolvimento de parcerias e o aumento de cooperação com a comunidade veio consolidar a abertura da PSP à sociedade e melhorar a imagem desta perante os olhos dos cidadãos” também se confirmou. Em ambas as áreas em estudo, a maioria (63%) das entidades inquiridas consideram as parcerias estabelecidas com a PSP como sendo “Essenciais”. Esta ideia é corroborada pelos elementos afectos ao MIPP onde a maioria (65,5%) também considera estas parcerias “Essenciais”, contrariamente aos elementos das esquadras não afectos ao MIPP em que a maioria (66,9%) as considera apenas “Muito relevantes” ou “Mais ou menos relevantes”.



A imagem da PSP junto dos cidadãos tem vindo a melhor nos últimos anos, sendo que quase metade dos inquiridos (43,3%) considerou a sua evolução nos últimos 10 anos “Muito Boa” e a maioria (75,4%) considera-a “Muito Boa” ou “Boa”. Das duas áreas em estudo a que possui o MIPP implementado há mais tempo é a que considera a evolução da PSP melhor, sendo que na 1ª Divisão 36,7% dos inquiridos a considera “Muito Boa”, enquanto que na Divisão de Oeiras é considerada desta forma apenas por 16,1%.

A nossa terceira hipótese “o MIPP tem acompanhado a evolução da sociedade, mas é necessário traduzir essa evolução na DE nº 10/2006, actualizando-a para assim melhor definir o modo de actuação dos elementos adstritos a este Modelo”, também se confirma. Actualmente a maioria dos inquiridos (70,5%) possui uma opinião “Muito Boa” ou “Boa” em relação ao trabalho desenvolvido pela PSP, sendo que é na Divisão onde o MIPP se encontra implementado há mais tempo que essa opinião se revela melhor, ou seja, na 1ª Divisão 40% dos inquiridos possui uma opinião “Muito Boa” relativamente ao trabalho realizado pela PSP, enquanto que na Divisão de Oeiras esse valor desce para 19,4%.

Quase metade dos cidadãos inquiridos (39,3%) considera o nível de resolução dos seus problemas por parte da PSP “Boa”, sendo a Divisão onde o MIPP se encontra implementado há mais tempo a que possui o resultado mais positivo, pois na área da 1ª Divisão 46,7% considera a resolução dos seus problemas por parte da PSP “Muito Boa”, enquanto na área da Divisão de Oeiras esse valor desce para os 9,7%. É possível verificar que a visão que os elementos policiais possuem do serviço prestado aos cidadãos não corresponde à que estes percebem, sendo os indicadores referidos por estes menos favoráveis que os indicados pelos cidadãos.

Foi, ainda possível, verificar durante o nosso estudo, que a maioria dos inquiridos policiais (40,1%) considera a troca de informações entre as várias valências da PSP e os elementos afectos ao MIPP “Razoável”. Constata-se que está a ser efectuado um progresso positivo nesta matéria, pois 82,1% das respostas dos inquiridos situam-se entre o “Muito Bom” e o “Razoável”. É nossa opinião da observação participante que efectuamos, que embora os resultados da troca de informações sejam positivos, na prática não funciona com seria desejado. As informações são um instrumento essencial na actuação da PSP, sendo que os elementos afectos ao MIPP encontram-se numa situação privilegiada para a recolha das mesmas. As informações recolhidas se não transmitidas às restantes valências de nada servem, pelo que é necessário uma correcta coordenação entre as várias valências da PSP,



nomeadamente na relação existente entre a investigação criminal e os elementos que se encontram no terreno junto da comunidade e que mais facilmente acedem às informações.

62,3% dos elementos policiais possui formação específica na área em que desempenha funções, o que no nosso entender ainda é um valor inferior ao que seria desejado. É possível concluir que as Divisões do COMETLIS possuem prioridades diferentes ao nível de formação, optando umas por ministrar mais formação na área da reacção e outras na vertente da prevenção. No nosso estudo foi possível verificar que na 1ª Divisão é privilegiada a formação aos agentes de proximidade, enquanto que na Divisão de Oeiras é privilegiada a formação dos agentes não afectos ao MIPP. Relativamente à qualidade da formação ministrada, a maioria considera-a “Boa” (51,9%), sendo que em ambas as Divisões os elementos afectos ao MIPP consideram-na melhor que os restantes elementos.

Deverá, na nossa opinião, ser implementado um plano de formação relativo ao MIPP que englobe todos os elementos da PSP, pois este Modelo deve abranger todos os cidadãos e não meramente os grupos de risco. A formação deve ser não só actual como voltada para o futuro, tendo em atenção os grupos de risco que começam a surgir, desde imigrantes e descendentes de segunda e terceira gerações, idosos que sofrem de violência doméstica por parte de familiares (que devido a graves situações económicas tiram-lhes o dinheiro), a idosos toxicodependentes e também toxicodependentes com filhos, entre outros.

Apenas existem dados relativos às formações ministradas no âmbito do MIPP a partir de 2009, o que se torna prejudicial, não sendo possível efectuar uma análise da evolução da formação, quer aos elementos afectos a este Modelo, quer ao restante efectivo da PSP, desde a aposta que foi efectuada na formação inicial aquando da implementação do Projecto-piloto do PIPP.

Verificámos que existe um esforço no sentido de afectar ao MIPP os elementos que pretendem permanecer no COMETLIS durante mais tempo, pois o número de elementos do MIPP que pretende abandonar o Comando nos próximos 10 anos (54,9%) é inferior aos restantes elementos (65,4%). Concretizar o princípio da estabilidade geográfica contemplado nos objectivos do MIPP é uma missão difícil, visto o COMETLIS ser um comando de passagem para muitos elementos, devido aos vários factores já referidos no presente trabalho. Esta rotatividade elevada de elementos torna-se penalizadora na implementação do MIPP, levando a saída dos elementos afectos a este Modelo à necessidade de reinserir novos elementos nas suas áreas, levando assim a recuos sucessivos na correcta implementação do MIPP.



Encontrando-se o COMETLIS numa zona em que existe uma forte pressão da actividade operacional reactiva (manifestações, criminalidade, visitas de Chefes de Estado e de Governo, as zonas urbanas sensíveis, etc.), de investigação e a necessidade dos comandantes darem resposta imediata às solicitações que lhes são efectuadas, dificultam uma resposta mais sustentada na proximidade, sendo que, apesar destes factores as suas Divisões conseguem implementar excelentes iniciativas direccionadas para o Policimento de Proximidade.

Para se implementar correctamente um MIPP, e dando cumprimento à directiva basilar deste modelo, deve terminar-se com o patrulhamento aleatório e casuístico, devendo, na nossa opinião, numa situação de normalidade, actuar apenas o CP, para as respostas rápidas a incidentes, e as Equipas de proximidade. Os tradicionais patrulheiros devem assim ser redireccionados quer para o CP, quer para as equipas de proximidade, sendo desta forma criada uma malha de policimento com objectivos bem definidos.

Para finalizar, consideramos que “o Modelo de Policimento de Proximidade, se for conjugado com técnicas e tácticas sistemáticas de recolha de informação que identifiquem os suspeitos, bem como os locais de maior incidência criminal, levará a Polícia a conhecer melhor o carácter multifacetado e dinâmico do crime, a melhorar os padrões de desempenho policial e a melhorar o sentimento de segurança dos cidadãos, prestando assim um melhor serviço, na linha da governança de segurança” (Elias, 2008: 10). Preconizamos que o POI aliado ao policimento de base proximal poderá potenciar uma melhor adequação da resposta em termos operacionais, na prevenção, ordem pública e investigação criminal. O próximo passo estratégico de evolução para o MIPP consistirá, na nossa opinião, numa maior articulação entre as equipas de proximidade, as brigadas de investigação criminal e as equipas de pesquisa de informações policiais. Este caminho ajudará certamente a sedimentar a natureza de Polícia Integral da PSP e a prestar mais e melhor serviço aos cidadãos.

Realizado por:

Nuno Rafael Carvalho Lopes

Aspirante a Oficial de Polícia n.ºs 2525/153606



BIBLIOGRAFIA

- ANTÓNIO, Manuel, 2003. *Necessidade e efeitos da Proximidade Policial*, Lisboa: ISCPSI. (Tese de Licenciatura).
- BAYLE, Loubet, 2001. *Vers une monopolisation policière du contrôle social ?* In Les Cahiers de la Sécurité intérieure, n° 44. Paris: Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure.
- BAYLEY, David, 2006. *Padrões de Policimento*. [Trad.] René Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BAYLEY, David, SKOLNICK, Jerome, 2006. *Nova Polícia: Inovações nas Polícias de seis cidades Norte-Americanas*. [Trad.] Geraldo Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BECK, Ulrich, 1992. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London : Sage Publications.
- CAETANO, Marcelo, 1990. *Manual do Direito Administrativo*. Vol. II. Coimbra: Livraria Almedina
- CANOTILHO, José, MOREIRA, Vital, 2007. *Constituição da Republica Portuguesa*. 4ª ed., vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.
- CHAMPION, J., RUSH, George, 1997. *Policing in the Community*. New Jersey: Prentice – Hall.
- CLEMENTE, Pedro, 1998. *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil do Distrito de Lisboa.
- CLEMENTE, Pedro, 2000. *A Polícia em Portugal: da dimensão política contemporânea da seguridade pública*. Vol. I. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- COSTA, Rui Filipe, 2006. *Políticas de Proximidade com a Comunidade e Modelos Departamentais Concentrados*. Lisboa: ISCPSI. (Tese de Licenciatura).
- DIAS, Valente, 2012. *Metamorfoses da Polícia: Novos Paradigmas da Segurança e Liberdade*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- DURÃO, Susana, 2008. *Patrulha e Proximidade: Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*, Coimbra, Edições Almedina.
- ELIAS, Luís, GUEDES, Armando Marques, 2010, *Controlos Remotos. Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina.



ELIAS, Luís, 2007. *Policimento de Proximidade: Princípios e funcionamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal*. [Coord.] Germano Silva/Manuel Valente. In Estudos de Homenagem ao Juiz conselheiro António da Costa Neves Ribeiro. Coimbra: Edições Almedina.

ELIAS, Luís, 2008. *A gestão da prevenção criminal*. [Coord.] Manuel Valente/Maria Martins. In Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo. Coimbra: Edições Almedina.

ELIAS, Luís, 2008. *O Policimento de Proximidade num Contexto de Nova Governança da Segurança*. (Trabalho Modular realizado no âmbito do 3.º Curso de Direcção e Estratégia Policial).

ELIAS, Luís, 2009. *Perspectivas Policiais sobre a violência doméstica*. [Coord.] Manuel Valente. In Reuniões e Manifestações: Actuação Policial. Coimbra: Almedina.

ESPÍRITO Santo, Paula, 2010. *Introdução à Metodologia em Ciências Sociais – Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Silabo

FERREIRA, Carlos, 2000. *A globalização dos novos Modelos de Policimento*. Lisboa: ISCPSI. (Tese de licenciatura).

GOLDSTEIN, Herman, 1990. *Problem Oriented Policing*. USA: University of Wisconsin – Madison.

GUINOTE, Hugo, 2009. *Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa: interferências e ingerências mútuas*. [Coord.] Manuel Valente. In Respostas táctico-policiais ao fenómeno da droga. Coimbra: Edições Almedina.

HENRIQUES, Sónia, 2009. *Análise do impacto organizacional do Policimento de Proximidade – Contributos para um modelo de avaliação*. Lisboa: ISCPSI. (Tese de Licenciatura).

KAPPELER, Victor, GAINES, Larry, 2009. *Community Policing: A Contemporary Perspective*, 5ª ed. Cincinnati: Anderson Publishing co.

KRATCOSKI, Peter, DUKES, Duane, 1995. *Issues in Community Policing*. Cincinnati: Anderson Publishing co.

MARÇAL, Álvaro, 2008. *Policimento de Proximidade: Avaliação do Programa Escola Segura no Concelho de Odivelas*. Lisboa: ISCSP

MARQUES, João, 1997. *Contributo para uma nova Filosofia de Policimento*. Lisboa: ESP (Tese de Licenciatura).



- MATOS, Rui, 2000. *Policimento de Proximidade em Portugal: Representações Sociais dos Cidadãos acerca da acção Policial no Concelho de Loures: Policimento Geral e Programa “Escola Segura”*. Lisboa: ISCPSI (Tese de Licenciatura).
- MINISTERE DE L’INTERIEUR, 2000. *Guide Pratique de La Police de Proximité*. Paris : La Documentation Française
- MONET, Jean-Claude, 2006. *Polícias e Sociedades na Europa*. [Trad.] Mary Barros. Brasil: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- REIS, Felipa, 2010. *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- OLIVEIRA, José, 2006. *As Políticas de Segurança e os modelos de Policimento: A Emergência do Policimento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, LucVan, 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RATCLIFFE, Jerry, 2003. *Intelligence Led-Policing*. In *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*. Camberra: Australian Institute of Criminology.
- ROCHE, Sebastian, 1998. *Sociologie Politique de L’insécurité*. Paris: Press Universitaires de France
- SIMÃO, Joaquim, 2009. *Policimento de proximidade. Papel da Polícia na prevenção criminal: Estudo de caso do Projecto “Apoio 65 – Idosos em Segurança” na zona intra-muros de Elvas*, Lisboa: ISCPSI. (Tese de Licenciatura).
- SKOLNICK, Jerome, BAYLEY, David, 2006. *Policimento Comunitário*. [Trad.] Ana Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de são Paulo.
- SOCINOVA, 2008. *Avaliação de um Programa Integrado de Policimento de Proximidade: Apresentação dos resultados finais do estudo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- TEIXEIRA, Nuno, 2002. *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: MAI
- TILLEY, Nick, *Problem-Oriented Policing and Crime Prevention*. London: Wilian Publishing, 2005.
- TROJANOWICZ, Robert, 1998. *Community Policing: a contemporary perspective*. 2ª ed. Cincinnati: Anderson publishing co.
- TUPMAN, Bill, TUPMAN, Alison, 1999. *Policing in Europe: Uniform in Diversity*. England: Intellect.



VALENTE, Manuel, 2009. *Teoria Geral do Direito Policial*, 2ª Ed., Coimbra: Edições Almedina.

Dicionários

TEXTO EDITORES, 1995. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

VERBO, 1963. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol. 15. Lisboa: Verbo.

VERBO, 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol. 2. Lisboa: Editorial Verbo.

PORTO EDITORA, 1987. *Dicionário de Língua Portuguesa*. 6ª ed. Porto: Porto Editora.

Artigos científicos

BOLLE, Pierre-Henri, 1998. *A Polícia de proximidade: Noção, Instituição, Acção*. In *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*. Coimbra: Coimbra Editora

BRATTON, William, 2000. *Policimento Comunitário*. In *Polícia Portuguesa*, nº 125. Lisboa: Direcção Nacional PSP

CHAMBEL, Élia, 2004. *Política Criminal/Modelos de Policimento*. [Coord.] Manuel Valente. In *Politeia – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna*. Coimbra: Livraria Almedina.

CORREIA, José, 1994. *Medidas de Polícia e Legalidade Administrativa*. In *Polícia Portuguesa* nº 87. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

COSTA, Alberto, 1995. *Cerimónia de abertura do ano lectivo ESP*. In *Polícia Portuguesa* nº 96. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

ELIAS, Luís, 2006. *Problemática da violência doméstica, reflexões sobre o papel da Polícia Portuguesa*. In *Polícia Portuguesa*, nº1, III Série. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

FERRET, Jérôme, 2003. *Évaluer la police dite de proximité ? Certitudes et incertitudes tirées des expériences françaises*. In *Les Cahiers de la Sécurité intérieure*, nº 53. Paris. Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure.

GOMES, Paulo Valente, 2001. *Modelos de Policimento*. In *Polícia Portuguesa*, separata da revista nº 128. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

IDN, 2013. *A Defesa Nacional no Contexto da Reforma das Funções de Soberania do Estado*. In



http://www.defesa.pt/documents/20130307_IDN_reforma_do_estado_soberania_jan2013.pdf. Consultado em: 23 de Março de 2013.

LEITÃO, José, 1999a. *Causas da Proximidade Policial I*. In *Polícia Portuguesa*, nº 119. Lisboa: Direcção Nacional da PSP

LEITÃO, José, 1999b. *Causas da Proximidade Policial II*. In *Polícia Portuguesa*, nº 120. Lisboa: Direcção Nacional da PSP

LEITÃO, José, 2000a. *Causas da Proximidade Policial III*. In *Polícia Portuguesa*, nº 121. Lisboa: Direcção Nacional da PSP

LEITÃO, José, 2000b. *Causas da Proximidade Policial IV*. In *Polícia Portuguesa*, nº 122. Lisboa: Direcção Nacional da PSP

MAI, 1999, *Policiamento de Proximidade: Técnicas de Proximidade, Texto de Apoio A*, Lisboa: MAI.

MAI, 2002, *Policiamento de Proximidade: Comunicação, Texto de Apoio B*, Lisboa: MAI.

OLIVEIRA, José, 2001. *Os Modelos de Polícia, Face à Emergência das Políticas Públicas de Segurança*. In *Polícia Portuguesa*, separata da revista nº 128. Lisboa: Direcção Nacional da PSP.

RABOT, Audrey, 2003. *Implantation et évaluation du modele de police de proximité en Espagne*. In *Les Cahiers de la Sécurité intérieure*, nº 53. Paris. Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure.

Diplomas Legais

Decisão 427/2001/JAI do Conselho de 28 de Maio de 2001

Decisão 902/2009/JAI do Conselho de 30 de Novembro de 2009

Decreto-Lei 299/2009 de 14 de Outubro – Estatuto PSP

Despacho conjunto n.º 105-A/2005 de 2 de Fevereiro (MAI-ME) – Regulamento do Programa Escola Segura

Despacho n.º 25 650/2006 de 19 de Dezembro (MAI-ME) – Regulamento do Programa Escola

Lei n.º 52-B/1996 de 27 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 1997

Lei n.º 87-A/1998 de 31 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 1999

Lei n.º 3-A/2000 de 4 de Abril – Grandes Opções do Plano para 2000

Lei n.º 32-A/2002 de 30 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 2003

Lei n.º 107-A/2003 de 31 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 2004



Lei n.º 52/2005 de 31 de Agosto – Grandes Opções do Plano para 2005 – 2009
Lei n.º 17/2006 de 23 de Maio – Aprova a Lei Quadro da Política Criminal
Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto – Lei Orgânica da PSP
Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto – Aprova a Lei de Organização e Investigação Criminal
Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto – Lei de Segurança Interna.
Lei n.º 38/2009 de 20 de Junho – Lei de prevenção Criminal biénio 2009-2011
Lei n.º 64-A/2011 de 30 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 2012 – 2015
Lei n.º 66-A/2012 de 31 de Dezembro – Grandes Opções do Plano para 2013
Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/1999 – Cria o Programa INOVAR
Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2004 de 22 de Julho
Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2007 de 19 de Março de 2007
Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010 de 17 de Dezembro de 2010

Outros Documentos

Grandes opções do plano para 2007. In
http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP2007_AR.pdf.

Consultado em: 9 Março de 2013.

Grandes opções do plano para 2008. In
<http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP2008.pdf>. Consultado em: 15 Março de 2013.

Grandes opções do plano para 2009. In
<http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/gop2009.pdf>. Consultado em: 15 Março de 2013.

Grandes opções do plano para 2010 – 2013. In
http://www.parlamento.pt/OrcamentoEstado/Documents/gop/GOP_2010-2013_VF.pdf. Consultado em: 15 Março de 2013.

Parecer do Comité das Regiões sobre «Criminalidade e Segurança nas Zonas Urbanas» (2000/C57/15)

Programa do XIII Governo Constitucional 1995 – 1999.

Programa do XIV Governo Constitucional 1999 – 2002.

Programa do XV Governo Constitucional 2002 – 2004.

Programa do XVI Governo Constitucional 2004 – 2005.

Programa do XVII Governo Constitucional 2005 – 2009.



Programa do XVIII Governo Constitucional 2009 – 2011.

Programa do XIX Governo Constitucional 2011 – 2015.

Normas Internas

Directiva Estratégica nº 10/2006.

Directiva Estratégica nº 16/2006.

Directiva Operacional 1/2010.

Ofício nº 221 de 10 Janeiro de 2006, da DN.

Opções Estratégicas da PSP para 2013

Sítios da Internet

<http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/mun205w1.php?dis=11&cod=M1100>. Consultado em: 05 de Março de 2013.

<http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/mun205w1.php?dis=11&cod=M2780>. Consultado em: 05 de Março de 2013.

<http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.01#05>. Consultado em: 07 de Janeiro de 2013.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006352&contexto=bd&selTab=tab2. Consultado em: 04 de Janeiro de 2013.

<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/apoio65.aspx?menu=6>. Consultado em: 17 de Novembro de 2012.

<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/comercio.aspx?menu=7>. Consultado em: 14 de Novembro de 2012.

<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/escolasegura.aspx?menu=4>. Consultado em: 14 de Novembro de 2012.

<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>. Consultado em: 17 de Novembro de 2012.

<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx?menu=2>. Consultado em: 14 de Novembro de 2012.

http://europa.eu/eu-law/legislation/index_pt.htm. Consultado em: 21 de Fevereiro de 2013.

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>. Consultado em: 02 de Março de 2013.



ANEXOS

Anexo 1 – Freguesias por Esquadras

Freguesias por Esquadras		
Divisões	Esquadras	Freguesias
1ª Divisão	2ª/6ª	Castelo; Madalena; Mártires; Santiago; Sé; São Cristóvão e São Lourenço; São Nicolau; Socorro; Anjos.
	3ª/5ª	Mercês; Santa Catarina; Encarnação; São Paulo.
	4ª/8ª	São José; Coração de Jesus; Pena; Santa Justa; Sacramento.
	22ª	Santa Isabel; São Mamede.
Divisão de Oeiras	80ª	Oeiras e São Julião da Barra; Paço de Arcos;
	81ª	Algés; Cruz Quebrada-Dafundo; Linda-a-Velha;
	82ª	Porto Salvo;
	83ª	Carnaxide;
	84ª	Caxias; Paço de Arcos;
	85ª	Queijas; Barcarena;

Quadro 5 – Freguesias por Esquadras

Fonte: Secção de Operações da 1ª Divisão

Secção de Operações da Divisão de Oeiras



Anexo 2 – Efectivo das Divisões por Esquadra

Local		Efectivo			Total
		EPES	EPAV	Efectivo não MIPP ²	
1 ^a Divisão	2 ^a /6 ^a	4 ¹	10	60	332
	4 ^a /8 ^a		12	55	
	3 ^a /5 ^a	4 ¹	9	66	
	22 ^a		6	30	
	EIFP	-	-	75	
Divisão de Oeiras	80 ^a	2	8	40	308
	81 ^a	4	2	43	
	82 ^a	2	1	36	
	83 ^a	2	2	43	
	84 ^a	2	2	31	
	85 ^a	2	3	36	
	EIFP	-	-	47	

¹ Acresce um supervisor Local, perfazendo um total de 9 elementos na EPES.

² Está apenas contabilizado o efectivo que efectua serviço na esquadra.

Quadro 6 – Efectivo das Divisões por Esquadra

Fonte: Secção de Operações da 1^a Divisão

Secção de Operações da Divisão de Oeiras



Anexo 3 – Guião geral das entrevistas

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

- 1.1. Em sua opinião, o modelo de policiamento de proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?
- 1.2. Que diferenças considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?
- 1.3. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

- 2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?
- 2.2. Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?
- 2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?
- 2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?



3. Articulação do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade.

3.1. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?

3.2. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

3.3. Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

3.4. Como classifica a articulação existente entre as várias Entidades Sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

3.5. Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?



Anexo 4 – Entrevista com o Sr. Director Nacional da PSP Superintendente Paulo Gomes

Entrevistado: Director Nacional da PSP Superintendente Paulo Gomes;

Função: Director Nacional da PSP;

Data: 23 de Abril de 2013;

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Em sua opinião, o Modelo de Policimento de Proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?

O modelo de policimento de proximidade aplicado em Portugal possui, sem dúvida, características que o distinguem dos modelos existentes em outros países do continente europeu e anglo-saxónicos. Ainda que o modelo teórico de base seja semelhante, na sua essência, o que se constata é que o mesmo é depois adaptado à realidade socio-criminal e à cultura de cada povo e de cada país. O nosso modelo tem mais semelhanças com os modelos continentais, inspirando-se, em certa medida, nas experiências de países mais próximos do nosso, como a Espanha e a França. Sem embargo, o nosso modelo também tem traços que resultam do nosso acumular de experiência de várias décadas. Não nos podemos esquecer que o nosso estilo de patrulhamento antes da motorização massiva das polícias, nomeadamente entre os anos 40 e 60 do séc. XX, era um patrulhamento a pé, distribuído por giros específicos que cobriam zonas centrais da cidade e bairros relativamente periféricos, muito virado para a presença e visibilidade, para o contacto com os cidadãos. Essa matriz ainda se mantém no nosso modelo de policimento de proximidade. Depois, e fruto da evolução social e criminal, o nosso modelo foi sendo dirigido a grupos sociais mais vulneráveis, como os idosos, a população em idade escolar ou os comerciantes, e foi crescendo a preocupação com o tratamento dirigido às vítimas de crimes.

Nos países anglo-saxónicos, com um modelo designado comunitário, o papel das populações locais é mais ativo, havendo mesmo casos em que os moradores se constituem em equipas de vigilância ou patrulhamento de bairro (neighbourhood watch), ainda que com poderes limitados. Nos países da Europa continental, com modelos de proximidade, é



tradicionalmente mais rígida a separação entre o público e o privado, sendo dificilmente aceitável que cidadãos tenham um papel que se possa confundir com o das autoridades policiais na segurança do seu bairro. No entanto, nestes países, têm vindo a intensificar-se experiências de parcerias, através de contratos locais de segurança ou não, que conferem aos particulares e a forças vivas locais um papel cada vez mais ativo na identificação e resolução conjunta dos problemas de segurança e criminalidade.

1.2. Que diferenças considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?

Como referi acima, o modelo de policimento comunitário difere do modelo de policimento de proximidade essencialmente porque no primeiro as populações locais são envolvidas em todas as fases do processo, intervindo ativamente no diagnóstico da segurança e na identificação das prioridades de segurança daquela comunidade em concreto, participando mesmo em várias iniciativas no âmbito da estratégia de policimento e vigilância dos bairros, na denúncia de suspeitos, na prevenção da criminalidade e no ataque às incivilidades.

1.3. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

A minha opinião em relação ao modelo integrado de policimento de proximidade implementado pela PSP desde há sete anos é globalmente muito positiva. Os resultados da primeira avaliação realizada por uma universidade atestam o sucesso desse modelo. Importa continuar o esforço de consolidação do mesmo, apostando mais na vertente da visibilidade policial e a sua integração com as áreas das informações, da ordem pública e da investigação criminal. Importa ainda realizar uma avaliação periódica do modelo, através de uma entidade académica independente, de modo a conseguir uma melhoria contínua do mesmo. O grande sucesso até agora alcançado é que a PSP já não poderia viver sem este modelo. Ao contrário de países como a Espanha e a França, em que os respetivos modelos de proximidade foram extintos, no caso português o MIPP da PSP faz parte da espinha dorsal da instituição.



2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?

A nossa sociedade tem vindo a evoluir no sentido de ser mais exigente em relação às instituições públicas e, mormente, em relação à qualidade do serviço de segurança que lhe é prestado. A sociedade sabe da importância que tem um modelo de policimento de proximidade. Se uma Polícia existe para servir os cidadãos e garantir a ordem e a paz pública, é evidente que esta Polícia deve estar atenta às necessidades dos cidadãos, inserida nas comunidades que serve e orientada essencialmente para resolver problemas das populações. As populações locais sabem da importância e do valor acrescentado que tem tido o MIPP da PSP, quer na visibilidade, quer na prevenção criminal, quer ainda no atendimento das vítimas de crime. A sociedade tem a percepção clara dos custos do crime, sobretudo para as vítimas, pelo que reconhece a importância do trabalho de prevenção da vitimização e de proatividade policial.

2.2. Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

O MIPP é uma estratégia importante na atuação global da PSP. Num mundo ideal, este modelo deveria constituir ele próprio a estratégia e a filosofia transversal a toda a organização. Tal como ele é entendido em Portugal, o MIPP deve ser cada vez mais integrado com as informações, a ordem pública e a investigação criminal, visando um objetivo comum: prevenir e responder eficazmente ao crime e aumentar o sentimento de segurança. A investigação criminal é também cada vez mais uma investigação de proximidade. Todo o manancial de informação que os agentes do MIPP obtêm deve ser uma fonte importante para o trabalho de informações e de investigação. O MIPP não pode, por isso, ser encarado como mais uma peça do sistema, ele faz parte integrante e deve perpassar toda a atividade policial.



2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

O MIPP é um processo em permanente aperfeiçoamento. Não atingiu ainda a fase de plena integração mas já não é uma mera amálgama de programas especiais. O processo de integração desses programas tem sido progressivo e o pessoal afeto ao MIPP tem vindo a desenvolver a sua versatilidade no sentido de abordar de forma integrada e interdisciplinar os problemas existentes na sua comunidade, independentemente de serem do programa Idosos em Segurança ou Escola Segura. Deste modo, o MIPP vai sendo cada vez mais um modelo integrado, com pessoal preparado para acorrer a vários tipos de problemas que afetem grupos sociais mais vulneráveis.

2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

De entre os requisitos que devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade ressalto o humanismo, as competências sociais, a versatilidade, o espírito de iniciativa a empatia e o sentido de serviço público. Os agentes de proximidade rapidamente se aperceberão da grande utilidade social e da grande recompensa que é ser reconhecido pelos cidadãos a quem ajudou a resolver problemas. Para além destas qualidades, e porque o trabalho de um agente de proximidade implica uma grande margem de autonomia na tomada de decisões, importa que tenha uma sólida formação ética e técnica, que devem ser regularmente reforçadas através da formação contínua.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.1. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?



Tem existido uma articulação razoável entre o MIPP e as demais valências policiais. No entanto, há espaço para melhorias substanciais neste capítulo, pois toda a atividade policial sairá a ganhar. Muito do trabalho de prevenção e de informações, bem como o esforço de integração e de reconhecimento da Polícia junto da comunidade que serve, trabalho que é realizado quotidianamente pelo pessoal do MIPP, acaba a jusante por trazer vantagens importantes nas outras valências policiais. É importante que haja uma maior integração entre o trabalho dos elementos do MIPP com o restante pessoal, para que aqueles se sintam parte integrante de uma estratégia e de uma filosofia integrais da Polícia, e não um grupo de “polícias bons” que trabalha desgarrado do restante efetivo. Este é, quanto a mim, o grande trabalho que está por aprofundar e consolidar: fazer com que a filosofia de proximidade atravesse todas as valências da atividade policial e reforçar o papel que o MIPP tem a montante como potenciador da qualidade das restantes valências.

3.2. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

O envolvimento e comprometimento ativo da hierarquia, a todos os níveis, é um facto crítico do sucesso do MIPP. É, designadamente, à hierarquia que compete animar, desenvolver e avaliar os resultados do MIPP na sua área de responsabilidade, bem como assegurar que ele trabalha em plena integração com as restantes valências, balanceando os recursos disponíveis por todas elas e garantindo que todas privilegiam uma abordagem de proximidade com os cidadãos.

3.3. Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

Sendo o policiamento de proximidade uma filosofia policial estratégica, que deve atravessar todos os níveis e atividades da organização, torna-se imperioso que todo o pessoal perceba, esteja alinhado e se sinta parte desta estratégia organizacional, sob pena de o mesmo ser condenado ao fracasso. Tal implica que se aposte persistentemente, desde o primeiro dia de ingresso, na formação e sensibilização de todo o efetivo, tornando claro



que a proximidade não é apenas o trabalho de alguns – os polícias bons – mas sim uma filosofia de atuação policial que muda a forma de fazer policiamento, independentemente da valência em que se trabalhe. Ainda há um trabalho importante a fazer neste sentido, mas o caminho faz-se caminhando.

3.4. Como classifica a articulação existente entre as várias Entidades Sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

Tem sido desenvolvido um trabalho muito importante na ligação da PSP com as diferentes instituições de proximidade, públicas e privadas. Comparativamente com o que se vivia há uma década, é incomensuravelmente maior o número de protocolos e de parcerias concretas que a PSP mantém com distintas entidades, a nível nacional, regional e local. No entanto, mais importante que a norma jurídica que impõe a cooperação institucional ou os protocolos que se assinam regularmente, é o empenhamento e a qualidade das relações interpessoais que se estabelecem entre quem está à frente das instituições num dado tempo e espaço. Em geral, a avaliação que faço é claramente positiva, sendo que o grande desafio para o futuro é dosearmos os escassos recursos da PSP face a tantas solicitações e parcerias institucionais que existem.

3.5. Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Em qualquer modelo, é fundamental prever e implementar um modelo de avaliação que permita medir os resultados, identificar os aspetos menos conseguidos e corrigir o rumo, de modo a melhorar progressivamente o desempenho do modelo. O MIPP contempla esse modelo de avaliação e já ocorreu uma avaliação por uma entidade académica independente. Importa que oportunamente tenha lugar mais uma avaliação, que deve ocorrer com regularidade.



Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?

Gostaria de ressaltar que a PSP, pela sua natureza de polícia civil, tem no MIPP um fator identitário importantíssimo. Uma polícia civil pugna pela sua integração na sociedade que serve; tem uma noção clara de serviço público; está virada para a resolução de problemas das pessoas e das coletividades; busca a eficiência, a eficácia, a economicidade e a ética, em nome de uma afetação de recursos para servir melhor o cidadão; respeita e faz respeitar os princípios democráticos, os direitos humanos e o primado da lei; está ao serviço do Povo e não do Estado; orienta as suas prioridades estratégicas e operacionais em função das necessidades e problemas identificados em conjunto com a comunidade. Dito isto, a PSP só tem vantagens em aprofundar e consolidar o policiamento de proximidade como a estratégia e a filosofia que é transversal a toda a organização. Só assim poderá granjear o apoio, o consentimento e o respeito da população, que lhe dão a necessária legitimidade democrática e utilidade social.



Anexo 5 – Entrevista com o Sr. Superintendente Pedro Clemente

Entrevistado: Superintendente Pedro Clemente;

Função: Director do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;

Data: 2 de Janeiro de 2013;

Local: ISCPSI.

2. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.2. Em sua opinião, o Modelo de Policimento de Proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?

Quanto ao Modelo de Polícia proximal, realmente o Modelo de Polícia português, tem que ver com a forma como a Polícia portuguesa nasceu. A PSP nasceu de forma descentralizada, não se pode esquecer disso, a PSP não nasce como Polícia nacional, nasce como Polícia local e nasce como uma rede, uma malha de esquadras, quase uma esquadra por bairro, às vezes uma esquadra e um posto.

Por outro lado, o sucesso do policiamento à comunidade escolar, que já vinha de 1992, mas, é em 1996, que é baptizado de Escola Segura, contribuiu para o nosso Modelo próprio, que, só nos últimos anos, é que começou a ter características doutrinárias específicas e modelos de intervenção padronizados. É isso que nos distingue realmente do resto da Europa, onde o modelo proximal está em crise; aliás, em França e nos outros países tem-se estado a pôr em causa os resultados que são obtidos.

Também tem a ver com a forma como a PSP nasceu descentralizada, nesse aspecto aproxima-se um pouco mais das polícias anglo-saxónicas e não tanto das polícias centralizadas do ponto de vista da Europa central. E isso é o que distingue, e permite que ainda hoje se possa falar no Policimento de Proximidade, quando na Europa já pouco se fala nisso.



2.3. Que diferenças considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?

Muito se tem escrito sobre Policimento Comunitário e Policimento de Proximidade. O Policimento Comunitário não se pode dizer que haja em Portugal, porque isso pressupõem uma sociedade civil, muito autónoma do Estado, pressupõem um Modelo Policial muito diferente do que é o português, que tem um perfil napoleónico, muito herdeiro da revolução francesa. Assim, podemos falar de uma Polícia proximal, que sempre foi, que teve a sua origem em 1867, e não tanto em Policimento Comunitário, porque temos uma sociedade civil, que tem poucos intervenientes em Portugal.

Uma das maiores dificuldades do modelo proximal são os interlocutores das forças vivas locais, que não se encontram ou quando se encontram, não são suficientemente representativos. No âmbito do policimento comunitário e de proximidade, a grande diferença está na natureza orgânico-funcional do serviço policial, com a sua tradição. Eu poderia dizer que o nosso Modelo de Proximidade, não é um modelo muito rígido, muito hierarquizado, embora também não esteja muito bem definido, o que é um Modelo de Proximidade, mas é um Modelo que está próximo do cliente.

Quando se fala hoje nos contratos locais de segurança, de certa forma está-se a apontar um pouco mais para o Modelo de Policimento Comunitário e não de Policimento de Proximidade, mas nos contratos ainda não há avaliações conhecidas e também não tem tido uma grande extensão; depois de um primeiro impulso inicial, os contratos locais de segurança não têm produzido grandes resultados, nem houve mais adesões que sejam conhecidas.

2.4. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

A Polícia de proximidade, o serviço nacional de proximidade da PSP, parte da sua matriz originária, desde a Polícia Cívica, Polícia ao serviço do Cidadão, digamos que o Modelo de Proximidade faz parte do ADN da PSP. São criadas novas formas organizacionais que respondem a muitas circunstâncias locais, ou seja, à uma envolvimento perceptiva do cliente e do ambiente na forma de actuar das polícias locais, e de toda a estrutura local da Polícia de Segurança Pública.



Ora hoje, o Policiamento de Proximidade tem que ser visto não de forma desgarrada, é esse o grande salto qualitativo, integrar as diversas vertentes, ou variantes se preferirmos, de policia proximal e depois integrar isso tudo na outra actividade da Polícia, nomeadamente na área da prevenção, investigação criminal, transito, etc; e, isso realmente é o que faz a diferença.

Uma diferença para os outros países é que o nosso Modelo faz parte de toda a actividade, tem relação com a restante actividade da Polícia, enquanto que nos outros países muitas vezes eram áreas estanques, e é uma das críticas que tem sido feita em França.

3. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.2. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um Modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?

Esta pergunta traz uma questão prévia, teremos nós uma sociedade activa? Estará a sociedade, mais receptiva a um modelo mais proactivo como o de proximidade? Estamos a falar de que tipo de sociedade? O problema hoje é que não há blocos homogéneos, ou seja, não há uma solução nacional para todo o tipo de clientes. No fundo, haverá parte da sociedade muito específica, segmentos se preferirmos da sociedade, que estão mais receptivos e há outros que não estão muito receptivos, estão é com outro tipo de preocupações ou preferem outro tipo de solução nas técnicas e nas tácticas de intervenção policial. Temos que, a cada momento, conforme o publico alvo e digamos a zona territorial urbana, definir qual é o tipo de intervenção policial que se pode melhor aplicar.

3.3. Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

Esta pergunta traz-nos uma questão, que é: a PSP tem que assumir de uma vez por todas, e no fundo mais não é do que voltar às suas origens, a 1867, e no fundo ao modelo de 1918, que não foi implementado, mas foi depois em 1922, que é um Modelo de Polícia integral. E ser uma polícia integral significa ser uma Polícia proximal, ser uma Polícia Administrativa especializada, ou seja, ter os vários ramos que permitem produzir os melhores frutos, porque conforme as circunstâncias, assim é uma área que é mais



interventiva ou é outra, mas estão todas relacionadas entre si, no fundo, é ter um processo produtivo completo. Hoje, o que se quer para a PSP é um Polícia integral, e uma Polícia integral pressupõe um policiamento proximal.

3.4. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

Eu penso que o que resulta dos últimos anos e é esse o grande salto qualitativo, é que já não estamos perante programas especiais avulso, muitas vezes desconexos entre si, mas sim estamos perante programas especiais que estão enfeixados, entroncados num modelo que assenta como uma visão estratégica, por isso, hoje, podemos falar em Modelo Proximal de Polícia como uma visão estratégica, que assenta num Modelo, numa matriz, e que depois se desdobra em vários programas, mas que estão relacionados entre si naturalmente. E esse foi o grande salto qualitativo que a polícia deu, digamos nos últimos 3 a 4 anos.

3.5. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

Quanto ao perfil do agente proximal, teremos sempre que ver qual é o programa para o qual o mesmo estará mais envolvido e, dentro desse programa, perceber quais são os objectivos desse programa e qual é o público alvo, e assim poderá definir. Porque nem em todos os programas o elemento pode estar muito apto, por exemplo, pode ser um excelente elemento junto da comunidade escolar, e não ser a mesma coisa junto da comunidade dos comerciantes locais, há características próprias para esse, embora haja características comuns obviamente, do ponto de vista comunicacional. Mas existem outras características maiores, até de aptidões ou de capacidades relacionais, que se queira mais de uma forma num programa do que no outro programa. Todavia, quem conseguir ter um bom nível junto da comunidade escolar, considero que nos outros programas, por exemplo apoio aos idosos, que terá as condições suficientes para poder interagir e desempenhar. Condições e características essas que serão diferentes por exemplo das de quem está na investigação criminal e no trânsito.



4. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

4.2. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?

Relativamente a esta pergunta e como estive 3 anos fora da Polícia, não tenho elementos suficientes para conseguir responder. Terá que ser quem estiver mais dentro da área operacional.

4.3. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

Não é só uma questão de envolvimento da estrutura hierárquica, é uma questão de envolvimento da organização, ou seja, quando não se ganham as pessoas com uma mudança, quando não se ganham as pessoas para a inovação e para o empreendedorismo não se vai a lado nenhum. Ou seja, pode-se executar as primeiras fases de uma actividade, mas não é consolidada. O importante é que todo o potencial humano, esteja directamente relacionado com determinada execução de determinado objectivo. Esse objectivo pode-se desdobrar em várias actividades, programas, é preciso que estejam todos envolvidos, que as pessoas sejam conquistadas para aquele programa que se quer executar, sendo assim obviamente uma das críticas que se faz nomeadamente ao falhanço do Policimento de Proximidade em França, é que não houve um envolvimento assertivo, não houve uma conquista das hierarquias para a mudança, muito menos nas bases.

4.4. Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

A resposta a esta pergunta quer pressupor que seja feito um inquérito interno sobre o assunto, e não tenho dados, nem tenho conhecimento que tenha sido feito, por isso não



posso responder. Penso que as pessoas estarão minimamente sensibilizadas, porque nesta carreira toda a gente começa sempre junto da esquadra, ou seja, junto da estrutura mais genérica, mas não me encontro com dados suficientes para alavancar esta questão.

4.5. Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Quanto à avaliação, não vale a pena ter programas quando não se tem avaliação. A avaliação é uma fase, porque há que mudar mentalidades, não devemos ter medo do erro, devemos ter medo é de não aprender com o erro, e para aprender com o erro devemos monitorizar, ou seja, fazer avaliações periódicas e uma avaliação final. Neste momento o modelo já comporta formas de monitorização, serão perfeitas, não serão, sobre isso terá que ser o sector operacional a responder, agora que haja formas há. O que daí tem resultado, o conhecimento desses resultados, esses efeitos, sobretudo os impactos, é que às vezes podem não estar suficientemente apurados, mas também são processos que escapam à própria organização. Por exemplo: conhecer o impacto do Policiamento de Proximidade, convém mais que seja feito para se perceber alguns factores, que seja feito do exterior, ou seja, devemos ir à própria comunidade escolar proceder-se a isso, e então terão que ser outras organizações e não nós a avaliar. Depois, juntando os dados de ambos os lados, passamos a ter uma informação mais precisa e que nos permita por exemplo fazer melhoramentos no futuro.

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?



Anexo 6 – Entrevista com o Sr. Subintendente Hugo Guinote

Entrevistado: Subintendente Hugo Guinote;

Função: Divisão de Prevenção Pública e Proximidade;

Data: 9 de Janeiro de 2013;

Local: Direcção Nacional da PSP.

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Em sua opinião, o Modelo de Policimento de Proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?

O Modelo de Policimento que está implementado em Portugal, decorre do Modelo Comunitário ou dos princípios do Modelo Comunitário, e nesse aspecto não difere substancialmente daquilo que é implementado nos demais países. Existem depois nuances na aplicabilidade prática do Modelo de Policimento em Portugal, essas sim possuem diferenças em relação aquilo que ocorre nos países anglo-saxónicos, nos países do norte da Europa e alguns mesmo no centro do continente europeu, para não falar na América do Norte.

Em concreto essas diferenças, verificam-se sobretudo quando são desenvolvidas políticas de parceria com a população, em que nos demais países os elementos da comunidade são chamados a desenvolver policimento ainda que sobre coordenação de elementos policiais. Como sabemos no nosso país isso não é permitido por lei, como não é permitido no Brasil, na Grécia, em Itália, e em função destas diferenças nos quadros legais, nestes casos a aplicabilidade do Modelo Comunitário difere, por isso o conceito de Policimento Comunitário, em bom rigor não se deve aplicar aos países do sul da Europa porque a comunidade não se policia, o que acontece é que há uma maior proximidade daqueles que políciam, que são as Forças Policiais em relação à população, por isso a designação de Policimento de Proximidade.



1.2. Que diferenças considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?

Para além das diferenças que já foram enunciadas no que respeita à forma como a população coopera com as forças policiais, nós podemos ainda constatar como outra diferença entre o Policimento Comunitário e o Policimento de Proximidade é a articulação que é feita no âmbito das parcerias, por norma são parcerias relativamente mais formais, que são desenvolvidas nos Estados da Europa do sul e menos formais que aquelas que são desenvolvidas nos restantes Estados.

Em função da diferente capacidade de influência que a Comunidade tem nos países do sul da Europa, nós ao contrário do que existe nos outros Estados, não temos a comunidade incluída no processo decisório das prioridades no âmbito do policimento, enquanto que em países como: a Bélgica; o Canada; a Suécia; a Inglaterra e a Irlanda, a comunidade é reunida em concelhos locais, transposto para a realidade portuguesa em conselhos municipais ou de freguesia, e tomam parte do processo de decisão de quais devem ser as prioridades ao nível do policimento, e são elas que definem em votação sobre o que é que vai ser definido como prioritário para as polícias. Nos Estados do sul da Europa isso não acontece, são as Polícias que por si só definem o que é prioritário, e também aqui são diferenças que obviamente vão de encontro aquilo que à pouco se falava de que o policimento nos nosso país, no sul da Europa, não é feito pela comunidade, é feito próximo da comunidade.

1.3. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

O Modelo Integrado de Policimento de Proximidade foi concebido de uma forma muito equilibrada em 2006. Conseguiu reunir conhecimentos académicos que estavam a circular desde a década de 90, fez-se um bom estudo de várias escolas, de várias doutrinas, foi-se buscar boas experiências internacionais e também compilaram-se dados muito interessantes de experiências obtidas em território nacional, por Oficiais da PSP, que antes da Directiva Estratégica 10/2006 já tinham começado a desenvolver experiências neste âmbito. O Modelo precisava, antes de se tornar propriamente um Modelo, de algum desenvolvimento, o processo que foi iniciado com o PIPP em 2006, precisava depois de ter tido uma aposta maior, em termos de recursos e uma redefinição de alguns aspectos que



eram importantes para fechar o círculo de experimentação, isso ficou por concluir. Dá ideia que o processo ficou a meio e apenas por decreto, por assim dizer, passou-se de Programa para Modelo sem que tudo tivesse sido feito.

2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um Modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?

A nossa sociedade, não só esta receptiva, como exige que assim seja, existem já para 20 anos estruturas no âmbito da Rede Social que apelam a que as Forças de Segurança abandonem em definitivo os modelos reactivos e, em definitivo passem a desenvolver as suas estratégias centradas nos problemas das pessoas, centralizado na pessoa humana, atendendo ao conceito de segurança humana que as Forças Policiais devem desenvolver a sua actividade, porque só assim é que vão poder trabalhar com as estruturas de segurança social, que lhes vão dar a resposta que precisão para trabalhar preventivamente o crime.

A sociedade hoje não se limita a exigir da Polícia que combata o crime, ela quer que a Polícia evite que o crime aconteça e nós só podemos fazer isso se tivermos boas estruturas preventivas a trabalhar, e só conseguimos desenvolver a prevenção se formos à causa do problema e a causa do problema não é matéria policial, então nós temos que trabalhar em parceria com outras instituições. Para se trabalhar em parceria, nós temos que desenvolver as nossas competências ao abrigo de uma filosofia do policimento comunitário, que em Portugal, pelo que falamos, é o de proximidade. Mas mais eu diria, que a sociedade actual está não só receptiva mas exige que assim seja, porque temos hoje em dia cada vez mais a necessidade de responder a carências de grupos específicas de população especialmente vulneráveis, e que isso só é possível mais uma vez através de estruturas que sejam montadas para se orientarem para os problemas das pessoas.

Não podemos continuar a trabalhar pensando que a actividade policial é andar a vigiar à espera que aconteça algo para reagir, não, nós temos que conhecer os problemas das pessoas e evitar que eles se agravem, disso são exemplo os casos de violência doméstica, maior crime que mais denúncias tem tido de criminalidade contra pessoas, disso é também exemplo a criminalidade que atinge a classe dos idosos, disso são também exemplo os dados que podemos obter através da delinquência juvenil que, não é um problema de maior



em Portugal, não tenho duvidas que isso resulta de um programa de a mais de 20 anos que e a Escola Segura.

2.2.Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

O Modelo Integrado de Policimento de Proximidade devia ser a fonte para qualquer estratégia que devesse existir na Polícia de Segurança Pública, devia de ser a filosofia máxima. A concepção de Policimento de Proximidade, e o Modelo propriamente dito de policiamento deveria consistir na estratégia da Polícia, a partir desta estratégia eram depois montados um conjunto de programas orientados para necessidades específicas, mas a estratégia deveria de facto ser esta.

2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

Isto é uma confusão que temos que colmatar a curto prazo, sob pena de condenarmos em definitivo aquilo que se pretendia com o PIPP e aquilo que se pretende com o MIPP. Porque os programas especiais têm que ser aglutinados, caso contrário não teremos efectivo suficiente para conseguir dar resposta a tudo isto.

A lógica de afectação geográfica estável, consagrada na Directiva 10/2006, não deve ser alterada, não há razoes para o ser, aquilo que nós temos é que formar os nossos elementos para independentemente dos problemas sociais que possam ser criados eles conseguirem desenvolver as diligências necessárias para dar resposta aos casos com que se deparam, seja de idosos, seja de violência doméstica, seja de delinquência juvenil, seja de deficientes, seja do que for, são públicos especialmente vulneráveis que no seu espaço geográfico, ao sector a que foi afecto, aquele elemento policial tem que saber providenciar o que for necessário.

2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

Esta é sempre aquela pergunta que coloca o comandante de esquadra, sobre aqueles dilemas de que precisamos sempre dos super agentes para fazer estas funções. Agora,



existem alguns requisitos que de facto são importantes, para já ser uma pessoa com uma integridade não só profissional mas também humana que assegura ao Comandante de Esquadra poder-lhe atribuir um maior grau de discricionariedade, isto porque, estes elementos ao contrário de outros não obstante estarem a circular no exterior todo o dia, estes elementos vão ter uma particularidade, vão estar durante todo o seu tempo de serviço em contacto com as pessoas, ou pelo menos assim se espera. E estas pessoas obviamente pretendem estabelecer relações de interesse com os elementos policiais, ora fruto desta relação que não tem nada de prejudicial nem de pernicioso, o elemento policial tem que saber muito bem quais os limites que deve impor nesta relação, daí que é necessário que sejam pessoas que precisam de oferecer confiança ao comandante de esquadra.

O Comandante de Esquadra sabe que ao coloca-los na rua, eles não terão dúvidas de até onde pode ir o grau confiança que podem estabelecer com as pessoas e a partir de onde eles terão que traçar este limite. Mas isto tal como tudo o resto exige sobretudo dos comandantes de esquadra um acompanhamento de muito perto.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.1. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?

A situação está por conseguir porque neste momento ninguém tem ideia real daquilo que os elementos abrangidos pelo trabalho preventivo estão a produzir. Não conseguimos ter uma ideia em concreto dos contactos que as EPAV fazem com os cidadãos, os problemas que lhes são reportados e resolvidos, o número de sinalização de crianças para a comissão nacional de protecção de crianças e jovens, o número de idosos, o número de vítimas de violência doméstica, não sabemos que menores são retirados e conduzido ao estabelecimento de reinserção social, não sabemos o numero de parcerias nem a abrangência com que são constituídas, não sabemos quanto tempo de segurança são propostos. Enfim há um vastíssimo trabalho no âmbito da prevenção que não é monitorizado, se nós não conseguirmos monitorizar isto, não conseguimos depois articular



com as restantes valências policiais, então o nosso primeiro trabalho, aqui em concreto está a ser precisamente este, está a ser o de preparar orientações para o dispositivo, para começarmos a compilar a informação de cariz preventivo que é produzida, depois vamos pegar nessa informação e vamos arranjar forma de a articular com as outras valências.

3.2. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

No processo inicial, em 2006, assumiu-se que o topo da hierarquia dominavam os conceitos inerentes ao policiamento de proximidade, ou não precisava de os dominar, e portanto eles foram excluídos da formação que foi dada, na minha opinião foi um erro, e a consequência desse erro estamos a pagar ainda hoje, que passa precisamente por a hierarquia continuar a emanar ordens que são contrárias aos princípios estratégicos do MIPP. Quando nós privilegiamos um número de operações de fiscalização, um número de detenções, um número de ocorrências, quando só monitorizamos os crimes e não os sujeitos que praticam os crimes, quando não nos preocupamos em delinear as causas que promovem os crimes, nós continuamos a trabalhar sobre os princípios dos Modelos Reactivos, e isso tem de facto que ser modificado daí que o apoio da hierarquia, em concreto para o MIPP, não é o melhor.

3.3. Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

Não, não conseguem compreender porque não obstante a formação académica que lhes é dada, quer no Instituto quer na EPP, ao chegarem depois às subunidades depara-se com orientações hierárquicas que são distantes e muitas vezes contraditórias em relação àquilo que possam ter aprendido no âmbito da proximidade. Mas essa confusão começa logo ainda nas próprias estruturas de formação, neste momento e falando em específico do Instituto, falou-se que o crime contra pessoas mais cometido no nosso país é o crime de Violência Doméstica, estamos aqui a falar de prevenção criminal e no entanto parece-me a mim que os Oficiais formados no Instituto não têm nenhuma unidade curricular específica no âmbito da prevenção criminal e nem sequer, a não ser por carolice de um ou outro



docente, aprendem a preencher um auto de violência doméstica, ou pelo menos a fiscalizar um auto de violência doméstica, os anexos que lhe estão inerentes e as fichas de diagnóstico que fazem parte da directiva que diz respeito ao auto de notícia por violência doméstica, e portanto são necessidades que nós precisamos de colmatar, porque é preciso existir uma adaptação às mudanças dos últimos anos.

3.4. Como classifica a articulação existente entre as várias Entidades Sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

Pelo que me foi dado a perceber até à data essa articulação varia muito, varia quer em função dos agentes sociais quer em função da Polícia, ou seja, infelizmente esta articulação depende mais dos representantes institucionais, do que propriamente do modelo de articulação, porque esse modelo está definido, só que nem sempre as comissões de protecção de crianças e jovens trabalham bem, nem sempre as comissões sociais de freguesia trabalham bem, nem sempre os conselhos locais de acção social trabalham bem, enfim quem fala nestes organismos fala numa série de outros. Em comparação temos outros locais que a iniciativa quer por parte da Polícia, quer por parte das entidades cria mecanismos quase automáticos de resposta a problemas sociais que promovem em muito o encontro de soluções para debelar as fragilidades que são encontradas. Daí que não me parece que se consiga aferir aqui um padrão que possa ser generalizado.

3.5. Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Obviamente é importante, mas parece-me que nesta altura é uma utopia pensar nisso, porque para nós termos um modelo de avaliação do MIPP, que permitisse monitorizar de forma contínua e sistemática a actividade que é desenvolvida, nós teremos que considerar dados respeitantes à criminalidade participada, ao trabalho proactivo e ao sentimento de insegurança. Teríamos que considerar o público interno e externo e fazer uma aferição destes quadros de forma contínua e sistemática, por alguém a quem fosse reconhecida competência e dignidade, isso comportaria custos que neste momento não são possíveis de serem uma opção real para se poder pensar nisso. Fazer este trabalho com rigor científico é algo que não me parece estar ao alcance das Polícias, poderíamos optar por uma solução,



que é o que algumas Polícias fazem no estrangeiro, que reúnem a população em assembleias locais, depois perguntam ou fazem inquéritos na altura, recolhem a opinião, o resultado deverá espelhar se estão ou não satisfeitos. Mas a validade que se pretende que esse processo tenha para servir de base à tomada de decisões é muito ténue. Por isso parece-me que ainda estamos distantes de ter este modelo de avaliação.

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?

Gostava de referir apenas duas coisas, que devemos estar não obstante este cenário, relativamente optimistas, porque nesta altura a Polícia de Segurança Publica conta já com um naipe de elementos nos vários escalões hierárquicos que têm formação suficiente para poderem contrariar um pouco a tendência para a dúvida no âmbito da componente preventiva do policiamento e do MIPP em concreto. Quero com isto dizer que os Comandantes de Esquadra, mesmo os Comandantes de Divisão e alguns Comandantes de Comando têm já capacidade de, obviamente em articulação com o efectivo Chefes e Agentes, de conseguir implementar localmente alguns dos princípios que vão ser mais uma vez a base para a mudança. E portanto eu julgo que nós estamos a aproximar de o retomar de um outro ciclo neste âmbito da componente preventiva. Gostava precisamente por isso de aqui fazer uma distinção que é importante, é de que existem conceitos que não podem ser confundidos e na Polícia de Segurança Publica alguns elementos e em alguns locais confunde-se a prevenção com a dissuasão e confunde-se a visibilidade com a proximidade, são conceitos que têm que ser separados porque se continuarmos a confundi-los estamos a desvirtuar a essência filosófica deste Modelos de Policimento e depois não conseguimos orientar de forma capaz o efectivo.



Anexo 7 – Entrevista com o Sr. Comissário Tiago Gonçalves

Entrevistado: Comissário Tiago Gonçalves;

Função: Comandante Adjunto da 1ª Divisão do COMETLIS;

Data: 17 de Janeiro de 2013;

Local: 1ª Divisão COMETLIS;

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

O MIPP na PSP em termos teóricos é excelente, é um programa devidamente estruturado, com formação, com enquadramento hierárquico de todos os elementos integrados no programa. Podemos mesmo afirmar que não há sectorização dos elementos policiais que trabalham directamente nas equipas do MIPP e os que trabalham noutras funções. Esta aplicação nacional do MIPP é visível ao observarmos os conteúdos programáticos da EPP e do ISCPSP, ou seja, este modelo não visa criar um grupo que trabalha os grupos mais vulneráveis, visa acima de tudo alterar a forma, mudar o paradigma de actuação da PSP em todos os níveis.

Em teoria é excelente, mas... na prática as dificuldades com que a PSP se depara actualmente com a falta de recursos humanos e materiais faz com que os objectivos estratégicos do MIPP não possam ser amplamente alcançados. Frequentemente, face às diversas necessidades operacionais, temos que alocar elementos das Equipas do MIPP para outras funções, nomeadamente a realização de operações e policiamentos a manifestações. Desta forma, as Equipas do MIPP não conseguem estar a 100% neste modelo de policiamento. Por isso afirmo que, em tese o MIPP é excelente, mas na prática não conseguimos atingir todos os seus objectivos.



2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?

O trabalho de Proximidade da Polícia ao cidadão é uma tarefa que tem muito caminho a percorrer, apesar de ter começado há algumas décadas, onde a PSP alterou o seu paradigma de actuação. Costumo dizer um pouco a brincar e um pouco a sério, que muita gente comeu sopa à custa da Polícia. No passado dizia-se às crianças “*ou comes a sopa ou chamo a Polícia*”, assumindo a Polícia um papel negativo e penalizador na vida das crianças, ainda a desenvolver a sua estrutura cognitiva. Este exemplo, em tom de brincadeira, transmite um pouco a imagem que a população tinha, há várias décadas, da Polícia.

Este trabalho de proximidade está a ser encarado sob 2 prismas. Primeiramente o de abrir a Polícia ao cidadão, através de um serviço de qualidade cada vez maior, onde os seus elementos são cada vez melhores na prossecução do interesse público, essencialmente o da Segurança. Em seguida, o de termos cidadãos cada vez mais exigentes e abertos à instituição policial.

A população, principalmente com mais idade, pode não estar inicialmente muito receptiva à Polícia, pelo que teremos de provar o valor da nossa actividade. Temos de ter presente que o *Core Business* da Polícia é a Segurança, bem que todos os cidadãos querem. A Polícia vai criando programas de visitas a estabelecimentos policiais, e há muita gente com 50/60 anos, que entra nas esquadras e diz de forma surpreendente “*eu nunca entrei numa esquadra, uma esquadra é isto?*”, e ficam extremamente agradados com a visita, o mesmo se passa com crianças, onde procurámos que cresçam habituados à presença policial e a hábitos saudáveis e de segurança. No que concerne às Crianças seguimos o ditado de Pitágoras “*Educai as crianças, para não ter de punir os adultos*”.

Quanto mais o tempo passa, as pessoas estão cada vez mais receptivas ao Modelo de Proximidade Policial.



2.2. Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

Naturalmente, e como eu disse há pouco o MIPP é excelente, neste momento já não é um programa, ou seja, já não é um teste, já é um modelo de actuação integral da PSP. Podemos afirmar que existem alguns problemas, como os referidos anteriormente, mas arrisco a dizer que o plano estratégico da PSP na Segurança Interna depende deste Modelo de actuação.

2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

Estamos, sem dúvida perante um modelo, no entanto, a evolução e sedimentação no panorama nacional das Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e das Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima (EPAV) é, no meu entender, bem diferente. As EPES estão a funcionar há vários anos da mesma forma, o MIPP veio reconhecer e dar continuidade ao bom trabalho desta Equipas, trabalho reconhecido. Provavelmente o fato de trabalharem no seio da Comunidade Escolar dá-lhes mais projecção e reconhecimento público. Ao nível das EPAV's procurou-se aglutinar diversos programas, que se encontravam implementados de forma espartilhada, no entanto, a sua tenra idade ainda não permitiu uma verdadeira consolidação. Penso que o caminho a trilhar pelas EPAV's é maior e mais difícil, pela comunidade onde se inserem. Reconhecidamente, as EPAV's sofrem também mais com a falta de recursos humanos e materiais que as EPES.

2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

Acima de tudo pelo que falamos até agora, a questão de ser não um programa a título experimental, mas um Modelo, todos os polícias devem reunir as condições básicas dos agentes de proximidade. Assim, a partir do momento em que a PSP assumiu a sua estratégia global de policimento de proximidade, ministrando formação na EPP e ISCPSI, não podemos dizer que apenas determinados elementos é que têm as características específicas para desempenhar funções nestas Equipas.



Naturalmente que depois há questões pessoais, nomeadamente características de personalidade, que nos faz dizer, que provavelmente determinado elemento tenha mais sensibilidade para lidar com as crianças, ou tenha mais sensibilidade para lidar com os idosos, ou tenha mais capacidade em termos de oratória, de diálogo, de conversação, no entanto, repito, todos devem reunir características base para desempenhar funções de Agente de Proximidade.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policamento de Proximidade.

3.1. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?

Cada vez mais, nomeadamente no que concerne à Investigação Criminal e às informações policiais, os Agentes de Proximidade assumem-se como elementos de extrema importância para a recolha de informações e apoio à investigação, visto que existem grande proximidade com a população. A título de exemplo, com frequência é solicitado, por elementos da estrutura de Investigação Criminal, apoio aos Agentes de Proximidade para encontrarem habitações para realizarem vigilâncias.

Recordo que são feitas regularmente informações sobre situações que foram denunciadas, formal ou informalmente, aos elementos do MIPP, encaminhadas para a estrutura da Investigação Criminal ou das Informações Policiais. As reuniões regulares entre estas unidades operacionais da PSP são importantes para a troca de informações.

3.2. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

Estou certo que o apoio da hierarquia é fundamental, cada um desenvolve o trabalho ao seu nível de execução, cada um dentro dos seus contactos dentro das suas relações profissionais estabelece dentro da sua área de actuação poderá assumir o MIPP como uma prioridade e aqui envolve sempre a mesma questão, já não é um programa, ou seja eu como



Polícia tenho que assumir que no desempenho das minhas funções tenho sempre presente o aumento da qualidade de vida da comunidade onde eu trabalho, na redução das taxas de criminalidade o aumento do sentimento de segurança, ou seja eu directa ou indirectamente tenho que ter sempre presente o MIPP a sua estrutura os seus elementos operacionais.

3.3.Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

Não. Apesar da filosofia de proximidade ter já várias décadas, temos que ver quando é que surgiu, pela primeira vez, uma directiva operacional referente ao MIPP ou ao policimento de proximidade.

Sei que a directiva do MIPP determinava que todos os elementos enquadrados nas Equipas de Proximidade deveriam ter formação, assim como todos os outros elementos policiais, para não se criar uma sectorização. Apesar de não haver sectorização, o ser humano tende a desvalorizar o trabalho dos outros. Neste caso, o pessoal do MIPP é, muitas vezes acusado, de fazer o trabalho que não compete à PSP, ou seja, é da competência de outras instituições, nomeadamente da Segurança Social, CPCJ's.

Todos os elementos que desempenham funções policiais, as Tripulações do Carro Patrulha, os Graduados de Serviço, os Sentinelas, as Equipas de Intervenção Rápida, assim as EPES e as EPAV's desempenham um trabalho fundamental para a PSP e naturalmente para a comunidade. Admito que a desvalorização que existe em relação aos elementos do MIPP infelizmente é natural, provavelmente porque nunca o desempenharam. Quando ouço comentários depreciativos do trabalho dos agentes de Proximidade desafio o elemento a passar 1 semana nas EPES ou nas EPAV's para perceberem o trabalho que se realiza. Apenas no final poderão ter uma opinião verdadeiramente sustentável.

3.4.Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Naturalmente que sim. Cada vez mais a PSP tem uma vertente científica ou seja o trabalho policial deve ter uma base científica, de forma a poder adaptar-se às verdadeiras necessidades da Comunidade. Qualquer um de nós, nas funções que desempenha, aos



diversos níveis da hierarquia, tem uma percepção de quais são os principais problemas da comunidade e qual a forma de actuação da PSP para fazer face a esses problemas. Contudo, poucos são os que fazem uma análise científica dos problemas, que nos faça perceber verdadeiramente quais os problemas da comunidade e as ferramentas policiais cientificamente mais eficazes para a sua resolução.

A avaliação do MIPP inicial e permanente é uma boa ferramenta para que ele se possa adaptar constante e permanentemente às verdadeiras necessidades da comunidade, afastando aqui um pouco o censo comum e adoptando definitivamente o carácter científico da actuação policial. De referir também que este estudo, realizado por uma entidade de reconhecido mérito na matéria, veio dar mais credibilidade interna e externa ao MIPP.

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?



Anexo 8 – Entrevista com a Sr.^a Subcomissário Maria Dantier

Entrevistado: Subcomissário Maria Dantier;

Função: Chefe da Área Operacional da 1^a Divisão do COMETLIS;

Data: 10 de Janeiro de 2013;

Local: 1^a Divisão do COMETLIS;

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

Muito deficitária, onde houve o projecto-piloto foi-se mantendo, depois quando foi prolongado a outros locais não funcionou. A maior parte de quem tem as chefias deste modelo também não acredita no modelo e também não o exige na base, depois não exige nas Divisões, não exige no Comando, não exige na Direcção Nacional.

Tem-se investido muito pouco na prevenção, porque este modelo é de prevenção, não se investe, nem em pessoas, nem em meios. Onde está implementado, desde 2006, nesses locais mais ou menos a coisa está a funcionar, agora desde que foi alargado, só poucos locais é que têm o modelo aplicado, porque há falta de recursos humanos, de afectação de recursos e depois tem a rotatividade dos recursos humanos que estão sempre a sair, isso faz com que as pessoas tenham que mudar e nem todas as pessoas têm perfil para lá estarem, por isso acho muito deficitária a maneira como está implementado em Portugal.

2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?

Está. Daquilo que está implementado e falo da 1^a Divisão, as Entidades com que nós nos articulamos no terreno, as técnicas, a própria população está e sabe porque obtêm resultados, porque vêem que alguma coisa é feita, alguma coisa vai mudar e a sociedade está e quer participar, tanto é, que pedem para estar e querem participar connosco, por



exemplo nas Comissões Sociais de Freguesia, projectos feitos com outras freguesias. Com escolas tem-se feito, eu falo pela 1ª Divisão que como foi a primeira a ser implementada, da experiência que eu tenho há mais de 6 anos, nós temos tido bons resultados, temos tido é muita dificuldade para conseguir maiores resultados por falta de recursos, nomeadamente os humanos, mas a sociedade está muito receptiva.

2.2.Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP.

Muito importante mesmo, eu tenho pena que os comandantes de Divisão e os Comandantes de Esquadra não acreditem no Modelo e isso transforma os elementos afectos ao programa como um elemento que vai fazer tudo e mais alguma coisa na esquadra. A afectação destes meios para o MIPP deveria ser exclusiva e não está a ser portanto além de fazerem de MIPP ainda fazem outras tarefas da Esquadra, isto vai enviando e vai descaracterizando o que é o MIPP e faz com que os próprios agentes fiquem desalentados e não querem continuar porque depois começam o projecto e o mesmo não têm continuidade e têm que interromper e perde-se um bocadinho o fio à meada.

2.3.Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais.

Em algumas partes do território já têm o Modelo implementado, não haja dúvidas, mas em maior parte do território temos os programas especiais, ainda falam muito dos idosos, ainda falam muito da Escola Segura e ainda falam muito do Comércio Seguro e não falam das EPAV. Se perguntarmos a grande parte dos nossos efectivos o que é uma EPAV, muitos desconhecem e também o que é que é umas EPES, desconhecem a filosofia do que é isto, as nomenclaturas, digamos assim. Estão muito habituados ao idoso 65 e esquecem-se que já estão integrados no âmbito do MIPP e como tal ou são as EPAV ou são as EPES, são as siglas que temos que utilizar. Muito recentemente tive um caso curioso e perguntaram-me o que era uma EPAV e o que eram umas EPES, só por aí já dá para perceber que poucas pessoas sabem do que estamos a falar.



2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

Além de ser Polícia como é obvio, precisa de ter uma vertente muito humana, de saber estar, de lidar com pessoas frágeis com pessoas muito indecisas, com pessoas muito fragilizadas, com pessoas sem qualquer apoio e em situações muito graves e lidar com aquilo que nos revolta cá dentro. Saber colocar os nossos preconceitos de lado, sob o bem-estar da pessoa que estamos a tratar e ter esse perfil. Claro depois ter outros conhecimentos técnicos e ser uma pessoa bem-falante, saber falar com uma criança, com um professor, com um idoso, com um técnico de uma entidade qualquer. Tem que ser dinâmico e com muita iniciativa não pode depender que a estrutura de comando lhe dê a ordem para fazer, não, ele tem que saber qual é o seu papel, qual é a sua missão e tomar decisões só assim é que funciona.

Quando estão à espera que venha as ordens que é aquilo que acontece a maior parte das vezes não funciona e claro quem está no comando ou quem está a gerir isto, neste caso os gestores locais devem dar autonomia suficiente aos supervisores locais ao agentes de proximidade ou da escola segura e confiar neles, porque eles fazem um bom trabalho e têm um bom retorno, nem todas as pessoas possuem características para estar dentro do MIPP. Portanto existem elementos mais para a reacção, carro patrulha, atendimento ao público e há outros para o MIPP, e quem está no MIPP já sabe que não tem hora de entrada e não tem hora de saída. Tudo pode acontecer, nunca podem desmotivar independentemente dos pequenos fracassos, não podem desmotivar e devem continuar até atingir os resultados e isso acontece com os elementos que não fazem parte do MIPP. Porque quem faz parte do MIPP já sabe que não é assim, quando está a fazer uma denúncia de Violência Doméstica já se sabe que vai ter que ser feito mais de uma insistência até conseguir ter algum resultado positivo. Se desiste logo à primeira fazer só a queixa e despachar, isso não é trabalho bem feito sabe que tem que continuar a insistir para chegar a um bom resultado.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.1. Um dos objectivos definidos aquando da implementação do MIPP, consistia na articulação da prevenção da criminalidade com as demais valências policiais, nomeadamente: Ordem Pública; Investigação Criminal e Informações Policiais. Neste



âmbito, e tendo em consideração o trabalho desenvolvido relativo ao MIPP, será que poderemos dizer que tem existido uma articulação entre estas valências?

Nenhumas, nenhuma mesmo. Na 1ª Divisão já tenho visto mas no geral naquilo que eu tenho estado a falar com colegas de outras Divisões de outros serviços, não, não funciona, estão de costas voltadas. O que é investigação criminal é investigação criminal até às vezes na própria esquadra o que é MIPP é MIPP e o que é reacção é o CP. Na 1ª Divisão nós temos feito, dentro do possível, uma articulação próxima porque temos reuniões periódicas com a investigação criminal e os elementos das EPAV recolhem muita informação que passam para a investigação criminal, e muita dessa informação vai parar às informações. Claro que temos muitas acções desenvolvidas com a ordem pública com as Equipas Intervenção Rápida, no entanto ainda existe alguma resistência de elementos que estão a desempenhar essas funções, mas como por vezes há alterações de funções, e temos situações dessas, elementos nossos que eram do MIPP que foram para a investigação criminal e então temos obtido retorno, porque conseguem estar nos dois lados, e também alguns elementos que estão nas EIR quando têm situações mais ligadas ao MIPP sabem a quem recorrer. Normalmente as pessoas não gostam de falar do MIPP porque acham que têm privilégios a mais, mas esquecem-se do trabalho que este serviço dá, na resolução de ocorrências. Esquecem-se que é um trabalho que mais tarde vai ajudar a diminuir o número de ocorrências. Essa articulação não é bem estabelecida. Alguns Comandantes das EIC ou que trabalham na DIC quando querem uma informação muito própria vão socorrer-se do MIPP, há muita informação que é o MIPP que recolhe, se for preciso saber de uma casa para vigilância, saber quem é quem, o que faz, onde mora, etc, é o MIPP que sabe. Na 1ª Divisão conseguimos articular, umas vezes melhor outras pior, mas conseguimos articular mas nas outras Divisões não.

3.2. No desenvolvimento do MIPP é necessário o envolvimento de toda a estrutura hierárquica. Como classifica o apoio da hierarquia no desenvolvimento do MIPP implementado na PSP?

Muito insuficiente, porque o método da Direcção Nacional não faz exigências cá em baixo, não é monitorizado, não é verificado, isto faz com que as pessoas andem sozinhas, andam um bocadinho *hac doq*. Quem gosta e se sente à vontade, e eu tenho comandantes de esquadra que gostam do MIPP e como apanharam a estrutura montada quando cá



chegaram integraram-se e continuaram, não deixaram esmorecer, e eu estou cá há mais tempo e não permito que isso aconteça mas tenho muitas pessoas a terminar com isto porque acham que só têm de ter os elementos na patrulha e esquecem-se que o MIPP é patrulha. Mas quer do Comando, quer a Direcção Nacional, porque se a Direcção Nacional previsse que fosse um objectivo estratégico tinha que investir mais no pessoal, não só porque a formação que é dada na EPP depois é diluída e tem que ser reforçada tal e qual como se faz a formação SEI, e não falo só do MIPP mas a nível geral faz-se uma primeira formação e depois nunca mais se faz nada na formação, resultado, a pessoa vai-se esquecendo vão deixando ficar para trás e vão esquecendo de algumas coisas básicas. Eu considero que a Direcção Nacional devia ser mais exigente quando implementa um projecto destes, neste caso este Modelo e os resultados que deve obter.

Em muitos sítios tem-se feito muita coisa boa mas não é a nível Nacional de certa forma, è necessário que a Direcção Nacional exija e veja o investimento que está a fazer nisto e os resultados que estamos a ter, para investir para depois não ter resultados é dinheiro deitado ao lixo. Quer em efectivos, quer em meios, porque se no princípio não tinham muitos meios ao fim de seis anos nós já devíamos ter mais meios em telemóveis, em computadores, essas coisas são necessárias, estamos a investir na prevenção. Um exemplo, se nós queremos dar uma fotocópia a cores temos que pedir aos nossos parceiros, porque a Polícia não tem, ora para implementar este modelo há custos e têm que ser contabilizados, tem que haver verba para essas situações, agora não podemos constantemente exigir que as Juntas de freguesias, que são os nosso parceiros mais próximos, ou as escolas ou outras entidades, a dar e nós não damos nada.

Às vezes custa-nos ir para uma sensibilização e as brochuras que estão lá estão são impressas por uma entidade externa, claro que nos ajuda mas a Polícia também devia dar, devia fazer mais, investir mais para termos meios, para dar-mos isto tem que ser continuo, a sensibilização devia ser continuas nas burlas aos idosos, os maus tratos a violência doméstica, não é dar uma vez e parou, nós temos que dar constantemente e nós temos agentes muito criativos e temos oportunidade, tudo isso nós fazemos eu vejo e revejo depois fazemos um filme e dá-mos às pessoas e são úteis são coisas praticas ligadas ao dia-a-dia que as pessoas gostam em grupos pequenos nós temos feito nas Juntas de Freguesia que são aqueles parceiros que nós visitamos mais vezes.



3.3. Tendo em conta que o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade é uma estratégia que deve integrar todos os elementos da PSP, considera que todos os elementos policiais compreendem a filosofia do MIPP?

De longe não. Há muita resistência por parte de algumas pessoas que não fazem parte do MIPP, que trabalham na reacção, quer os graduados de serviço, quer os carros patrulha quer as EIR mas depois em situações que precisam sabem que o MIPP lá está, informações, locais, pessoas os elementos afectos ao MIPP é que sabem. No entanto eles acham que o MIPP tem uns quantos privilégios mas esquecem-se que são pessoas que têm compromissos no outro dia de manhã e se estavam a trabalhar de tarde, têm que trocar o turno para de manhã. Os elementos da reacção também o fazem mas o MIPP estão muito sujeitos a isso. São utilizados para tudo na Esquadra, às vezes há Operação que também vêm fazer, eles fazem tudo são mais polivalentes que os outros elementos da esquadra, mas os outros elementos não compreendem e também porque há elementos afectos ao MIPP que não são 100% correctos e também são um bocado abusivos.

Temos ainda muita resistência a essas pessoas porque o MIPP trabalha maioritariamente de dia, não faz noites e era bom que tivéssemos mais elementos para colmatar os turnos todos, isso não é possível. Os outros elementos não gostam do MIPP só pelo facto de estes fazerem menos noites cria logo uma separação entre eles. Os serviços administrativos do Comando e da Divisão também olham para o MIPP de maneira diferente mas esquecem-se do trabalho que eles desenvolvem. Temos equipas muito boas que têm feito coisas muito boas com idosos, crianças. Acompanhar uma situação dessas é necessário que os elementos sejam emocionalmente fortes para não se deixarem envolver porque há situações que é de partir o coração e temos que ser fortes para conseguir ultrapassar senão também caímos e aí já não fazemos parte da solução mas sim do problema e isso faz com que as pessoas fiquem desgastadas. É bom que as pessoas troquem de serviço mas muitos não trocam porque gostam o que fazem, gostam de ajudar as pessoas, sentem-se mais policia porque não só fazem assistência mas também fazem a reactiva, também prendem, autuam etc., quando há situações que é preciso fazer vigilância ou estarem atentos para ver se conseguem ver um indivíduo a vender droga também fazem trabalho à civil.



3.4. Como classifica a articulação existente entre as várias Entidades Sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

Quando solicitamos a colaboração as entidades colaboram nomeadamente as Juntas de Freguesia, também temos algumas entidades como a comissão de Protecção ou outros serviços camarários que também têm ajudado bastante mas, entre eles, há muita dispersão tanto é que se a Rede Social funcionar, era facilitador para nós também porque já havia uma articulação entre as várias entidades, porque às vezes não é por falta de meios que não dão resposta, estão é mal articulados e, às vezes, não sabem o que devem fazer há uma fraca articulação entre as várias entidades que acaba por nos prejudicar. Mas o que tem acontecido, é sermos nós o motor para melhorar a articulação entre os parceiros, acabamos por nos conhecer atendendo à filosofia do MIPP nós estamos obrigados a chamar os vários parceiros para resolvermos os problemas e acabamos por nos conhecer. Normalmente acaba por cair nas costas da Polícia a dinamização do projecto ou da resolução do problema não só porque a nível de efectivos temos mais recursos, se nós nos queixamos eles queixam-se muito mais. Conosco têm feito bons trabalhos, entre eles a coordenação é mais difícil.

3.5. Considera importante a existência de um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Isso é muito importante deveríamos ter todos os anos, algo, um relatório, aliás no início do ano deveriam ser dados os objectivos, como fazem com os objectivos operacionais, devia haver para o MIPP também e depois teríamos que os alcançar. Alguns já têm sido pedidos como as acções de sensibilização mas há outros que o podem fazer mais, que são feitos mas não são contabilizados, tudo o que fazemos não é contabilizado mas deveria ser. Deveria estar uma equipa da Direcção Nacional a fazer uma espécie de monitorização, ir aos locais e ver o que se está a fazer porque muita vezes dizem que existe MIPP mas é só no papel na prática não existe, tem que ir alguém ao terreno e verificar quantos elementos do MIPP existem e o que estão a fazer realmente. Isso é mesmo muito importante.

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?



Anexo 9 – Entrevista com a Doutora Susana Durão

Entrevistado: Doutora Susana Durão;

Data: 31 de Janeiro de 2013;

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Em sua opinião, o Modelo de Policimento de Proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?

O Policimento de Proximidade é, em termos de modelo, um derivado dos Policimentos Comunitários que têm objectivos mais amplos do que a prevenção do crime ou o sentimento de insegurança, embora contribuam para tal.

Segundo Skogan e Hartnet (2005) o Policimento Comunitário tem pelo menos 4 princípios gerais: a descentralização organizacional; o policiamento orientado por objetivos; um policiamento com base em anseios locais e a coprodução do policiamento e da segurança locais, com base na participação dos cidadãos nos planos e projectos de policiamento.

Neste sentido, considero que em Portugal os programas e projectos de Policimento de Proximidade, em todas as suas fases, se mantiveram num nível relativamente abstracto de funcionamento, centrando-se sobretudo em duas ideias: criar visibilidade (polícias fardados mais próximos dos cidadãos) e sentimento de insegurança (uma visibilidade policial que crie um sentimento de segurança). Na verdade, esses princípios norteadores foram conjugados com uma espécie de híper-localismo, fixando o PP em equipas (por vezes muito reduzidas) nas esquadras.

Os princípios do Policimento Comunitário são assim muito ténues no Policimento de Proximidade em Portugal. Não se pode dizer que o Policimento de Proximidade tenha produzido uma verdadeira transformação organizacional já que mesmo no plano das esquadras a sua articulação com a patrulha policial se faz com dificuldades. O policiamento orientado por objetivos locais também não é claro. A receptividade dos polícias aos anseios locais e a participação dos cidadãos no policiamento mantêm-se muito reduzidas.



1.2. Que diferenças considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?

Penso que em tese, o Policimento de Proximidade evidencia uma abertura da polícia na ‘direção’ dos cidadãos, isto é, uma forma de tornar as polícias locais mais visíveis e próximas dos cidadãos. Surge associado a uma certa imagem de desburocratização e humanização dos serviços do Estado. Nesta medida o Policimento de Proximidade confunde-se com o trabalho de policimento das esquadras genéricas. O Policimento Comunitário tende a ter uma mobilização em sentido inverso, levando os cidadãos a participar no policimento, atraindo-os para a co-produção do policimento, pelo menos até certo ponto e com variações nas mais diversas experiências locais. Ou seja, o Policimento de Proximidade reforça a ideia da centralidade das polícias públicas de Estado na oferta do policimento; o Policimento Comunitário cria formas mais híbridas de policimento necessariamente menos centralistas, tanto ideologicamente como nas suas práticas.

1.3. Qual a sua opinião, em termos genéricos, em relação ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

Não compreendo exactamente o que quer dizer ‘modelo integrado’, na medida em que o Policimento de Proximidade continua a centrar-se em programas de policimento, com variações de aplicação local (sendo que em várias esquadras nem sequer estão operacionais). O MIPP não parece ter atingido o consenso de um programa transformador da Polícia de Segurança Pública ao nível das esquadras genéricas, muito menos ainda no conjunto desta Polícia. Penso que a história do Policimento de Proximidade ter surgido através de uma directiva do MAI marca indelevelmente o MIPP, mesmo quando tomado em mãos pela PSP. Foi e continuou sendo um Programa com uma certa tendência burocrática e periférica no plano do seu funcionamento.

2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?



Penso que o problema não passa pela ‘sociedade portuguesa’ e menos ainda pelas populações locais – que estão do lado destes projectos e defendem frequentemente este tipo de policiamentos locais e próximos de si. Considero que a questão deve exactamente ser colocada num outro plano: Será que a PSP, o MAI, o Estado português, estão receptivos a um modelo de Policiamento mais proactivo? Tenho dúvidas...

2.2. Considera o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

O MIPP parece-me ser importante, mas na medida em que chegar a desenvolver um debate mais transversal no seio da própria PSP, contribua para a sua ‘profissionalização’ (criando mais solidamente um processo de policiamento que seja tecnicamente elaborado e não apenas centrado em imagens-padrão e ideias-chave) e que se alargue também às comunidades locais e à sociedade portuguesa em geral. Ou seja, o MIPP só terá sucesso se não se substantivar apenas num programa aplicado ‘de cima para baixo’, sem um debate e um contributo mais democráticos, tanto para o interior da Polícia como para a sociedade envolvente. Creio que as polícias seculares não devem temer perder a sua identidade ao se abrirem ao diálogo e à inclusão da participação dos cidadãos no seu seio. O policiamento nunca é uma actividade estritamente do domínio das polícias.

2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policiamento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

Na minha opinião continuam a ser dominantes os vários programas especiais. Por isso me perguntei atrás se realmente se deveria falar em Modelo de Policiamento. Não reconheço, na realidade actual do Policiamento de Proximidade, um modelo, mas sim um programa relativamente periférico e por vezes até ‘descartável’ no conjunto da polícia portuguesa.

2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

Devem ser agentes que não tenham em vista deslocações/transferências frequentes (pois devem permanecer por um bom período nos programas), que conheçam bem os



locais que policiam, que tenham facilidade em criar redes de contacto locais e ser pessoas aprazíveis, diplomáticas, com capacidade de comunicação e inteligência na improvisação de um trabalho que exige deles ter atenção permanente aos anseios das pessoas. Penso que devem ter a possibilidade de frequentar cursos de formação e treino de competências em áreas em que trabalham. Devem também ter capacidade de realização de relatórios e compreender bem toda a lógica processual penal para poderem intervir quando necessário e ajudar em momentos-chave.

Penso que existem benefícios em envolver mulheres nestes programas, bem como na patrulha em geral. Não creio que seja importante estes agentes serem mais velhos, mas devem ter uma certa maturidade e capacidade de organização do seu trabalho.

Penso que seria útil pedir a estes agentes para se comprometerem em realizar algumas sessões/reuniões nas esquadras, envolvendo os demais colegas, com alguma frequência, de modo a transmitir aos restantes elementos aspectos que consideram importantes. Sem essa articulação na transmissão dos conhecimentos, estes agentes tendem a sentir-se ‘ilhados’ na dinâmica de trabalho de grupos das esquadras.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.1. Como classifica a articulação existente entre as várias entidades sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

Creio que essa articulação já existe. Nos últimos anos no âmbito da acção social têm sido criadas inúmeras associações de apoio, quer no âmbito do Estado, quer semi-privadas. Existem problemas de meios disponíveis e de comunicação. Existe sobretudo uma certa dificuldade de compreensão sobre quem detém as responsabilidades pelos cidadãos em cada momento dos processos de intervenção.

3.2. Considera importante a existênciade um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

É sempre importante avaliar o policiamento em geral, fazer balanços e melhorar. Não me parece que o MIPP usufrua de um estatuto à parte nesse capítulo. Quero com isto dizer que, embora em tese mais ‘abertos’ e necessitando de ser sempre acompanhados, estes



programas não são validados apenas na medida em que são avaliados, mas na medida em que criam *praxis* coesas, coerentes, dinâmicas e confiáveis junto das populações. Todo o policiamento deve ser sistemática e continuamente avaliado: a patrulha, a actividade das unidades especiais, etc. Não é só o que é novo no policiamento que merece ser avaliado; todas as práticas policiais merecem actualização e confrontação com os objectivos que propõem e seguem. Se o MIPP não tiver definidos os seus objectivos mais concretos e a forma como vai integrar os cidadãos no policiamento, considero pouco útil a sua avaliação, pelo menos de modo sistemático, pois não passará de uma avaliação ‘burocrática’. Nesse sentido, também o método de avaliação merece ser reflectido. Este não deve ser meramente um protocolo, centralizado, que em nada contribua para melhorar as práticas efectivas.

Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?

Apesar de ter uma posição crítica-construtiva, considero que o Policiamento de Proximidade é importante para a PSP e merece ser melhorado em tudo o que for possível, ajudando mesmo esta polícia a pensar-se de modo menos centralizado, menos ‘governamentalizado’ e com contributos profissionais e técnicos para o melhoramento mais genérico do policiamento em Portugal.



Anexo 10 – Entrevista com a equipa de avaliação do Projecto-piloto do PIPP

Entrevistados: Doutor Manuel Lisboa

Doutora Ana Teixeira

Doutor Ricardo Santana

Função: Equipa de avaliação do Projecto-piloto do PIPP;

Data: 15 de Fevereiro de 2013;

Local: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;

1. Percepção do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

1.1. Em sua opinião, o Modelo de Policimento de Proximidade aplicado em Portugal possui características próprias que o distingue do inicialmente idealizado e do que é implementado nos demais países que o adoptaram?

(Manuel Lisboa) A ideia que eu tenho é que, por parte das entidades públicas que o conceberam para Portugal, houve por um lado a tentativa de ver o que se fazia a nível internacional, mas simultaneamente aplica-lo às realidades portuguesas. Nomeadamente as políticas públicas que já tinham sido implementadas noutras áreas, nas questões da violência doméstica, na questão da escola segura, na questão do comércio também, ou seja, penso que no caso português, tivemos uma tentativa de aproximar aquilo que era os grandes referenciais teóricos do policimento de proximidade aplicado noutros países, nomeadamente Inglaterra, ao caso português. Eu penso que, e tendo em conta a avaliação que nós fizemos na altura, os primeiros resultados, e são só os primeiros resultados, porque existia muito pouco tempo de implementação quando foi avaliado, apenas um ano, são bastante positivos, com essa ressalva de que um ano é muito pouco, é preciso fazer uma avaliação mais definitiva do policimento de proximidade.

1.2. Que diferença considera existirem entre o Modelo de Policimento Comunitário e o Modelo de Policimento de Proximidade?

(Manuel Lisboa) Eu acho que em última instância uma das abordagens mais importantes deveria passar por uma lógica mais comunitária. Mas a questão da comunidade implica vertentes, várias dimensões que não meramente a questão da



vizinhança, da proximidade. Implica, para já, que existam comunidades locais, ou seja a nível de bairro ou a nível de determinados agregados populacionais. Implica uma realidade sociocultural, que nem sempre se verifica, muitos destes bairros urbanos, são bairros muito recentes e não têm uma sedimentação do ponto de vista socio cultural que permita de facto ter essa ideia realmente de uma comunidade, se calhar ainda vai demorar muito mais tempo. Isto em alguns deles, outros nem sequer sei se alguma vez terão. Não sei se serão sempre uma manta de retalhos muito heterogénea em termos sociais e culturais. A ideia é a de facto de que existem forças que são pagas por todos os cidadãos, que são as Forças de Segurança, e portanto mais que serem elementos externos de controlo e segurança, são uma parte integrante da comunidade e que deve estar ao serviço dessa mesma comunidade.

Eu creio que o policiamento de proximidade pode ser uma primeira etapa, muito interessante no sentido de caminhar até este nível. Nós detectamos precisamente algumas questões em relação às associações locais, na questão da participação, etc., provavelmente, há por um lado um trabalho de todas as comunidades no sentido de se constituírem efectivamente num ponto de vista sociocultural e como comunidade, por outro lado há um esforço por parte das Forças de Segurança, no sentido de se aproximarem dos vários elementos constitutivos dessa mesma comunidade.

1.3. Qual a sua opinião, relativamente à evolução do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?

(Ana Teixeira) O que me parece é que um dos objectivos iniciais do projecto piloto consistia, um pouco, em criar uma estrutura mais organizada e com mais lógica em torno de algumas propostas que já havia, mais dispersas e menos estruturadas como a Escola Segura, que já existia antes do MIPP, e pelos vistos veio dar lógica e enquadrar tudo o que já havia dentro das directrizes e dos parâmetros internacionais que já vinham sendo postos em prática. Parece-me, daquilo que vi na altura e de alguns resultados que tiramos com os inquéritos, que os programas que já existiam e que depois foram estruturados sobre o chapéu de na altura o PIPP, agora MIPP cobriam de alguma forma aquilo que se consideram os grupos mais vulneráveis e cobrem dentro das actividades que a Polícia pode ter e pode desenvolver com os grupos mais vulneráveis, não deixando nenhum de fora.

Não me posso adiantar muito, porque também não tenho tanto conhecimento de causa quanto isso, mas daquilo que me foi dado a conhecer na altura, não só da população mas



também dos elementos policiais, eles foram todos entrevistados nas esquadras onde foi implementado o projecto piloto, que não havia grande oposição, não eram apontadas grandes críticas ao projecto em si, ou ao objectivo do projecto, ou à forma como estava a ser implementada.

As únicas questões mais críticas têm a ver com o funcionamento da instituição em geral e aqueles problemas do dia-a-dia que acontecem em qualquer organização, ou seja, em organizações fortemente hierarquizadas, como é o caso das Forças de Segurança e neste caso da PSP, isso tende a aparecer um pouco mais eventualmente. Mas não me parece que nem de um lado nem de outro, nem no início da implementação do projecto piloto nem no final, que tenha havido grande resistência nem grandes críticas relativamente ao projecto, parece-me a mim e mais uma vez com os resultados que foram observados, que as escolhas foram genericamente bem feitas e a implementação foi genericamente boa.

(Manuel Lisboa) O que foi feito, foi tentar implementar e tentar cumprir uma primeira etapa do processo, isto é um processo, supostamente não acaba ali, é faseado. Eu creio que dever-se-ia fazer ao longo deste processo, e que pode demorar vários anos certamente, não é imediato, que é monitorizar o processo, avaliar o processo e ver como é que estava a ser implementado. Estamos numa fase inicial, agora é necessário não só difundir como adaptar a novas realidades, porque as realidades que foram analisadas pelo projecto piloto não são iguais em todo o país. Do meu ponto de vista, é um processo que deveria continuar, se PIPP ou MIPP, chamem-lhe o que quiserem, mas a lógica para mim é essa via, mais do que uma via muito especializada e técnica, que se calhar também terão que existir em termos de questões de segurança, mas esta lógica de umas Forças de Segurança que são uma parte da comunidade, que tem funções diferentes daquelas que outros elementos da comunidade têm, o padeiro tem determinadas funções, o sapateiro tem outras funções, os professores têm outras funções, e cada um tem as suas funções mas fazem todos parte da mesma comunidade.

2. Aplicação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

2.1. Acha que a nossa sociedade actual está receptiva a um modelo de Policimento mais proactivo, como o de Proximidade?



(Manuel Lisboa) Eu penso que sim, ou seja, a nossa sociedade é muito heterogénea, e há elementos mais reactivos, mais apologistas de um policiamento musculado, das super-esquadras. Agora, de um ponto de vista da população em geral, todos os sinais indicam que há receptividade relativamente a isso. Agora, é obvio que tem que haver resultados, para já tem que haver um trabalho pedagógico muito forte junto das populações, explicando, porque o modelo que muitas vezes as pessoas vêem, até pelas próprias séries de televisão, é outro modelo que normalmente aparece, é um modelo mais musculado, e portanto é preciso ajudar a construir uma outra imagem do que é que pode ser a acção policial. Depois é preciso que apareçam os resultados, obviamente que aquilo que as pessoas querem é ter mais segurança.

Do ponto de vista da estrutura social da sociedade portuguesa, mesmo considerando que ela é extremamente heterogénea, a base continua a ser uma base mais comunitária. Não sei se poderei falar da mesma forma daqui a 20 anos, mas neste momento penso que a base ainda continua a ser uma base muito ligada a privilegiar essa dimensão mais comunitária num sentido de uma sociedade de interconhecimento, com alguma proximidade geográfica. O problema é que a própria arquitectura dos bairros não tem ajudado a isso, infelizmente, a maior parte dos bairros, são bairros dormitórios, em que a pessoa vai lá dormir, passar o fim de semana, não sai praticamente do apartamento, e não há espaços, infelizmente muitos dos bairros da nossa periferia urbana estão assim, o que obviamente dificulta.

2.2. Considera o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade uma estratégia importante na actuação global da PSP?

(Manuel Lisboa) Eu penso que sim, completamente. Eu já conhecia algumas coisas da estrutura interna da PSP, de trabalhos antigos que fui fazendo, quer para a Polícia Judiciária, quer para a PSP e GNR, mas com este trabalho, obviamente tivemos que aprofundar mais alguns destes conhecimentos e conheço relativamente bem as várias opções que têm vindo a ser seguidas nos últimos 15 a 20 anos, em relação às linhas de actuação das Forças de Segurança, em particular as da PSP e penso que o policiamento de Proximidade é indiscutivelmente um dos principais vectores da sua actuação.



(Ana Teixeira) Na questão da violência doméstica, a passagem da reacção à prevenção, se não se actua na fonte ela nunca acaba, o policiamento de proximidade está virado essencialmente para a prevenção.

(Manuel Lisboa) E na revitimização por exemplo, a identificação das situações de risco, nós estamos a trabalhar muito isso neste momento, e a Polícia pode ter um papel fundamental a esse nível, no conhecimento das situações de risco e agir ao nível da prevenção em relação às situações mais dramáticas.

2.3. Em sua opinião, estamos perante um Modelo de Policimento ou o que ainda se verifica é a existência de vários Programas Especiais?

(Manuel Lisboa) Eu não tenho acompanhado muito de perto o que se passa exactamente neste momento, mas por aquilo que eu sei, eu acho que ainda estamos numa fase de enraizar, como acontece em todas as mudanças, são feitas as propostas e depois procuram-se tomar medidas no sentido de atingir os objectivos definidos. Acho que está numa fase ainda de desenvolvimento, se calhar vai ser necessário fazer alguma avaliação daqui a algum tempo, 1 ou 2 anos, para tentar ver se os objectivos foram cumpridos ou não.

(Ana Teixeira) Tentar perceber, que no meio disto tudo, se calhar há, um grande exemplo, que é o caso da Escola Segura, que é um programa muito identificável e com o qual as pessoas se relacionam e já têm uma opinião, daquilo que eu ouvi, muito boa, que é um programa que já existe há algum tempo, é um elemento de identificação do tipo de actuação, que funciona quase como um símbolo, quase como a bandeira do projecto. Se calhar o importante não era encontrar um modelo que reunisse o que já havia, era integrar, mas se há programas que são relativamente proveitosos e identificados pela população como benéficos e bem implementados, se calhar não faz sentido diluir tudo num modelo.

(Manuel Lisboa) Há aqui uma diferença substancial entre a ideia de projecto e a ideia de modelo, a ideia de projeto pressupõe ainda uma experimentação, a ideia de modelo já pressupõe qualquer coisa que já foi experimentado e que agora já se pretende implementado de uma forma mais estruturada, há uma primeira certificação que já está feita, agora o modelo pode existir, e existe o modelo, embora com algumas melhorias que se possam ir fazendo, agora temos é que implementa-lo, é preciso implementa-lo quer na melhor articulação com a estrutura interna, quer em termos de uma melhor articulação em



termos com a comunidade, penso que são dois factores fundamentais a esse nível, porque se o modelo não levantar para a ideia de comunidade vai se verificar uma coisa pouco enraizada, vai se verificar como uma coisa ligeiramente exterior, ou mais exterior à comunidade. As Forças de Segurança vão ficar como uma espécie de um apêndice, como uma coisa exterior, mesmo fazendo parte, se for feita esta articulação as próprias forças de Segurança começam-se a integrar, como as de Inglaterra, começam de facto a fazer parte da comunidade, não é a pessoa que anda na rua, e é o Sr. Agente António, ou a Sra. Agente Maria, que são conhecidos pelas pessoas. Para passar de facto a um modelo implementado, isto tem que ser feito, e depois tem que ser difundido progressivamente, de uma forma orientada e planificada.

2.4. Em seu entender, que requisitos devem reunir os elementos que desempenham a função de agentes de proximidade?

(Manuel Lisboa) Deve possuir uma forte consciência cívica, para além das competências técnicas que tem que ter obviamente, devem fundamentalmente ser cidadãos ou cidadãs com uma forte consciência cívica. Com uma forte consciência humanitária, um sentido humanista. Eu diria que obviamente devem ser pessoas com uma formação sociocultural. Devem estar atentos, quase como os médicos antigos “o João semana”, que tinham um sentido quase de missão em relação às pessoas e conhecendo-as muito bem. Eu acho que estes agentes devem de facto ter um bom conhecimento da comunidade para onde vão, onde estão de facto a trabalhar, do ponto de vista social e cultural, e ter esta forte formação e consciência cívica e humanista.

3. Articulação do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade.

3.1. Como classifica a articulação existente entre as várias entidades sociais e a PSP no apoio aos cidadãos?

(Ana Teixeira) Do conhecimento que tenho, dá-me a perceber que existe alguma articulação, sobretudo nos projectos que estão a decorrer, por exemplo na criação de um manual de avaliação de risco, onde existe uma ligação entre várias entidades, nomeadamente a PSP e uma série de outras entidades. Em todos esses espaços tenho-me apercebido que existe uma articulação um pouco maior daquilo que havia há uns anos



atras, mas ainda muito aquém daquilo que seria o ideal e o desejável. Mas daquilo que eu tenho ouvido, parece-me que existe um conhecimento de quem deve actuar onde, e existe um conhecimento dos actores chave em cada uma dessas instituições e que existe alguma articulação que até os maiores problemas que sentem tem sobretudo a ver com questões de legislação que impõem alguns trâmites específicos que se calhar se poderia resolver as questões mais rapidamente.

(Manuel Lisboa) Eu penso que uma das coisas fundamentais é fazer um levantamento de todas as entidades que intervêm naquela comunidade, posso enumerar algumas e haverá certamente outras: associações desportivas; associações recreativas; as escolas; entidades religiosas se elas tiverem de facto uma influência comunitária; as associações de moradores que existam, todas as entidades que têm intervenção mais estruturada na comunidade, devem ser contactadas e deve haver de facto essa articulação, isto num plano que eu diria mais do dia-a-dia. Se há uma unidade que está implementada numa dada comunidade, a primeira coisa a fazer é um levantamento de quem é que intervém, de quem é que age, quem é que é activo nessa comunidade.

3.2. Considera importante a existência um modelo de avaliação do MIPP, que permita monitorizar, de forma contínua e sistemática, o desenvolvimento e o impacto deste programa?

Completo, e mais, acho que essa monitorização deve ser interna e externa. Se for só interna estamos sempre a olhar só para os pés, deve ser também externa, e existem entidades com capacidade para o fazer e que devem ser chamadas a faze-lo. Isso é fundamental, o que não dispensa uma monitorização interna, eu acho que a própria PSP deve fazer uma monitorização interna, mas não é suficiente, a avaliação externa é fundamental, temos isso aqui na universidade, temos uma avaliação interna, mas também temos uma avaliação externa.



Dou por concluída a entrevista. Quer acrescentar mais algum aspecto, que considere relevante e que não tenha sido referido anteriormente?

(Ricardo Santana) A avaliação já foi feita há alguns anos, e por um lado na altura já se percebia que os agentes que estavam envolvidos no programa, já eram as pessoas com as capacidades que o professor referiu, notava-se algumas diferenças, principalmente na percepção dos problemas existentes na comunidade, pelos agentes envolvidos, já na altura os agentes envolvidos eram um factor favorável ao programa, só que, e daí também a passagem de programa para modelo, eu penso que o tipo de estratégia não pode passar só pela formação de alguns agentes, é normal haverem agentes adstrito ao programa em si, mas esse comportamento deve ser generalizado, ao resto da estrutura. Senão temos um grupo de agentes, por exemplo 10, que agem de uma forma, e depois temos 80 ou 90 que agem de outra forma. Talvez não diluir completamente os programas e as diferenças ao nível da actuação e intervenção, porque é normal existirem diferenças, mas, e daquilo que verifiquei na altura, é preciso mudar um pouco essa mudança de comportamentos e mentalidades. Porque ainda não está bem definido, e ainda encontra alguma resistência dentro da PSP a essa alteração.

(Manuel Lisboa) esse processo de mudança de mentalidades, é um processo que não se consegue obter resultados de um dia para o outro, é preciso manter a formação, uma actuação persistente, e acima de tudo difundir. É uma nova cultura organizacional, que tem que começar a ser difundida e aceite, deixar de ser uma experiência e passar a ser o *mainstream* da PSP, mas isso demora tempo não é de um dia para o outro, mas isso é absolutamente fundamental.



Anexo 11 – Lista de Entidades a quem foi aplicado o Questionário

Local	Entidades	Número
Área da 1ª Divisão	Escolas	5
	Juntas de Freguesia	6
	Hospitais	2
	Comércio	6
	CPCJ ¹	8
	Associações Recreativas	2
	Instituto de Apoio à Criança (IAC)	1
Total		30
Área da Divisão de Oeiras	Escolas	5
	Juntas de Freguesia	4
	Comércio	7
	CPCJ ¹	15
Total		31

Quadro 7 – Entidades a quem foi aplicado o Questionário

¹A CPCJ na sua modalidade alargada integra:

- ✓ Um representante do município;
- ✓ Um representante da segurança social;
- ✓ Um representante dos serviços do Ministério da Educação;
- ✓ Um médico, em representação dos serviços de saúde;
- ✓ Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades de carácter não institucional, em meio natural de vida, destinadas a crianças e jovens;
- ✓ Um representante das instituições particulares de solidariedade social ou de outras organizações não governamentais que desenvolvam, na área de competência territorial da comissão de protecção, actividades em regime de colocação institucional de crianças e jovens;
- ✓ Um representante das associações de pais;
- ✓ Um representante das associações ou outras organizações privadas que desenvolvam, actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
- ✓ Um representante das associações de jovens ou um representante dos serviços de juventude;
- ✓ Um ou dois representantes das forças de segurança, conforme na área de competência territorial da comissão de protecção existam apenas a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública, ou ambas;
- ✓ Quatro pessoas designadas pela assembleia municipal de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo;
- ✓ Os técnicos que venham a ser cooptados pela comissão, com formação, designadamente, em serviço social, psicologia, saúde ou direito, ou cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude.

Fonte: <http://www.cnpcjr.pt/left.asp?14.01#05>



Anexo 12 – Guião do Questionário aplicado a elementos policiais afectos ao MIPP

Apresentação:

No âmbito do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, está a ser realizado um estudo sobre a aplicação prática do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade na PSP.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das restantes questões.

Dados Pessoais

Idade: _____. Posto: _____.

Sexo: Masculino Feminino

Estabilidade geográfica e funcional

1. Tempo de Serviço na PSP: _____.
2. Tempo de serviço prestado no COMETLIS: _____.
3. Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS: _____.
4. Tempo de serviço no MIPP: _____
5. Tempo exercido na sua função actual: _____.
6. Tempo perspectivado para ficar nesta função: _____.
7. Desempenha exclusivamente funções na área do MIPP:

Sim Não



7.1. Se não, com que frequência costuma desempenhar funções fora do âmbito do MIPP:

- Uma vez por ano Uma vez de meio em meio ano Uma vez por Mês
 Uma vez por Semana Todos os dias

Funcionalidade e percepção do MIPP

8. Qual a sua função dentro do MIPP:

- EPAV EPES Outro _____.

9. Teve formação específica na área em que desempenha funções:

- Sim Não

9.1. Se sim, como considera essa formação:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

10. Tendo em conta a sua percepção, a receptividade da comunidade a este tipo de policiamento é:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

11. Como classifica a receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

12. Como classifica o nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade:

- Muito Bom Bom Razoável Mau Muito Mau



13. Possuem parcerias com mais instituições:

Sim Não

13.1. Se sim, como classifica essas parcerias:

Essenciais Muito Relevantes Maio ou Menos Relevantes
 Pouco Relevantes Irrelevantes

14. Em sua opinião, a troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP é:

Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

15. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o seu nível de autonomia após desempenhar funções no âmbito do MIPP:

Mais autónomo Igual Menos autónomo

16. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o Modelo de Policimento predominante na PSP:

De carácter Preventivo
 De carácter Repressivo
 Outro. Qual: _____.

17. Em sua opinião, o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade representa:
(Escolher duas opções)

Maior visibilidade Mais patrulhamento auto/apeado
 Simples aproximação aos cidadãos Estabelecimento de Parcerias
 Envolvimento da comunidade na identificação e resolução dos problemas

Muito obrigado pelo tempo disponibilizado.



Anexo 13 – Resultados dos questionários aplicados aos elementos afectos ao MIPP

Média de idade dos elementos do MIPP em anos:

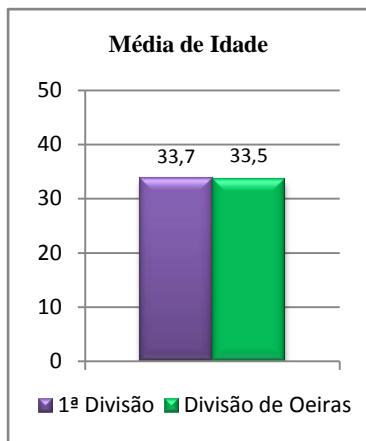


Gráfico 3 – Média de idade dos elementos do MIPP

	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média de Idade	33,7	33,5

Classificação dos elementos do MIPP por Sexo:

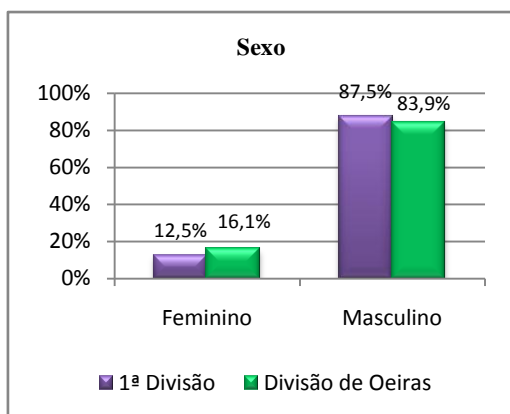


Gráfico 4 – Classificação dos elementos do MIPP por Sexo

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Feminino	5	12,5%	5	16,1%
Masculino	35	87,5%	26	83,9%
Total	40	100%	31	100%

1. Média tempo de serviço na PSP dos elementos do MIPP em anos:

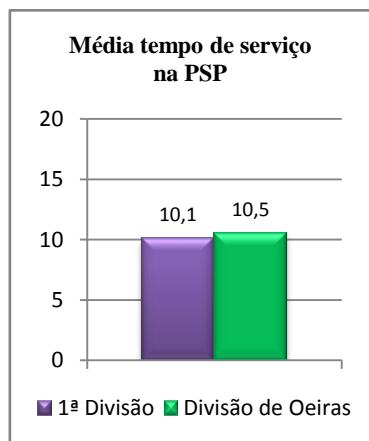
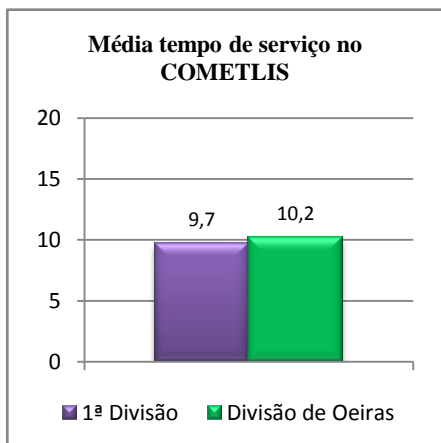


Gráfico 5 – Média tempo de serviço na PSP dos elementos do MIPP

	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média anos	10,1	10,5



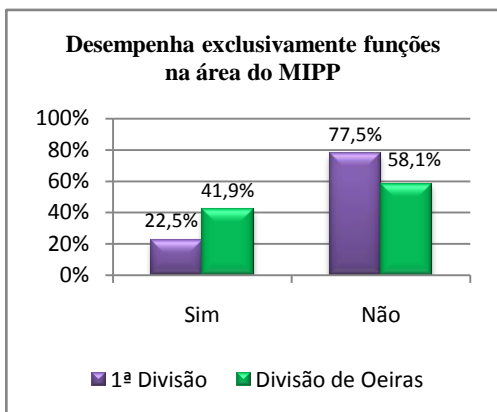
2. Média Tempo de serviço dos elementos do MIPP no COMETLIS em anos:



	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média anos	9,7	10,2

Gráfico 6 – Média Tempo de serviço dos elementos do MIPP no COMETLIS

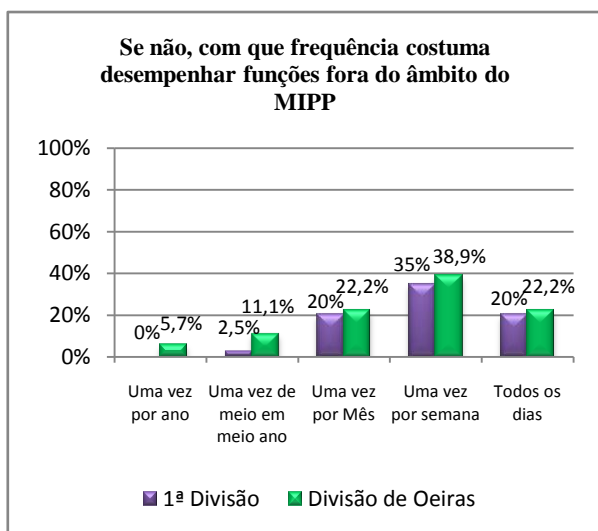
7. Desempenha exclusivamente funções na área do MIPP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	9	22,5%	13	41,9%
Não	31	77,5%	18	58,1%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 7 – Desempenho de funções em exclusivo na área do MIPP

7.1. Se não, com que frequência costuma desempenhar funções fora do âmbito do MIPP:

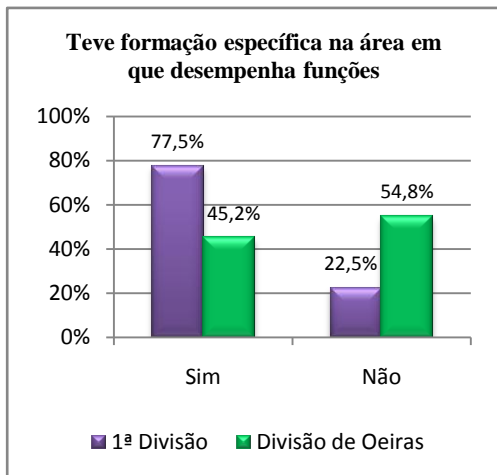


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Uma vez por ano	0	0%	1	5,7%
Uma vez de meio em meio ano	1	2,5%	2	11,1%
Uma vez por mês	8	20%	4	22,2%
Uma vez por semana	14	35%	7	38,9%
Todos os dias	8	20%	4	22,2%
Total	31	100%	18	100%

Gráfico 8 – Frequência de desempenho de funções fora o âmbito do MIPP



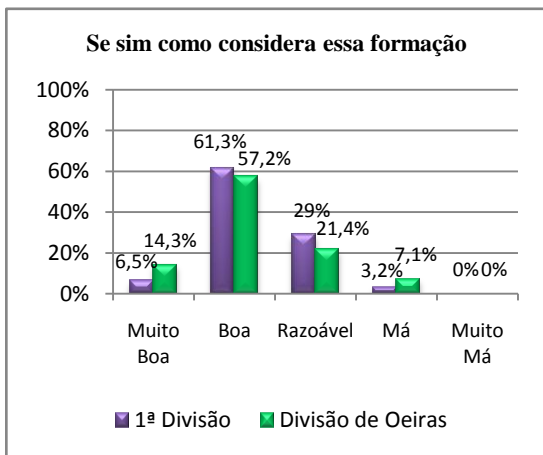
9. Teve formação específica na área em que desempenha funções:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	31	77,5%	14	45,2%
Não	9	22,5%	17	54,8%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 9 – Elementos do MIPP com formação específica na área em que desempenha funções

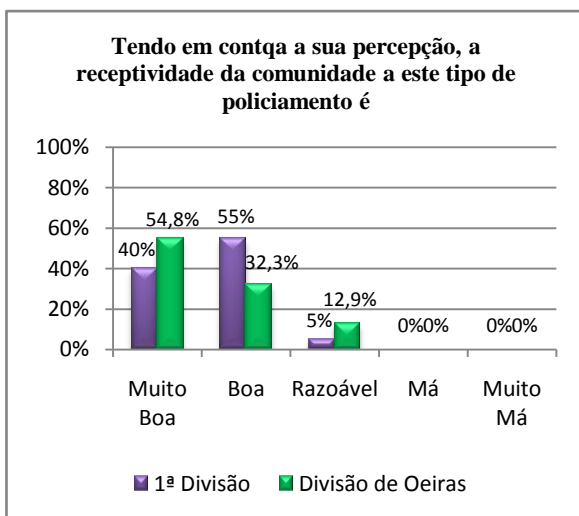
9.1. Se sim como considera essa formação:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	6,5%	2	14,3%
Boa	8	61,3%	8	57,2%
Razoável	3	29%	3	21,4%
Má	1	3,2%	1	7,1%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	14	100%	14	100%

Gráfico 10 – Qualidade da formação ministrada aos elementos do MIPP

10. Tendo em conta a sua percepção, a receptividade da comunidade a este tipo de policiamento é:

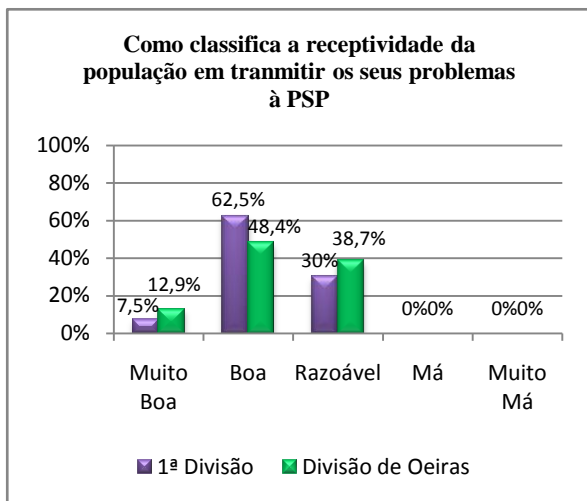


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	16	40%	17	54,8%
Boa	22	55%	10	32,3%
Razoável	2	5%	4	12,9%
Má	0	0%	0	0%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 11 – Percepção dos elementos do MIPP, da receptividade da comunidade a este tipo de policiamento



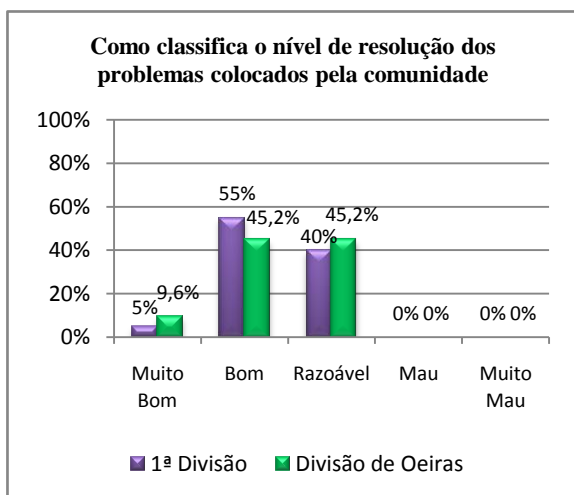
11. Como classifica a receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	3	7,5%	4	12,9%
Boa	25	62,5%	15	48,4%
Razoável	12	30%	12	38,7%
Má	0	0%	0	0%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 12 – Percepção dos elementos do MIPP, da receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP

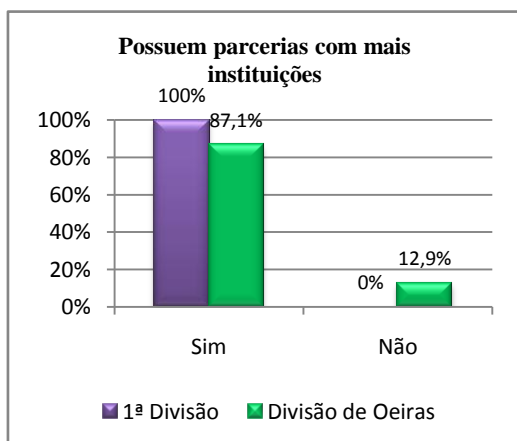
12. Como classifica o nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	5%	3	9,6%
Boa	22	55%	14	45,2%
Razoável	16	40%	14	45,2%
Má	0	0%	0	0%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 13 – Nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade

13. Possuem parcerias com mais instituições:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	40	100%	27	87,1%
Não	0	0%	4	12,9%
Total	40	100%	31	100%

Gráfico 14 – Existência de parcerias entre PSP e entidades



13.1. Se sim, como classifica essas parcerias:

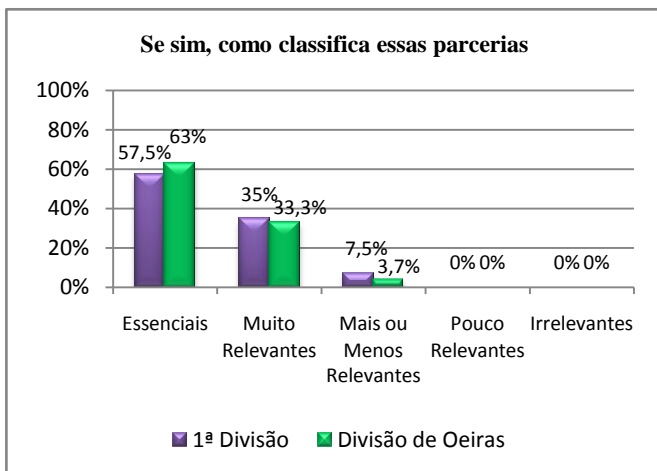


Gráfico 15 – Classificação das parcerias existentes

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	23	57,5%	17	63%
Muito Relevantes	14	35%	9	33,3%
Mais ou Menos Relevantes	3	7,5%	1	3,7%
Pouco Relevantes	0	0%	0	0%
Irrelevantes	0	0%	0	0%
Total	40	100%	26	100%

14. Em sua opinião, a troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP é:

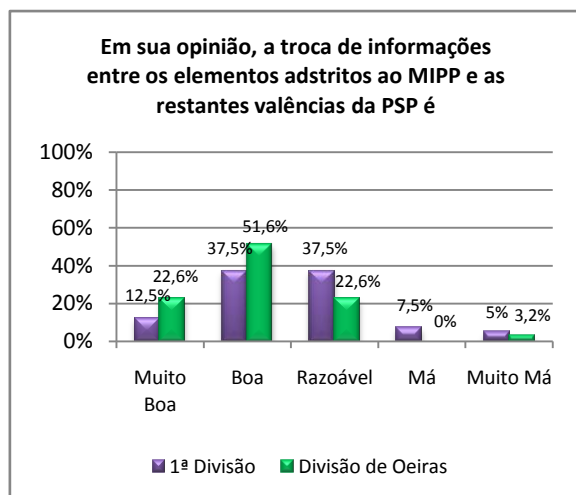


Gráfico 16 – Classificação da troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	5	12,5%	7	22,6%
Boa	15	37,5%	16	51,6%
Razoável	15	37,5%	7	22,6%
Má	3	7,5%	0	0%
Muito Má	2	5%	1	3,2%
Total	40	100%	31	100%

15. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o seu nível de autonomia após desempenhar funções no âmbito do MIPP:

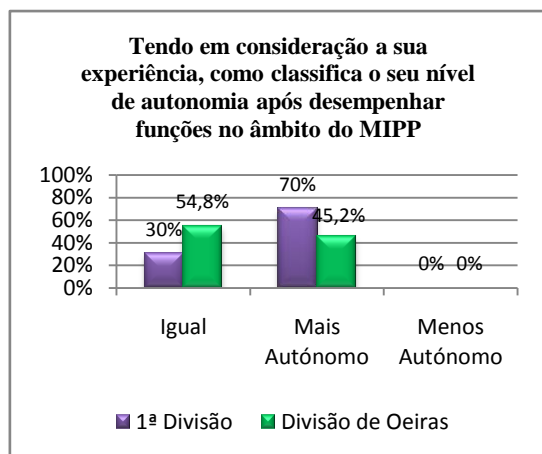


Gráfico 17 – Classificação do nível de autonomia após desempenhar funções no âmbito do MIPP

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Igual	12	30%	17	54,8%
Mais autónomo	28	70%	14	45,2%
Menos autónomo	0	0%	0	0%
Total	40	100%	31	100%



16. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o Modelo de Policimento Predominante na PSP:

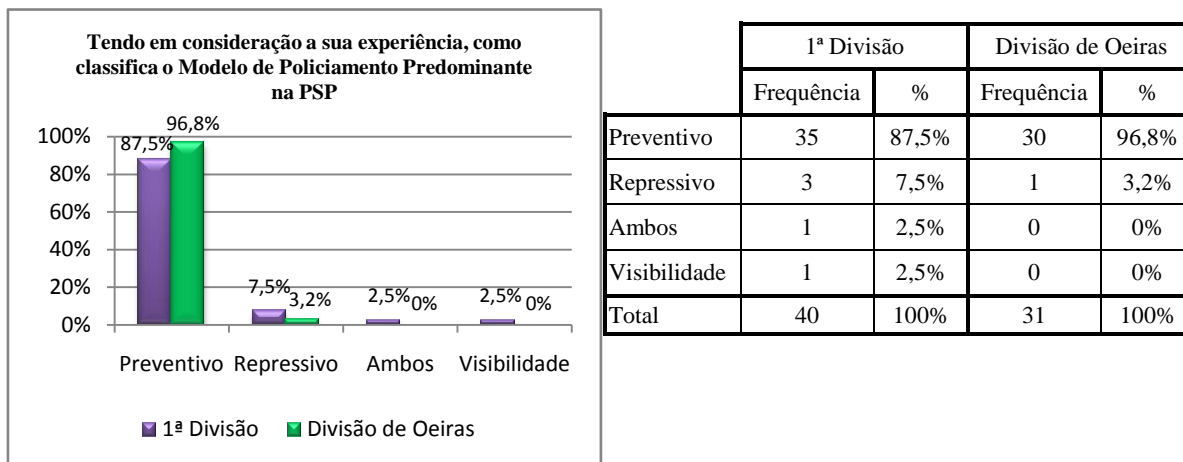


Gráfico 18 – Classificação do Modelo de Policimento Predominante na PSP

17. Em sua opinião, o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade representa:

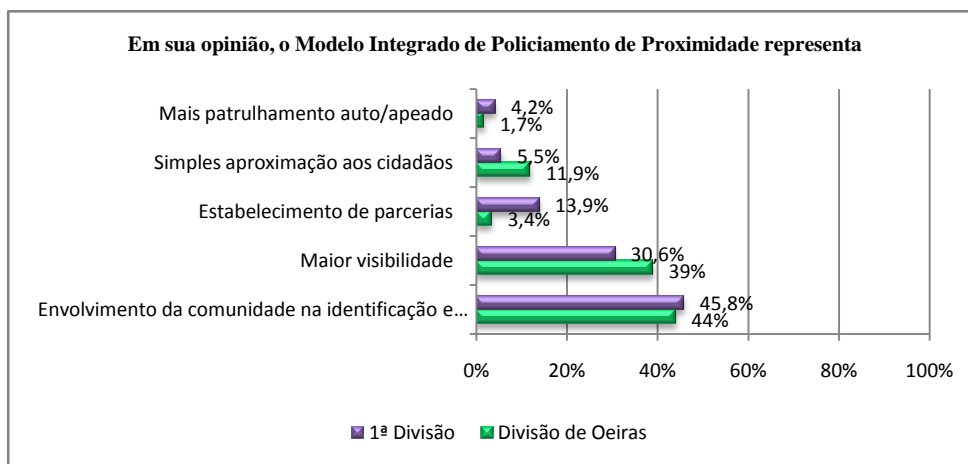


Gráfico 19 – O que representa o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Mais patrulhamento auto/apeado	33	4,2%	26	1,7%
Simple aproximação aos cidadãos	22	5,5%	23	11,9%
Estabelecimento de parcerias	10	13,9%	2	3,4%
Maior visibilidade	4	30,6%	7	39%
Envolvimento da comunidade na identificação e resolução dos problemas	3	45,8%	1	44%
Total	72	100%	59	100%

Nota: os elementos podiam escolher até duas opções.



Anexo 14 – Guião do Questionário aplicado a elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP

Apresentação:

No âmbito do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, está a ser realizado um estudo sobre a aplicação prática do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade na PSP.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para efeito de interpretação das restantes questões.

Dados Pessoais

Idade: _____. Posto: _____.

Sexo: Masculino Feminino

Estabilidade geográfica e funcional

1. Tempo de Serviço na PSP: _____.

2. Tempo de serviço prestado no COMETLIS: _____.

3. Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS: _____.

4. Função desempenhada na Esquadra: _____.

5. Tempo exercido na sua função actual: _____.

6. Tempo perspectivado para ficar nesta função: _____.

7. Já desempenhou funções diferentes da que desempenha actualmente:

Sim Não



7.1. Se sim, quais: (*Pode seleccionar mais que uma opção*)

- Patrulha MIPP Investigação criminal EIR
 UEP Outra _____.

Funcionalidade e percepção do Modelo Integrado

de Policiamento de Proximidade (MIPP)

8. Teve formação específica na área em que desempenha funções:

- Sim Não

8.1. Se sim, como considera essa formação:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

9. Qual a sua opinião, em relação ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade implementado na PSP:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

10. Tendo em conta a sua percepção, a receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade é:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

11. Como classifica a receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

12. Como avalia o nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade:

- Muito Bom Bom Razoável Mau Muito Mau



13. Como classifica as parcerias estabelecidas entre a PSP e as demais instituições, para a resolução dos problemas com que se depara no exercício da sua actividade:

- Essenciais Muito Relevantes Mais ou Menos Relevantes
- Pouco Relevantes Irrelevantes

14. Em sua opinião, a troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP é:

- Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

15. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o Modelo de Policimento predominante na PSP:

- De carácter Preventivo
- De carácter Repressivo
- Outro. Qual: _____.

16. Em sua opinião, o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade representa:
(Escolher duas opções)

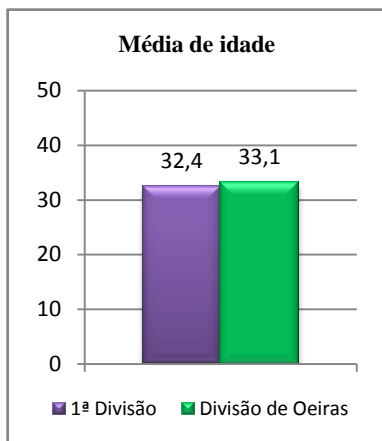
- Maior visibilidade Mais patrulhamento auto/apeado
- Simples aproximação aos cidadãos Estabelecimento de Parcerias
- Envolvimento da comunidade na identificação e resolução dos problemas

Muito obrigado pelo tempo disponibilizado.



Anexo 15 – Resultados dos Questionários aplicados a elementos policiais das esquadras não afectos ao MIPP

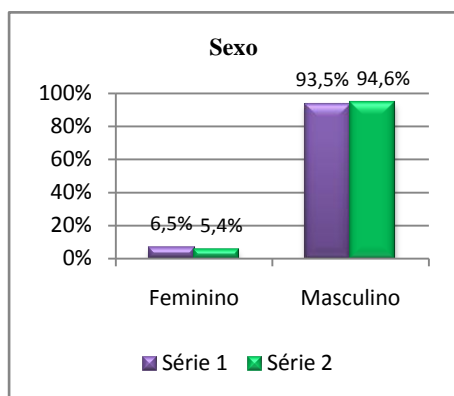
Média de idade em anos:



	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média de Idade	32,4	33,1

Gráfico 20 – Média de idade dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP

Caracterização da amostra por Sexo:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Feminino	4	6,5%	4	5,4%
Masculino	58	93,5%	70	94,6%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 21 – Classificação dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP por sexo

1. Média tempo de serviço na PSP em anos:

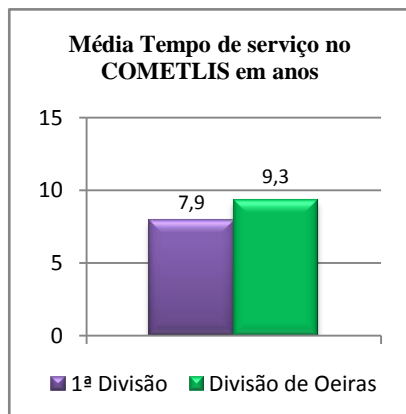


	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média tempo de serviço na PSP em anos	9,1	9,6

Gráfico 22 – Média de tempo de serviço dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP na PSP



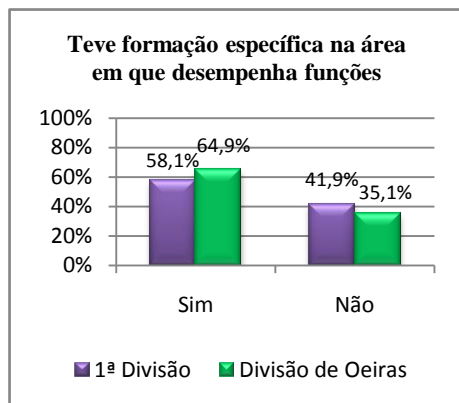
2. Média Tempo de serviço no COMETLIS em anos:



	1ª Divisão	Divisão de Oeiras
Média tempo de serviço no COMETLIS em anos	7,9	9,3

Gráfico 23 – Média de tempo de serviço dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP no COMETLIS

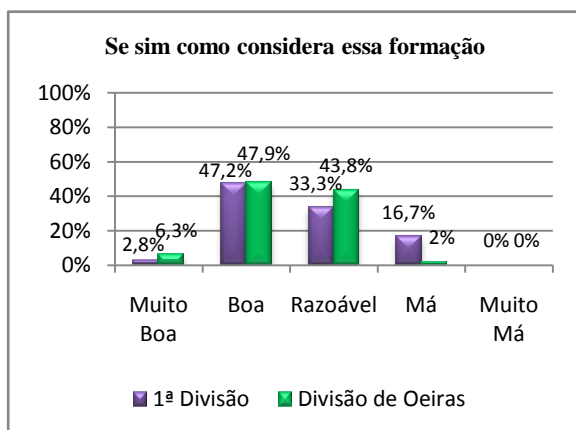
8. Teve formação específica na área em que desempenha funções:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	36	58,1%	48	64,9%
Não	26	41,9%	26	35,1%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 24 – Elementos das esquadras não afectos ao MIPP com formação específica

8.1. Se sim como considera essa formação:

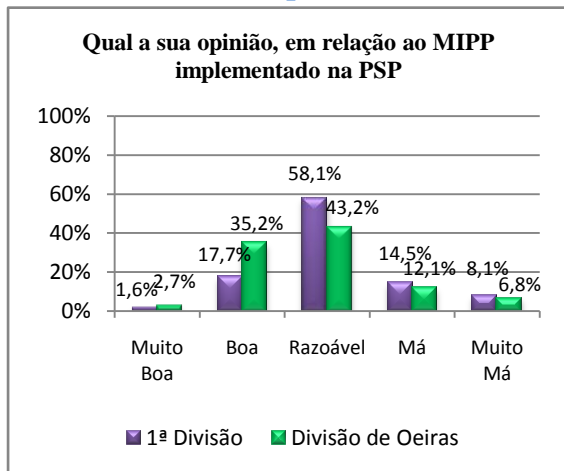


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	1	2,8%	3	6,3%
Boa	17	47,2%	23	47,9%
Razoável	12	33,3%	21	43,8%
Má	6	16,7%	1	2%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	36	100%	48	100%

Gráfico 25 – Qualidade da formação ministrada aos elementos das esquadras não afectos ao MIPP



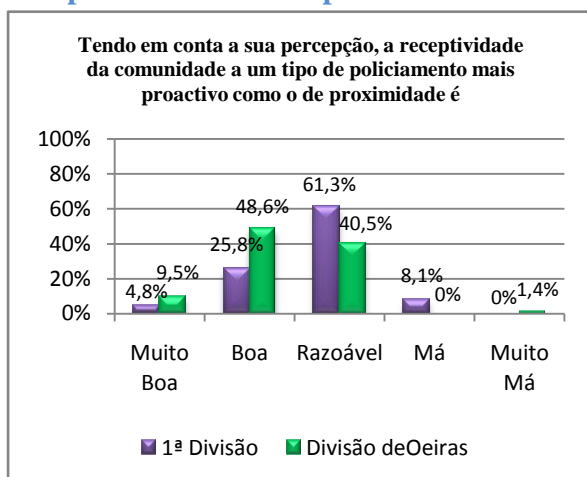
9. Qual a sua opinião, em relação ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade implementado na PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	1	1,6%	2	2,7%
Boa	11	17,7%	26	35,2%
Razoável	36	58,1%	32	43,2%
Má	9	14,5%	9	12,1%
Muito Má	5	8,1%	5	6,8%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 26 – Opinião dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP, relativamente a este Modelo

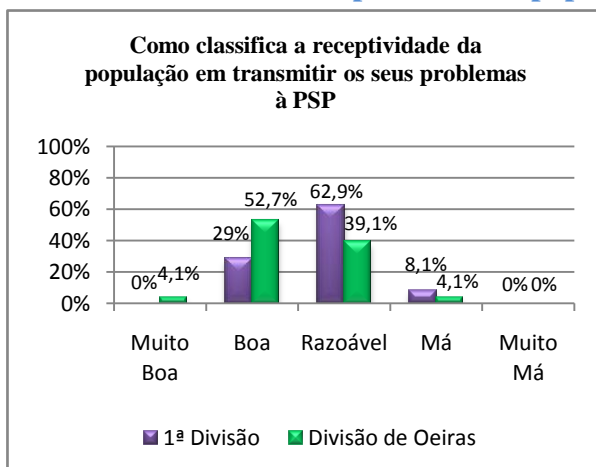
10. Tendo em conta a sua percepção, a receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade é



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	3	4,8%	7	9,5%
Boa	16	25,8%	36	48,6%
Razoável	38	61,3%	30	40,5%
Má	5	8,1%	0	0%
Muito Má	0	0%	1	1,4%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 27 – Percepção dos elementos das esquadras não afectos ao MIPP relativamente à receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade

11. Como classifica a receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP:

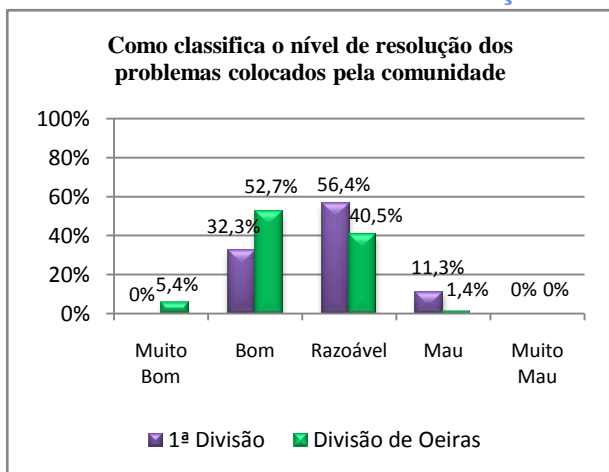


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	0	0%	3	4,1%
Boa	18	29%	39	52,7%
Razoável	39	62,9%	29	39,1%
Má	5	8,1%	3	4,1%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 28 – Percepção dos elementos das esquadras não afecto ao MIPP relativamente à receptividade da população em transmitir os seus problemas à PSP



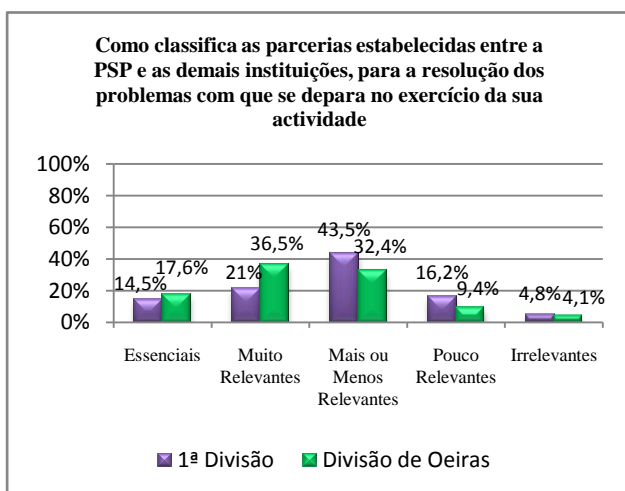
12. Como classifica o nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Bom	0	0%	4	5,4%
Bom	20	32,3%	39	52,7%
Razoável	35	56,4%	30	40,5%
Mau	7	11,3%	1	1,4%
Muito Mau	0	0%	0	0%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 29 – Nível de resolução dos problemas colocados pela comunidade

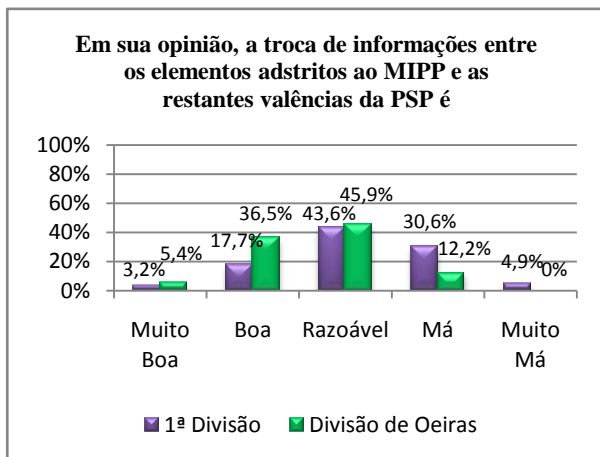
13. Como classifica as parcerias estabelecidas entre a PSP e as demais instituições, para a resolução dos problemas com que se depara no exercício da sua actividade:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	9	14,5%	13	17,6%
Muito Relevantes	13	21%	27	36,5%
Mais ou Menos Relevantes	27	43,5%	24	32,4%
Pouco Relevantes	10	16,2%	7	9,4%
Irrelevantes	3	4,8%	3	4,1%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 30 – Classificação das parcerias estabelecidas entre a PSP e as demais instituições

14. Em sua opinião, a troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP é:

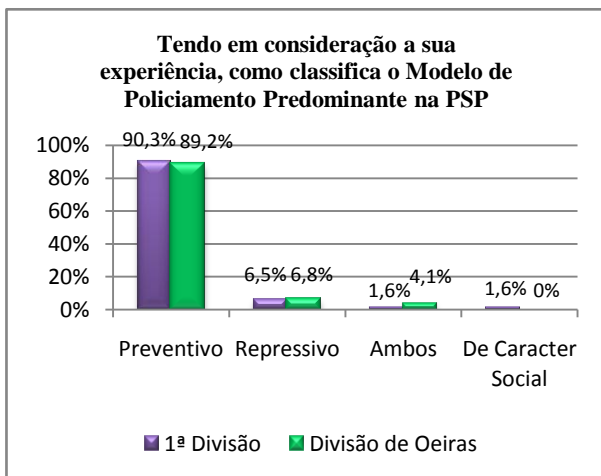


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	3,2%	4	5,4%
Boa	11	17,7%	27	36,5%
Razoável	27	43,6%	34	45,9%
Má	19	30,6%	9	12,2%
Muito Má	3	4,9%	0	0%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 31 – Classificação da troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP



15. Tendo em consideração a sua experiência, como classifica o Modelo de Policimento Predominante na PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Preventivo	56	90,3%	66	89,2%
Repressivo	4	6,5%	5	6,7%
Ambos	1	1,6%	3	4,1%
De Carácter Social	1	1,6%	0	0%
Total	62	100%	74	100%

Gráfico 32 – Classificação do Modelo de Policimento Predominante na PSP

16. Em sua opinião, o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade representa:

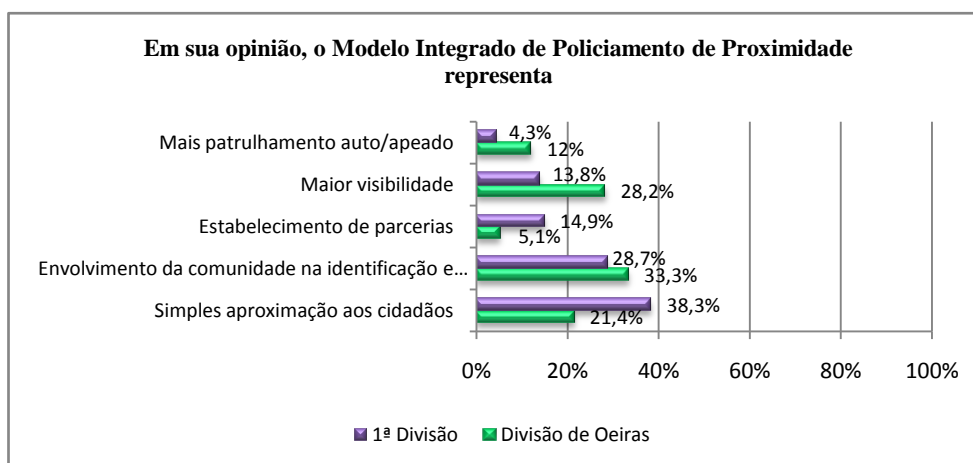


Gráfico 33 – O que representa o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Simples aproximação aos cidadãos	36	38,3%	25	21,4%
Envolvimento da comunidade na identificação e resolução dos problemas	27	28,7%	39	33,3%
Estabelecimento de parcerias	14	14,9%	6	5,1%
Maior visibilidade	13	13,8%	33	28,2%
Mais patrulhamento auto/apeado	4	4,3%	14	12%
Total	94	100%	117	100%

Nota: os elementos podiam escolher até duas opções.



Anexo 16 – Guião do Questionário aplicado a Entidades

Apresentação:

No âmbito do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, está a ser realizado um estudo sobre a aplicação prática do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade na PSP.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais.

Não deve colocar a sua identificação em qualquer parte do questionário.

1. A sua opinião relativamente ao trabalho realizado pela PSP é:

Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

2. Conhece o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado actualmente pela PSP?

Sim Não

3. Conhece os programas especiais da PSP afectos ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade:

Sim Não

3.1 Se sim, quais: (*Pode seleccionar mais que uma opção*)

Comércio Seguro Escola Segura

Idosos em segurança Outro _____.

4. Com que frequência costuma comunicar com os elementos da PSP:

Muito Frequentemente Frequentemente Ocasionalmente

Raramente Nunca

5. Como classifica o nível de resolução dos problemas que coloca aos elementos da PSP:

Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má



6. Em que medida sente que a PSP é uma instituição presente e acessível:

Muito Frequentemente Frequentemente Ocasionalmente

Raramente Nunca

7. A instituição onde se encontra possui parceiras com a PSP:

Sim Não

7.1. Se sim, como classifica essas parcerias:

Essenciais Muito Relevantes Mais ou Menos Relevantes

Pouco Relevantes Irrelevantes

8. Com que frequência é convidado pela PSP para participar em acções de sensibilização:

Muito Frequentemente Frequentemente Ocasionalmente

Raramente Nunca

9. A PSP costuma transmitir-lhe informações para a sua autoprotecção:

Sim Não

9.1. Se sim, como considera essas informações:

Essenciais Muito Relevantes Mais ou Menos Relevantes

Pouco Relevantes Irrelevantes

10. Como classifica a sua confiança em transmitir informações à PSP:

Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

11. Tendo em consideração os contactos que efectuou com a PSP nos últimos 10 anos, como classifica a sua evolução:

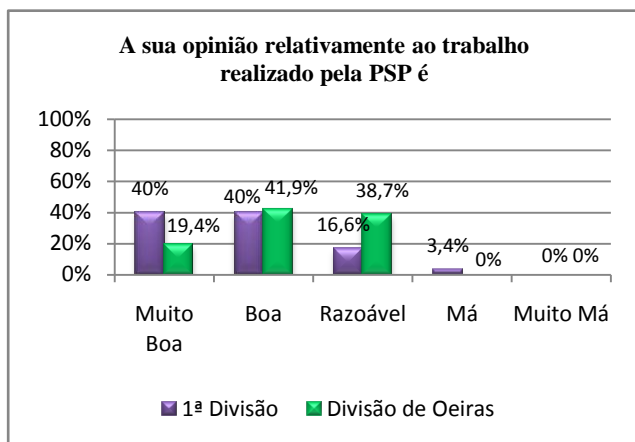
Muito Boa Boa Razoável Má Muito Má

Muito obrigado pelo tempo disponibilizado.



Anexo 17 – Resultados dos Questionários efectuados a Entidades

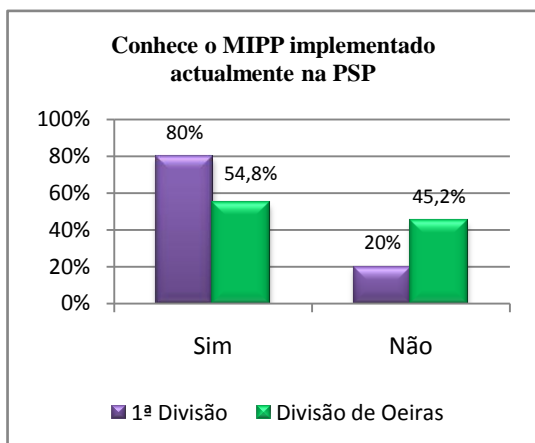
1. A sua opinião relativamente ao trabalho realizado pela PSP é:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	12	40%	6	19,4%
Boa	12	40%	13	41,9%
Razoável	5	16,6%	12	38,7%
Má	1	3,4%	0	0%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 34 – Opinião relativamente ao trabalho realizado pela PSP

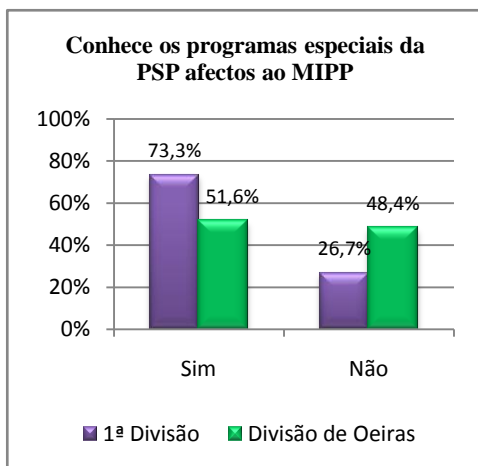
2. Conhece o Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP?



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	24	80%	17	54,8%
Não	6	20%	14	45,2%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 35 – Conhecimento do Modelo Integrado de Policimento de Proximidade implementado na PSP

3. Conhece os programas especiais da PSP afectos ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade:

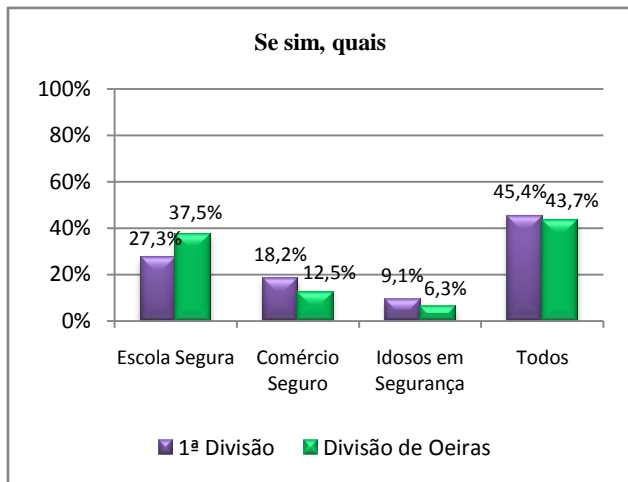


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	22	73,3%	16	51,6%
Não	8	26,7%	15	48,4%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 36 – Conhecimento dos programas especiais da PSP afectos ao Modelo Integrado de Policimento de Proximidade



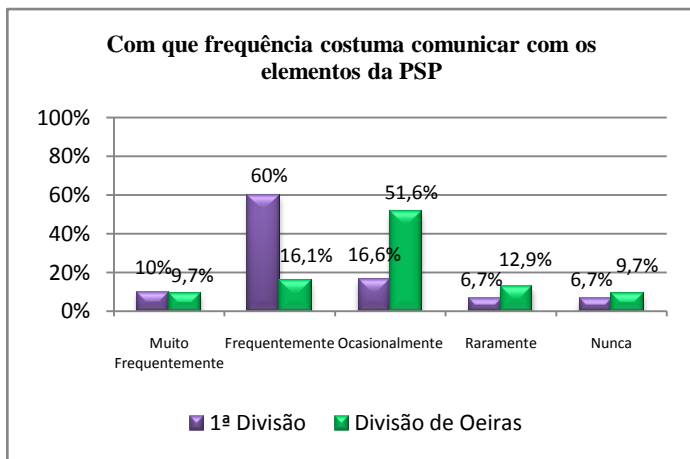
3.1. Se sim, quais:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Escola Segura	6	27,3%	6	37,5%
Comércio Seguro	4	18,2%	2	12,5%
Idosos em segurança	2	9,1%	1	6,3%
Todos	10	45,4%	7	43,7%
Total	22	100%	16	100%

Gráfico 37 – Quais os programas especiais que conhecem

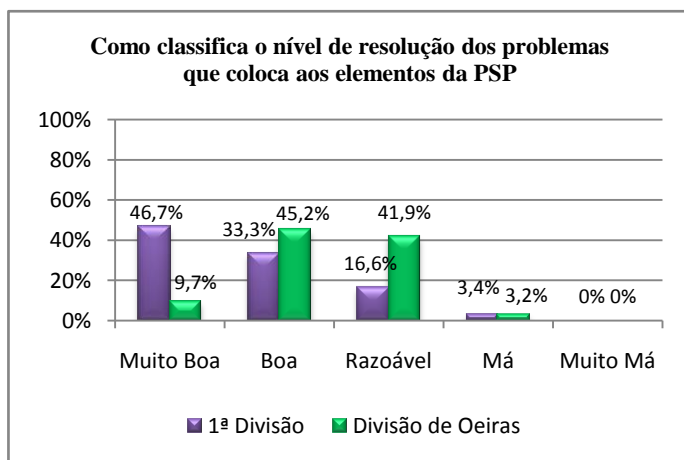
4. Com que frequência costuma comunicar com os elementos da PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Frequentemente	3	10%	3	9,7%
Frequentemente	18	60%	5	16,1%
Ocasionalmente	5	16,6%	16	51,6%
Raramente	2	6,7%	4	12,9%
Nunca	2	6,7%	3	9,7%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 38 – Frequência com que costumam comunicar com os elementos da PSP

5. Como classifica o nível de resolução dos problemas que coloca aos elementos da PSP:

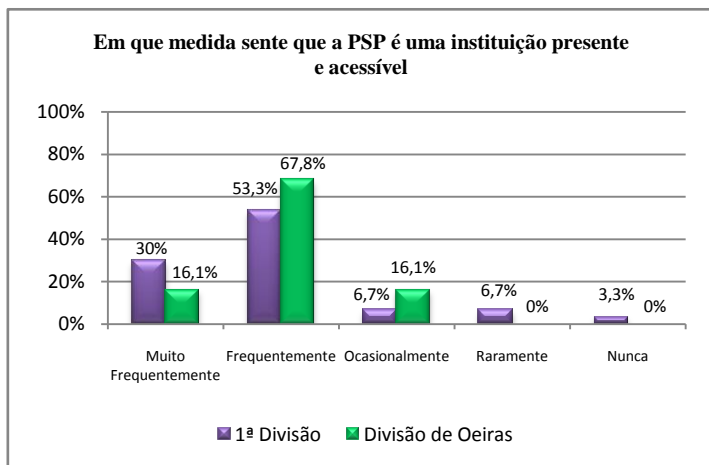


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	14	46,7%	3	9,7%
Boa	10	33,3%	14	45,2%
Razoável	5	16,6%	13	41,9%
Má	1	3,4%	1	3,2%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 39 – Classificação do nível de resolução dos problemas colocados aos elementos da PSP



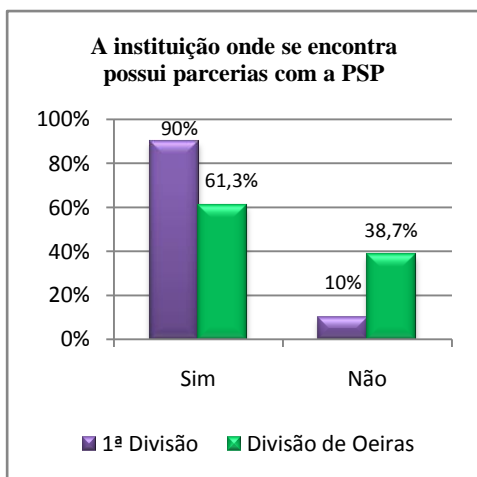
6. Em que medida sente que a PSP é uma instituição presente e acessível:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Frequentemente	9	30%	5	16,1%
Frequentemente	16	53,3%	21	67,8%
Ocasionalmente	2	6,7%	5	16,1%
Raramente	2	6,7%	0	0%
Nunca	1	3,3%	0	0%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 40 – Em que medida sente que a PSP é uma instituição presente e acessível

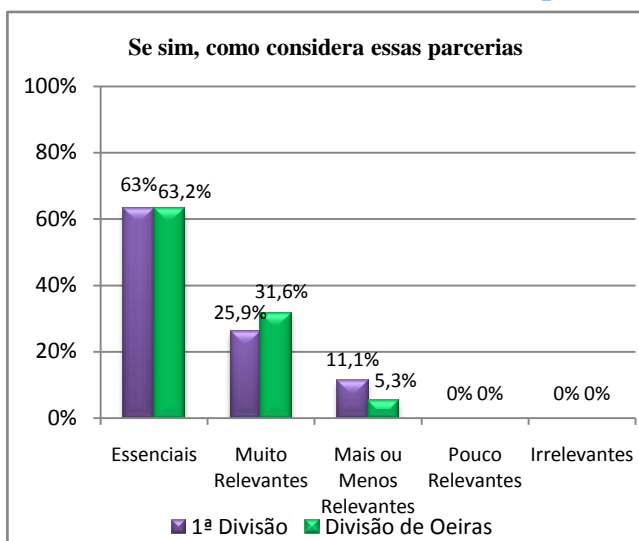
7. A instituição onde se encontra possui parcerias com a PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	27	90%	19	61,3%
Não	3	10%	12	38,7%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 41 – Existência de parcerias com a PSP

7.1. Se sim, como classifica essas parcerias:

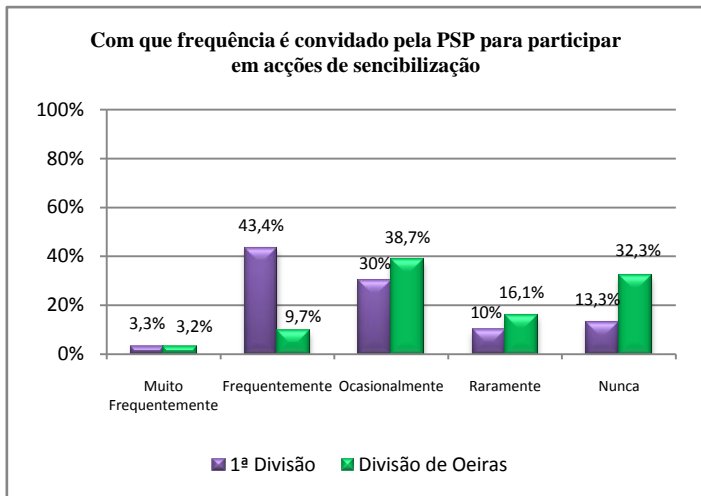


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	17	63%	12	63,2%
Muito Relevantes	7	25,9%	6	31,6%
Mais ou Menos Relevantes	3	11,1%	1	5,2%
Pouco Relevantes	0	0%	0	0%
Irrelevantes	0	0%	0	0%
Total	27	100%	19	100%

Gráfico 42 – Classificação das parcerias existentes



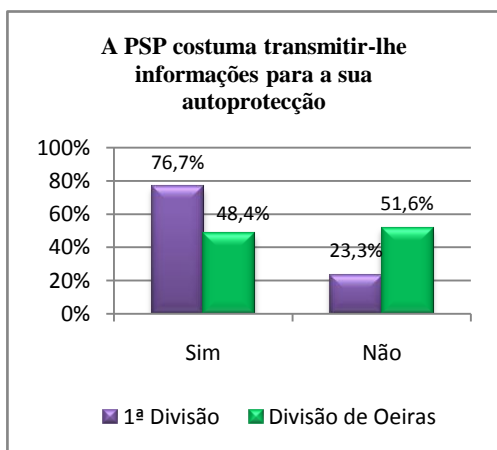
8. Com que frequência é convidado pela PSP para participar em acções de sensibilização:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Frequentemente	1	3,3%	1	3,2%
Frequentemente	13	43,4%	3	9,7%
Ocasionalmente	9	30%	12	38,7%
Raramente	3	10%	5	16,1%
Nunca	4	13,3%	10	32,3%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 43 – Frequência de convites por parte da PSP para participar em acções de sensibilização

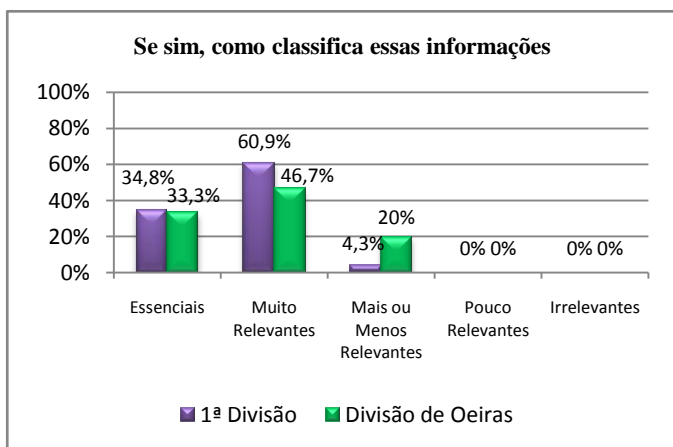
9. A PSP costuma transmitir-lhe informações para a sua autoprotecção:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	23	76,7%	15	48,4%
Não	7	23,3%	16	51,6%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 44 – Transmissão de informações úteis para a autoprotecção dos cidadãos

9.1. Se sim, como classifica essas informações:

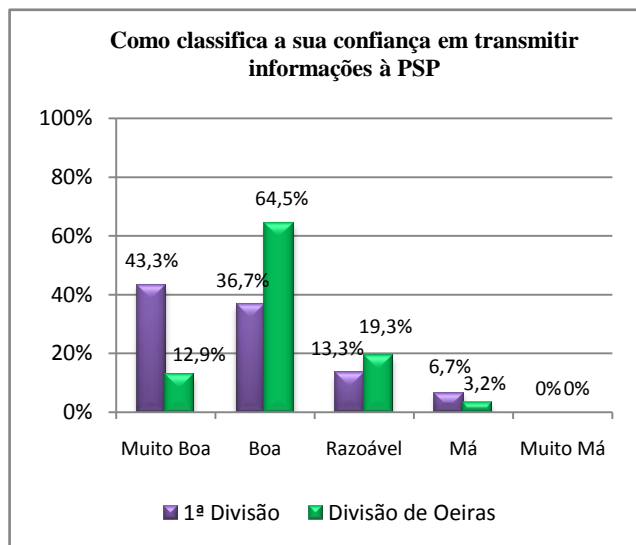


	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	8	34,8%	5	33,3%
Muito Relevantes	14	60,9%	7	46,7%
Mais ou Menos Relevantes	1	4,3%	3	20%
Pouco Relevantes	0	0%	0	0%
Irrelevantes	0	0%	0	0%
Total	23	100%	15	100%

Gráfico 45 – Classificação das informações transmitidas



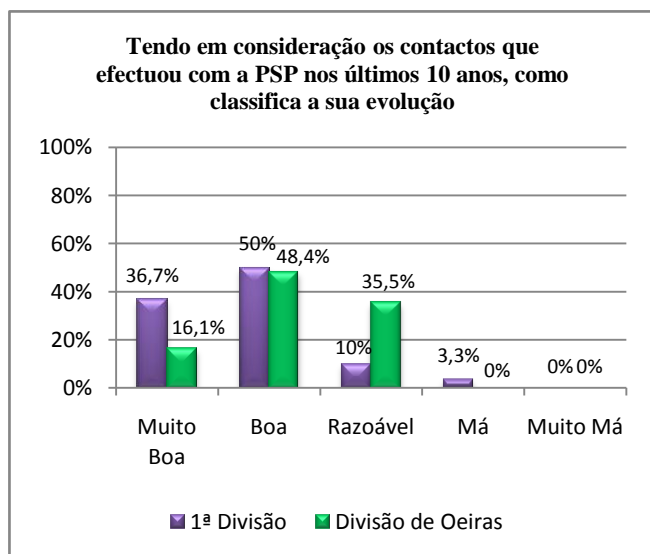
10. Como classifica a sua confiança em transmitir informações à PSP:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	13	43,3%	4	12,9%
Boa	11	36,7%	20	64,5%
Razoável	4	13,3%	6	19,3%
Má	2	6,7%	1	3,2%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 46 – Confiança em transmitir informações à PSP

11. Tendo em consideração os contactos que efectuou com a PSP nos últimos 10 anos, como classifica a sua evolução:



	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	11	36,7%	5	16,1%
Boa	15	50%	15	48,4%
Razoável	3	10%	11	35,5%
Má	1	3,3%	0	0%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	30	100%	31	100%

Gráfico 47 – Qualidade da evolução da PSP nos últimos 10 anos



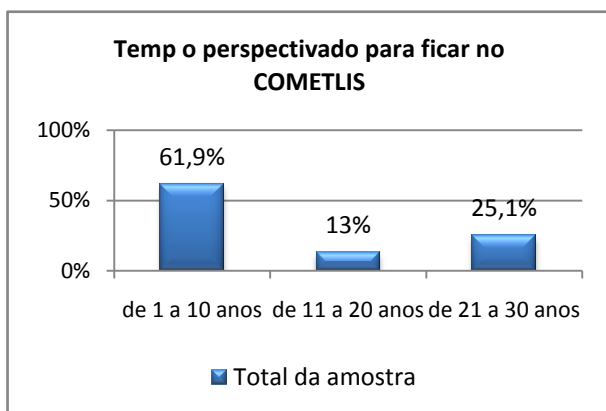
Anexo 18 – Cruzamento de resultados

Média do tempo de serviço na PSP

Média do tempo de serviço na PSP em anos			
	MIPP	Não MIPP	Total
1ª Divisão	10,1	9,1	9,6
Divisão de Oeiras	10,5	9,6	10,1
Total	10,3	9,4	9,9

Quadro 8 – Média do tempo de serviço na PSP

Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS



Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS		
Total		
De 1 a 10 anos	128	61,9%
De 10 a 20 anos	27	13%
De 20 a 30 anos	52	25,1%

Gráfico 48 – Tempo perspectivado para ficar no COMETLIS

Teve formação específica na área onde desempenha funções

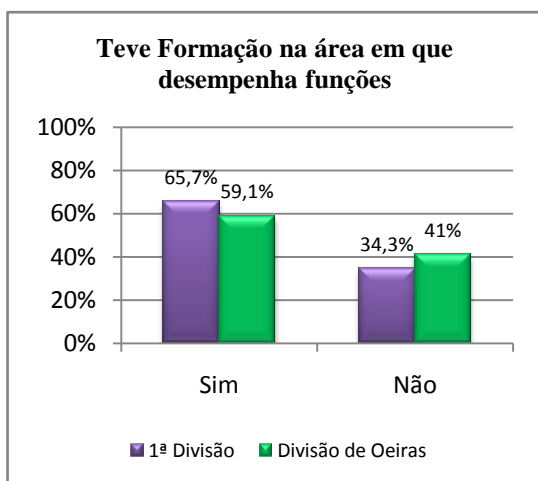


Gráfico 49 – Formação específica na área onde desempenha funções por Divisões

	1ª Divisão		Divisão de Oeiras	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	67	65,7%	62	59,1%
Não	35	34,3%	43	40,9%

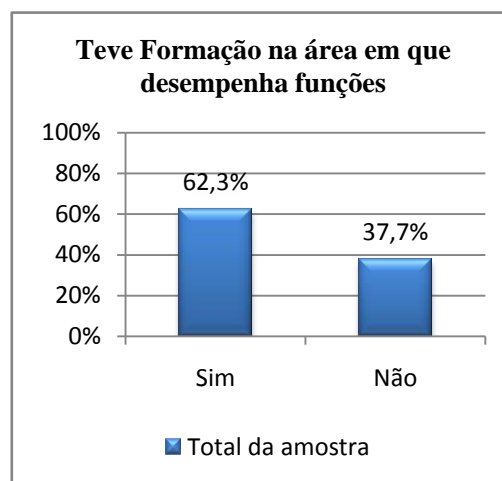


Gráfico 50 – Formação específica na área onde desempenha funções, total da amostra

Total Amostra		
	%	Frequência
Sim	62,3%	129
Não	37,7%	78



Se sim, como considera essa formação

1ª Divisão

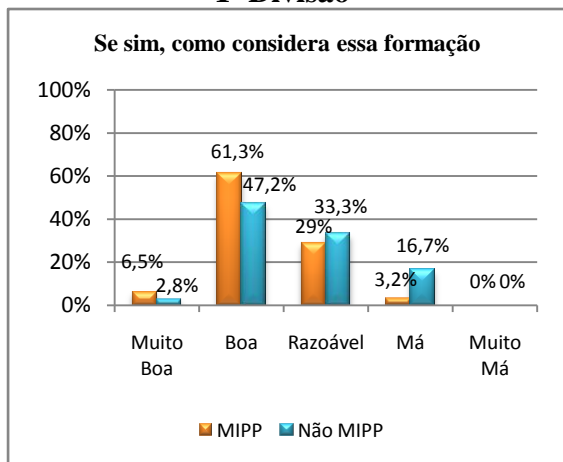


Gráfico 51 – Classificação da formação na 1ª Divisão

Divisão de Oeiras

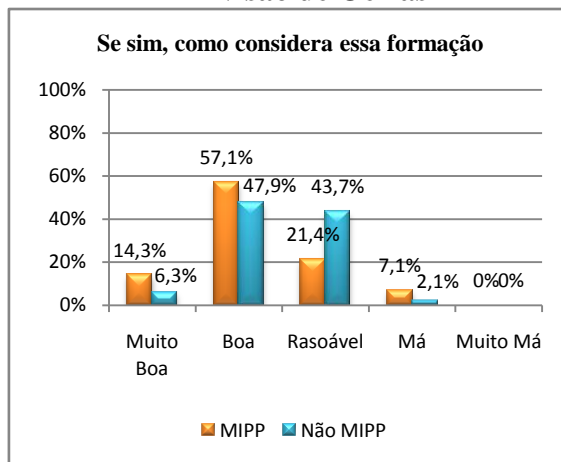
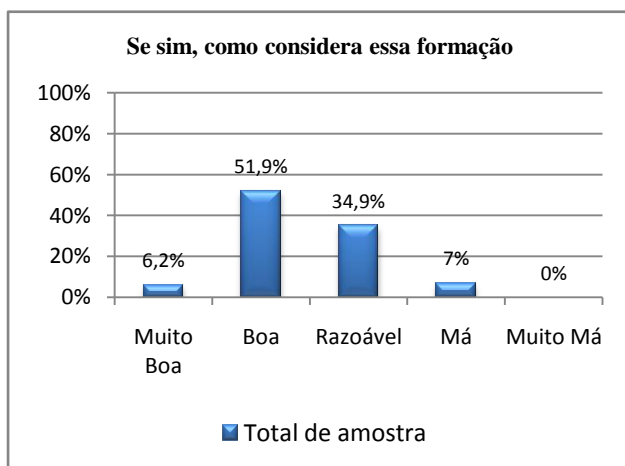


Gráfico 52 – Classificação da formação na Divisão de Oeiras

	MIPP		Não MIPP	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	6,5%	1	2,8%
Boa	19	61,3%	17	47,2%
Razoável	9	29%	12	33,3%
Má	1	3,2%	6	16,7%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	31	100%	36	100%

	MIPP		Não MIPP	
	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	14,3%	3	6,3%
Boa	8	57,1%	23	47,9%
Razoável	3	21,4%	21	43,7%
Má	1	7,2%	1	2,08%
Muito Má	0	0%	0	0%
Total	14	100%	48	100%



	Total da amostra	
	Frequência	%
Muito Boa	8	6,2%
Boa	67	51,9%
Razoável	45	34,9%
Má	9	7%
Muito Má	0	0%
Total	129	100%

Gráfico 53 – Classificação da formação, total da amostra



Troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP

Troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP										
	Muito Boa		Boa		Razoável		Má		Muito Má	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
MIPP	12	16,9%	31	43,7%	22	31%	3	4,2%	3	4,2%
Não MIPP	6	4,4%	38	27,9%	61	44,9%	28	20,6%	3	2,2%
1ª Divisão	7	6,9%	26	25,5%	42	41,2%	22	21,6%	5	4,9%
Divisão de Oeiras	11	10,5%	43	41%	41	39%	9	8,6%	1	0,9%
Total amostra	18	8,7%	69	33,3%	83	40,1%	31	15%	6	2,9%

Quadro 9 – Troca de informações entre os elementos adstritos ao MIPP e as restantes valências da PSP

Receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade

Receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade										
	Muito Boa		Boa		Razoável		Má		Muito Má	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
MIPP	20	28,2%	37	52,1%	14	19,7%	0	0%	0	0%
Não MIPP	6	4,4%	55	40,4%	67	49,3%	8	5,9%	0	0%
1ª Divisão	19	18,6%	38	37,3%	40	39,2%	5	4,9%	0	0%
Divisão de Oeiras	7	6,7%	54	51,4%	41	39%	3	2,9%	0	0%
Total amostra	26	12,6%	92	44,4%	81	39,1%	8	3,9%	0	0%

Quadro 10 – Receptividade da comunidade a um tipo de policiamento mais proactivo como o de proximidade

Classificação do Modelo de Policiamento implementado na PSP

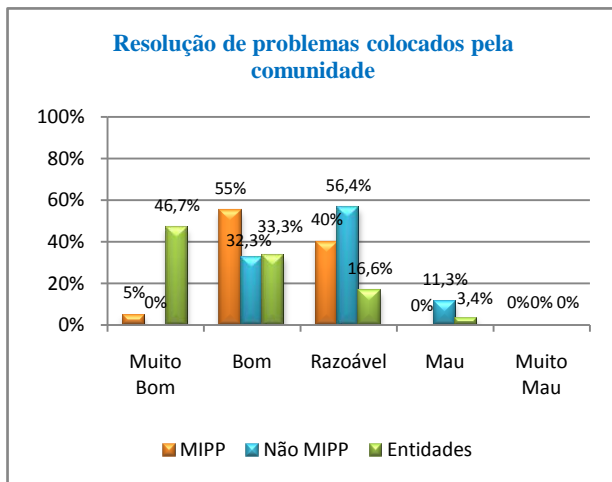
Classificação do Modelo de Policiamento predominante na PSP									
	Preventivo		Repressivo		Ambos		Visibilidade		
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	
MIPP	65	91,5%	4	5,7%	1	1,4%	1	1,4%	
Não MIPP	122	89,7%	9	6,7%	4	2,9%	1	0,7%	
1ª Divisão	91	89,1%	7	6,9%	2	2%	2	2%	
Divisão de Oeiras	96	91,4%	6	5,7%	3	2,9%	0	0%	
Total amostra	187	90,3%	13	6,3%	5	2,4%	2	1%	

Quadro 11 – Classificação do Modelo de Policiamento implementado na PSP



Classificação da resolução dos problemas colocados pela comunidade aos elementos da PSP

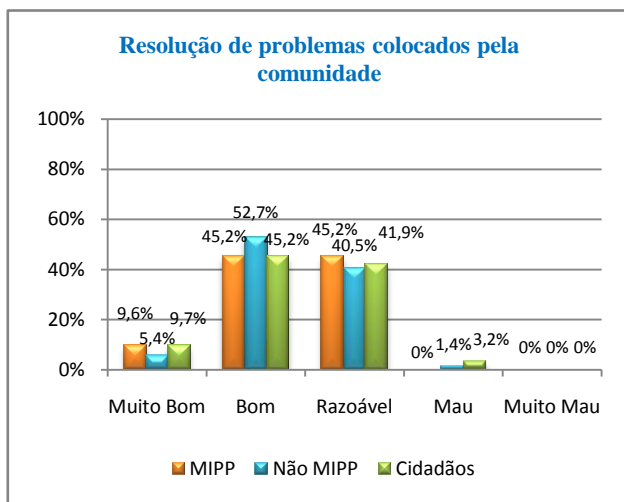
1ª Divisão



	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	2	5%	0	0%	14	46,7%
Boa	22	55%	20	32,3%	10	33,3%
Razoável	16	40%	35	56,4%	5	16,6%
Má	0	0%	7	11,3%	1	3,4%
Muito Má	0	0%	0	0%	0	0%
Total	40	100%	31	100%	62	100%

Gráfico 54 – Resolução dos problemas colocados pela comunidade na 1ª Divisão

Divisão de Oeiras



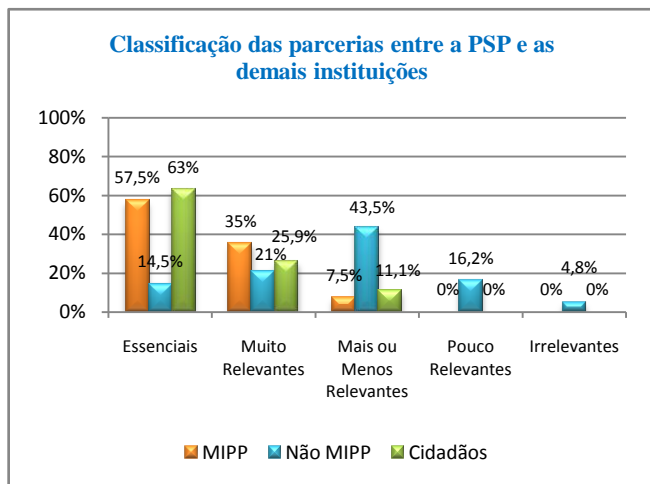
	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Muito Bom	3	9,6%	4	5,4%	3	9,7%
Bom	14	45,2%	39	52,7%	14	45,2%
Razoável	14	45,2%	30	40,5%	13	41,9%
Mau	0	0%	1	1,4%	1	3,2%
Muito Mau	0	0%	0	0%	0	0%
Total	31	100%	74	100%	31	100%

Gráfico 55 – Resolução dos problemas colocados pela comunidade na Divisão de Oeiras



Classificação das parcerias existentes entre a PSP e as entidades

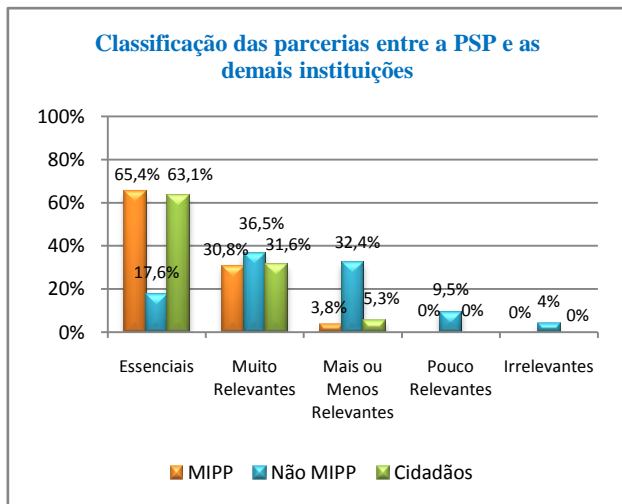
1ª Divisão



	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	23	57,5%	9	14,5%	17	63%
Muito Relevantes	14	35%	13	21%	7	25,9%
Mais ou Menos Relevantes	3	7,5%	27	43,5%	3	11,1%
Pouco Relevantes	0	0%	10	16,2%	0	0%
Irrelevantes	0	0%	3	4,8%	0	0%
Total	40	100%	62	100%	27	100%

Gráfico 56 – Classificação das parcerias existentes entre a PSP e as entidades na 1ª Divisão

Divisão de Oeiras



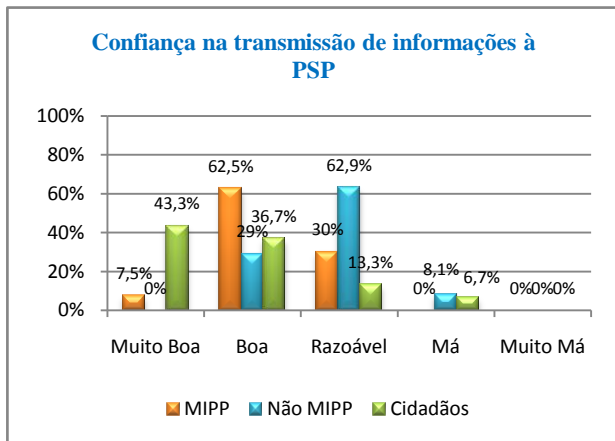
	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Essenciais	17	65,4%	13	17,6%	12	63,1%
Muito Relevantes	8	30,8%	27	36,5%	6	31,6%
Mais ou Menos Relevantes	1	3,8%	24	32,4%	1	5,3%
Pouco Relevantes	0	0%	7	9,5%	0	0%
Irrelevantes	0	0%	3	4%	0	0%
Total	26	100%	74	100%	19	100%

Gráfico 57 – Classificação das parcerias existentes entre a PSP e as entidades na Divisão de Oeiras



Classificação da confiança dos cidadãos em transmitir informações à PSP

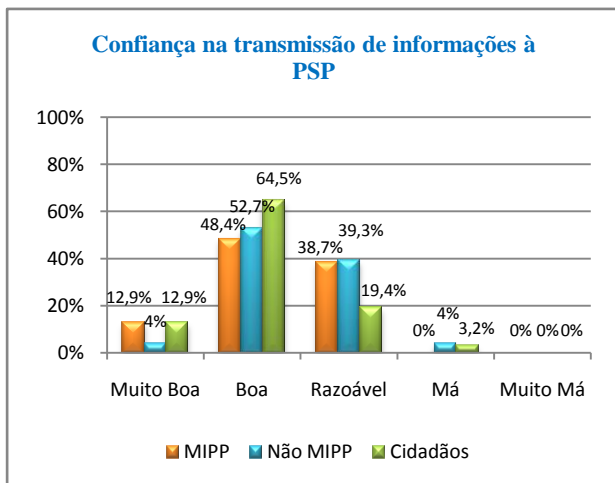
1ª Divisão



	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	3	7,5%	0	0%	13	43,3%
Boa	25	62,5%	18	29%	11	36,7%
Razoável	12	30%	39	62,9%	4	13,3%
Má	0	0%	5	8,1%	2	6,7%
Muito Má	0	0%	0	0%	0	0%
Total	40	100%	62	100%	30	100%

Gráfico 58 – Classificação da confiança dos cidadãos em transmitir informações à PSP na 1ª Divisão

Divisão de Oeiras



	MIPP		Não MIPP		Entidades	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Muito Boa	4	12,9%	3	4%	4	12,9%
Boa	15	48,4%	39	52,7%	20	64,5%
Razoável	12	38,7%	29	39,3%	6	19,4%
Má	0	0%	3	4%	1	3,2%
Muito Má	0	0%	0	0%	0	0%
Total	31	100%	74	100%	31	100%

Gráfico 59 – Classificação da confiança dos cidadãos em transmitir informações à PSP na Divisão de Oeiras